



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

ANA KELLE SANTANA MARQUES DE ALMEIDA

**NOVAS INTERAÇÕES NA MORADIA POPULAR EM SALVADOR / BA: O
CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL MORADAS DA LAGOA EM
VALÉRIA**

SALVADOR

2005

ANA KELLE SANTANA MARQUES DE ALMEIDA

**NOVAS INTERAÇÕES NA MORADIA POPULAR EM SALVADOR / BA: O
CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL MORADAS DA LAGOA EM
VALÉRIA**

Trabalho monográfico apresentado na disciplina Seminário Monográfico 2004.2 como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Débora Nunes

SALVADOR
2005



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

ANA KELLE SANTANA MARQUES DE ALMEIDA

**NOVAS INTERAÇÕES NA MORADIA POPULAR EM SALVADOR / BA: O
CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL MORADAS DA LAGOA EM
VALÉRIA**

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 30 de agosto de 2005.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Débora Nunes

Doutora em Urbanismo – Universidade Paris XII
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof.Dr. Alberto Rafael Cordiviola

Doutor em Arquitetura e Urbanismo - UFBA
Universidade Federal do Estado da Bahia - UFBA

Prof. Edmilson Carvalho

Arquiteto e Urbanista - UFBA

Especialista em Desenvolvimento Econômico pela Sudene

Universidade Católica do Salvador – UCSal

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que tem empenhado parte de suas vidas na luta por melhores condições para os menos favorecidos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido Deus, detentor de todas as honras e glórias.

Aos meus pais, Luiz e Rita, eternamente amados, pela criação e incentivo.

A Manoel Marques Netto, meu marido, pelo muito amor e compreensão.

Aos meus sogros e irmãos pelo constante apoio.

A Hanna, que, apesar da pouca idade, conseguiu ser paciente com a “tia Ana” durante a realização desta pesquisa.

A minha orientadora, Débora Nunes, cujas atividades em classe me despertaram para a pesquisa com as áreas carentes da cidade.

Aos professores e alunos da UNEB, pela enriquecedora convivência e pelos amigos que permanecerão.

A Dalva Dantas da SECOMP e ao Sr. Athayde Barbosa da CONDER, pela atenção sem igual.

Aos membros da Associação de Moradores do Moradas da Lagoa e aos seus habitantes pela simpatia e receptividade.

À equipe da AVSI e da CDM pela preciosa ajuda.

Aos colegas da SUCOM pela disponibilização de documentos e informações.

A todos aqueles que entrevistei no decorrer desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho analisa como as transformações na política habitacional do país, a partir dos anos 90, tem refletido na gestão urbana de Salvador, destacando as interações entre as instituições públicas e privadas para a promoção da moradia popular. Como exemplo, foi escolhido o estudo de caso do conjunto habitacional Moradas da Lagoa, localizado na área de Valéria, em Salvador, Bahia. O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro aborda, de um modo geral, as transformações na política habitacional no Brasil após o BNH, abarcando os governos dos presidentes Itamar, Collor, FHC e Lula e apresentando as mudanças de conceitos e diretrizes desta política. O segundo refere-se ao estudo da questão habitacional em Salvador, destacando a recente participação da sociedade civil nos projetos habitacionais e as competências do Estado e Município na promoção da habitação de interesse social. No terceiro, são expostas as características do conjunto habitacional Moradas da Lagoa, que apresenta como diferenciais a concepção pela Secretaria de Combate a Pobreza e Desigualdades Sociais (SECOMP), o seu público-alvo, constituído em grande parte de ex-moradores de rua e o trabalho de pós-ocupação que vem sendo realizado pelas ONGs AVSI e CDM. Por fim, é feita uma análise dos resultados desta intervenção, comparando com os pressupostos apreendidos no presente trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Mapa de localização da Área de Valéria	70
Figura 3.2 – Mapa dos limites físicos e institucionais de Valéria	71
Figura 3.3 – Croqui de localização do Moradas da Lagoa	72
Figura 3.4 – Foto aérea indicando moradas da Lagoa e seu entorno	73
Figura 3.5 – Planta do Parque Lagoa da Paixão	79
Figura 3.6 – Planta de Requalificação Urbana e Ambiental da Lagoa da Paixão	80
Figura 3.7 – Lagoa da Paixão	77
Figura 3.8 – Área para Parque Industrial	78
Figura 3.9 – Planta Partido Urbanístico do Moradas da Lagoa 1	93
Figura 3.10 – Planta Partido Urbanístico Moradas da Lagoa 2	94
Figura 3.11 – Casa embrião padrão BA - 60	91
Figura 3.12 – Casa-comércio	91
Figura 3.13 – Casas Village	92
Figura 3.14 – Caminho 02 – 1ª. Etapa	95
Figura 3.15 – Rua Vitória da Conquista (principal) – 1ª. Etapa	95
Figura 3.16 – Planta baixa Casa embrião BA – 60	97
Figura 3.17 – Planta baixa Casa embrião para deficientes físicos	98
Figura 3.18 – Planta baixa Village	99
Figura 3.19 – Planta baixa Casa -comércio	100
Figura 3.20 – Creche	101
Figura 3.21 – Posto policial	101
Figura 3.22 – Centro comunitário	102
Figura 3.23 – Escola Municipal Ítalo Gaudenzi	102
Figura 3.24 – Croqui de localização dos equipamentos no Moradas da Lagoa	103
Figura 3.25 – Pessoas da mesma família trabalhando na Horta Comunitária	126
Figura 3.26 – Fabriqueta de almofadas	128
Figura 3.27 – Lojas fechadas	128
Figura 3.28 – Casa ampliada para mercadinho	128
Figura 3.29 – Mercantil do gaúcho	128
Figura 3.30 – Casa adaptadas para comércio	129
Figura 3.31 – Fábrica da Tidelli	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Taxas de crescimento da população por zonas de informação Censos 1970, 1980 e 2000	75
Tabrila 3.2 – Características gerais	110
Tabela 3.3 - Renda	110
Tabela 3.4 – Nível de escolaridade	111
Tabela 3.5 – Situação Ocupacional	111
Tabela 3.6 – Comparação da distribuição da população segundo a escolaridade	122
Tabela 3.7 - Deficiências apresentadas pelos moradores	123
Tabela 3.8 – Distribuição da renda por procedência da população, incluindo os benefícios recebidos do governo	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Comparação entre os custos da pós-ocupação do Moradas da Lagoa e intervenções do Viver Melhor	89
Quadro 3.2 – Resumo de áreas	92
Quadro 3.3 – Composição inicial dos moradores, segundo a instituição de procedência	106
Quadro 3.4 – Relação de linhas de transporte coletivo passantes na área de estudo	137
Quadro 3.5 – Valores de comercialização das unidades	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I : OS RUMOS DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL PÓS BNH	15
1.1 AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM HABITAÇÃO NO BRASIL	15
1.2 A PRODUÇÃO HABITACIONAL NA NOVA REPÚBLICA	17
1.3 OS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR	18
1.4 A POLÍTICA HABITACIONAL DO GOVERNO FHC	20
1.5 A POLÍTICA HABITACIONAL DO GOVERNO LULA	25
1.6 REFLEXÕES SOBRE A NOVA POSTURA E OS NOVOS ATORES DA POLÍTICA DO HABITAT NO BRASIL	29
1.6.1 A Reforma Institucional e as Transformações no Campo da Ação Pública	30
1.6.2 A Influência do Habitat II	32
1.6.3 O Estatuto da Cidade e a Municipalização da Habitação	33
1.6.4 A Gestão Pública Não-Estatal : O Papel das ONGs	34
2 CAPÍTULO II : A QUESTÃO HABITACIONAL EM SALVADOR	41
2.1 AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS	43
2.2 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES	47
2.3 A GESTÃO DO HABITAT	51
2.3.1 A Participação Popular e a Atuação das ONGs	51
2.3.2 A ONG AVSI	52
2.3.3 Composição Atual do Arranjo Institucional Público para Promoção da Moradia	55
2.3.4 O Poder Político nas Relações entre o Estado da Bahia e o Município de Salvador	61

2.4 RESUMO DOS FATORES QUE INFLUENCIARAM AS TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA DO HABITAT EM SALVADOR	65
3 CAPÍTULO III : MORADAS DA LAGOA	67
3.1 APRESENTAÇÃO	67
3.2 A ÁREA EM ESTUDO	68
3.2.1 Localização	68
3.2.2 Formação Urbana	69
3.2.3 O Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Lagoa da Paixão	76
3.3 CONCEPÇÃO DO MORADAS DA LAGOA E AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	81
3.4 A CELEBRAÇÃO DOS CONVÊNIOS E OS CUSTOS	85
3.5 CARACTERÍSTICAS DO LOTEAMENTO	90
3.6 O PÚBLICO ALVO DA INTERVENÇÃO SECOMP/CONDER/AVSI	105
3.6.1 Os Ex-Moradores de Rua	106
3.6.2 Os Ex-Moradores das Áreas de Risco	108
3.6.3 O Perfil das Famílias	109
3.7 ATUAÇÃO DA AVSI NA PÓS-OCUPAÇÃO	111
3.8 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO MORADAS DA LAGOA	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
ANEXOS	150
ANEXO A – Lei nº. 7988 de 21 de dezembro de 2001	151
ANEXO B - Mapa Sistema de Áreas Verdes	153
ANEXO C – Mapa Divisões administrativas do Município	154
ANEXO D – Mapa Zoneamento de Usos do Solo	155
ANEXO E – Delimitação das zonas de informação 068 e 072 / IBGE	156
ANEXO F – Mapa Segurança Pública / circunscrições	157
ANEXO G – Ofício SIS nº. 13/2002	158

ANEXO H – Proposta de Intervenção Moradas da Lagoa	159
ANEXO I – Moradas da Lagoa : Demonstrativo Previsto x Realizado	160
ANEXO J - Artigo Jornal A TARDE: “Vida de quem tem o céu como teto”	162
ANEXO K – Quadro de Avaliação	163
ANEXO L – Ações do Projeto de Pós-ocupação	164
ANEXO M – Modelo de Convite para reunião comunitária	165
ANEXO N – Roteiro de palestra para a comunidade	166
ANEXO O – Resumo do convênio n°.113/2002	167
ANEXO P - Pós-ocupação: fotos curso de dança e capoeira	168
ANEXO Q - Pós-ocupação: fotos alfabetização jovens e adultos	169
ANEXO R - Pós-ocupação: fotos atendimento médico	170
ANEXO S - Pós-ocupação: fotos cozinha comunitária	171
ANEXO T - Pós-ocupação: fotos entrega de quentinhas	172
ANEXO U – Modelo de questionário aplicado na pesquisa de campo	173

INTRODUÇÃO

Vivemos num país onde o déficit habitacional já chegou a 7,2 milhões de domicílios e estima-se que cerca de 12 milhões de habitantes sofrem carência de infra-estrutura básica¹ (JOÃO PINHEIRO;CEI,2004). A intervenção do Estado para promoção de moradia deita raízes no período pós-Segunda Guerra, quando muitos países sentiram a necessidade de implementar uma política de planejamento econômico e territorial. No Brasil, esta política desenvolve-se nos anos 60, no período ditatorial, centralizada no governo federal através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A partir da queda do regime militar, inicia-se o processo de redemocratização do país e com a Constituição de 1988, delinearam-se novas formas de planejamento urbano, que abarcavam o fortalecimento e a autonomia do poder local. Concomitantemente e com o advento da globalização, alastram-se os ideários neoliberais, refletidos na Reforma do Estado Brasileiro e na privatização de serviços públicos.

No campo da habitação popular, essas transformações evidenciaram-se a partir dos anos 90 com o governo Fernando Henrique Cardoso, onde foram priorizadas as ações de reurbanização de áreas degradadas, as parcerias com as organizações não governamentais e o financiamento através de organismos internacionais. Em Salvador, essas políticas iniciaram-se com a primeira fase do Programa Viver Melhor

¹ Refere-se a domicílios urbanos que não possuem um ou mais dos serviços de infra-estrutura, ou seja, iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica e coleta de lixo (JOÃO PINHEIRO; CEI, 2004, p.59).

(1996), através do Governo do Estado, que assumiu o papel de principal promotor da habitação popular, sobrepondo a atuação do poder local.

Para se adequar às transformações que ocorriam no país e ingressar no cenário competitivo, o governo estadual promove então um rearranjo institucional, criando e reformulando secretarias a partir do final dos anos 90. Nesta conjuntura, surge a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP). Face às demandas instauradas da população de extrema carência no município, a SECOMP alia-se à Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER) e à outras instituições no sentido de buscar soluções para inclusão social deste segmento, onde estão incluídos os moradores de rua e as pessoas que vivem em área de risco. Como resultado é implementado o Conjunto Habitacional Moradas da Lagoa em Valéria.

Diante do exposto, a presente pesquisa propõe o estudo de caso do Moradas da Lagoa, objetivando entender as transformações na área em estudo, descobrir como foi possível a realização do empreendimento abarcando as interações entre diversas instituições, discutir os mecanismos de fixação do público-alvo e avaliar a atuação das organizações não-governamentais Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM) no trabalho de pós-ocupação que vem sendo realizado com a comunidade. O presente estudo também pretende compreender como estas intervenções se relacionam com as recentes transformações na política habitacional e de que forma elas se apresentam inovadoras para a gestão urbana.

Para realização deste trabalho, utilizou-se o método hipotético-dedutivo², partindo-se da hipótese do Conjunto Habitacional Moradas da Lagoa não estar inserido numa política habitacional mais abrangente, tornando ineficiente os esforços empreendidos. O método de pesquisa abarcou a leitura de livros, jornais e documentos oficiais, bem como foram feitas visitas e entrevistas em instituições como a SECOMP, a CONDER, a AVSI e a CDM. Foram realizadas doze visitas a campo no período de janeiro a agosto de 2005, onde se fez observações, entrevistas e aplicação de questionários com a comunidade.

²O método hipotético dedutivo defende o aparecimento em primeiro lugar do problema e da conjectura, que serão testados pela observação e experimentação (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.64).

2. **CAPÍTULO II: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SALVADOR**

O processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador, iniciado com a Petrobrás na década de 50 e desenvolvido com o advento do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), impulsionou a expansão horizontal da cidade, com o aparecimento de novas demandas por habitação, repercutindo, segundo Mattedi et al (1978), no surgimento de áreas centrais mais valorizadas e na expulsão de parcela mais pobre da população para as periferias da cidade.

Carvalho e Pinho ressaltam que estas transformações contribuíram para a lógica do domínio capitalista na cidade, dificultando o acesso ao solo urbano e à moradia para a maior parte da população, uma vez que “a terra urbana se constitui em um objeto de alocação de excedentes visando a apropriação de ganhos extras” (p.190, 1996). Nesse mesmo sentido, Porto e Carvalho (2001) destacam que a forma de ocupação do tecido urbano da cidade reflete problemas estruturais ligados a descentralização espacial e a concentração social da renda, potencializados pela lógica da economia globalizada, segregadora e excludente.

As intervenções públicas nos bairros populares de Salvador por muito tempo representaram a expulsão de moradores de áreas invadidas em locais mais valorizadas ao lado da permissividade do poder público na ocupação irregular dos setores urbanos menos favorecidos. Entretanto, existiram momentos em que as discussões públicas se voltaram para solucionar ou amenizar o problema

habitacional nestes locais, mas as práticas pouco concretizaram estes ideais (NUNES,1999).

Para Nunes esses momentos representaram a criação de planos urbanísticos para a cidade, a exemplo do Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador (EPUCS), na década de 40 e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), entre os anos 70 e 80 e contemporaneamente, as intervenções realizadas nos bairros populares, através do Programa Viver Melhor (op.cit).

Essas discussões, que acompanharam as transformações no cenário nacional, foram gerando mudanças na mentalidade dos gestores e planejadores, influenciadas pelo processo de democratização, descentralização e reforma institucional, abordados no capítulo anterior,refletindo nos novos padrões de habitação popular.

Utilizando-se das reflexões de Nunes (1999, vale considerar se realmente estamos caminhando para intervenções urbanas mais democráticas, onde se respeita o morador e busca-se a realização do direito à moradia e a incorporação dos bairros à cidade formal. Sendo assim, nas seções subseqüentes, será feita uma retomada do panorama histórico das principais intervenções em habitação popular em Salvador, terminando com a recente discussão da presença de novos ideários e de novos atores na gestão pública do habitat.

2.1 AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS

Quando ocorreram as primeiras intervenções nacionais na habitação popular, com o advento da Fundação da Casa popular e o Financiamento das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, entre 1945 e 1964 (MAGALHÃES, 2000), o cenário da cidade, conforme retrata Neves (1985), era de crescimento de habitações subnormais, em face à explosão populacional decorrente dos fluxos migratórios.

Neste período, o poder local pretendia se fortalecer e, sendo assim, a administração municipal se esforçava em achar medidas para uma gestão mais autônoma, uma vez que a mesma funcionava, na visão de Israel Pinheiro, como uma “Secretaria do Governo do Estado” (PINHEIRO, apud MAGALHÃES,2000). Nesse sentido, a partir dos anos 50, na gestão de Osvaldo Gordilho, foi criado o código tributário e um código de obras municipal. Na área habitacional, buscou-se a oferta de lotes populares às camadas de baixa renda, pois para a prefeitura, a aquisição do lote era a tarefa mais difícil para aquele segmento (MAGALHÃES, 2000).

Hélio Machado, o primeiro prefeito eleito de Salvador, levou adiante a proposta do lote urbanizado de Osvaldo Gordilho e procurou dar continuidade ao projeto de autonomia da cidade, tomando para a administração municipal o controle de determinados serviços públicos, sob uma gestão populista, apartidária e de enfrentamento às elites. Com Virgildásio Sena, foi proposta em 1963 a criação da Companhia Urbanizadora de Salvador (CURSA), com sociedade de economia mista, intencionado, entre outras providências, a eliminação das construções e habitações

insalubres ou perigosas da área urbana (MAGALHAES, 2000). Segundo Souza et al (2000), a CURSA funcionou até 1965, quando foi extinta.

Durante os anos do regime militar, a provisão da habitação, que estava centralizada na esfera federal através do BNH e do SFH, marcou um período que Magalhães classifica como “de profunda centralização das decisões e dos recursos nas instituições federais” (2000, p.139). Resgatando a idéia da formação de companhias de habitação, foi criada a Cohab-Salvador em 1964, vinculada ao BNH, para produção de casas populares no âmbito municipal. Sobre estes acontecimentos, Souza et al assinalam:

a partir de 1964, de um modo geral, pode-se afirmar que as políticas públicas de habitação no âmbito da gestão local no município de Salvador foram quase que exclusivamente decorrentes das decisões federais ou em alguns casos das estaduais, onde a visão predominante era a de ordem quantitativa, ou seja, a diminuição do “déficit” de moradias (2000,p.1.22).

Em 1965, através da Lei nº 2 114, institui-se a URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S.A., como sociedade de economia mista estadual, passando para o estado a responsabilidade pela provisão de moradias para a população de baixa renda, o que resultou na perda de autonomia do município para o tratamento da questão. A este, restou a responsabilidade com as ações emergenciais, como os problemas de desabamento, desmoraamentos e mortes (MAGALHÃES, 2000).

Vale ressaltar que as medidas do primeiro prefeito nomeado pelo regime militar, Antônio Carlos Magalhães, trouxeram profundas mudanças na configuração da cidade, através da Reforma Urbana de 1968, alargando as possibilidades de

expansão capitalista – através da “superação dos entraves” - principalmente no tocante às questões relacionadas à propriedade do solo urbano (Pinho & Carvalho, 1996, p.193, apud Magalhães, 2000).

Após a criação da URBIS, algumas iniciativas foram realizadas pelo município concernentes à população de baixa renda. Magalhães elenca algumas delas, como a criação do PRODESO – Programa de desenvolvimento Social, durante a administração de Jorge Hage. A finalidade daquele instrumento era “viabilizar a canalização de recursos para implementação de ações em áreas ocupadas pela população de baixa renda” (2000, p.141), visando também a participação das comunidades nos processos decisórios sobre a aplicação dos recursos.

Magalhães ainda cita o *“Estudo para viabilização da Regularização Fundiária das Áreas de Baixa Renda de Salvador”*, apresentada no governo de Renan Baleeiro em 1982. Este documento tratava das dificuldades do acesso à moradia, contemplando desde os altos custos das construções até a oferta de empregos, e o agravamento da questão tendo em vista a Reforma Urbana de 68. Através do citado documento, a prefeitura deixava claro à emergência de políticas de ações voltadas à regularização da posse da terra para os extratos mais pobres.

A interação entre diversos órgãos municipais e estaduais para o combate à ocupação desordenada na cidade surge na gestão de Manoel Castro, entre 1982 a 1985, quando houve controle para coibir as invasões e concomitantemente atuava-se em obras de implantação de infra-estrutura. Foi iniciado o Programa de

Legalização Fundiária e o tema *Habitação* já aparecia como uma particularização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano , coordenado pela Oceplan.

Os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 também influenciaram a política urbana em Salvador, quando diversas ações foram implementadas no período com o intuito de democratizar a gestão pública, ações estas envolvendo a participação comunitária e a discussão de políticas e diretrizes sobre o desenvolvimento urbano do município. Estas ações mantinham, segundo Dantas Neto (1993 p.119, apud MAGALHÃES, 2000, p.142): “estreita sintonia com a aparente sólida teia de entidades e movimentos”. Dantas Neto ainda deixa claro que estas relações em muito se justificavam pelo emergente movimento social urbano organizado, com destaque para a problemática da moradia, que contava com o apoio de diversas entidades, entre elas, a Igreja Católica e associações de bairros.

O período de gestão do governador Waldir Pires, de 1987 a 1989, marcado pelas amplas articulações com diversos segmentos da sociedade, foi de grande expectativa para a população e momento de forte pressão política, refletido na explosão de ocupação de terrenos, que adensaram ainda mais a cidade. Muitas destas invasões ocorreram em terrenos de propriedade do Estado da Bahia, inclusive em áreas remanescentes de conjuntos da URBIS (GORDILHO-SOUZA, 1990:279-282, apud ESPÍRITO SANTO, 2002, p.138).

Mais uma vez as intervenções com recursos estaduais são adotadas e nasce o “Programa de Humanização de Favelas”, apoiado nos “Programa de Autoconstrução” e “Programa de Oferta de Lotes Urbanizados” para população com

renda de até três salários-mínimos, porém o impacto destes programas é insuficiente para atender à demanda instaurada. A participação comunitária surge novamente para o tratamento da questão, através de incentivos a mutirões e uso de técnicas construtivas simplificadas, cujos resultados são “diminutos e frustrantes”, tendo em vista a inexperiência desta instituição neste tipo de administração (ESPÍRITO SANTO, 2002, p.138). A URBIS passa então a centralizar a promoção da habitação e recuperação de áreas degradadas.

Num balanço sobre a produção da URBIS, Franco (1983, p.170, apud CASTRO, 2001) destaca que aquela instituição foi responsável pela produção do SFH em Salvador, no entanto, a elevação progressiva do patamar de renda do público atingido resultou na exclusão do mercado de quase a metade mais pobre da população (47,2%). Ainda assim, segundo Gordilho Souza (2000), a URBIS concentrou, até meados da década de 80, a maioria dos projetos habitacionais para a baixa renda do SFH/BNH em Salvador, ocasionando a predominância do tratamento da questão na esfera estadual naquele período.

2.2 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES

Com o cenário de redemocratização do país, a partir da Nova República, novas posturas surgem no âmbito das políticas públicas nacionais, refletindo na gestão urbana em Salvador. Em função das competências atribuídas aos municípios a partir da Constituição de 1988, a questão da habitação passa a ser tratada através de ações públicas distintas, num processo de descentralização de iniciativas para a esfera municipal. Vale lembrar que estas transformações ocorrem após a extinção

do BNH em 1986, órgão centralizador da política habitacional na esfera federal (GORDILHO-SOUZA, 2000).

Como destacado anteriormente, a transição dos investimentos em habitação do BNH para a Caixa Econômica Federal acabaram por prejudicar o financiamento às camadas de renda mais baixas. Sobre a atuação da CEF na primeira metade dos anos 90, Gordilho-Souza (2000) destaca a implementação de linhas de crédito diversificadas, porém mais fragmentadas e voltadas à empresas construtoras e a empréstimos individuais.

Neste período surgiram os programas de iniciativa municipal, inclusive em Salvador, no entanto de pouca abrangência em relação à demanda instaurada, enquanto se produziam habitações através de cooperativas, a exemplo do INOCOOP, sem participação do poder público. No âmbito estadual, durante a gestão do governador Waldir Pires (1987-1991), a URBIS passou por um período de crise, embora muitos programas foram lançados naquele período, no entanto, sem atingir as metas desejadas. Desta forma, a URBIS vai passar a investir em projetos e obras de equipamentos urbanos (ESPIRITO SANTO, 2002).

As iniciativas de municipalização dos programas surgiram durante a gestão de Fernando José, de 1989 a 1992, com a criação da COHAB municipal vinculada à Secretaria de Terras e Habitação (SETHA) e na gestão Lidice da Mata, de 1993 a 1996. Nestes casos, a ação municipal estava mais voltada para a legalização fundiária de áreas municipais ocupadas por invasões e loteamentos públicos, mas

abarcava também a produção de lotes urbanizados e a construção de conjuntos habitacionais para população carente.

Num balanço da gestão municipal no provimento de moradia popular, Souza et al (2000) complementam que a atuação do município concentrou-se na oferta de lotes urbanizados para atendimento às situações de emergência, como desabrigados de chuvas e remoção de favelas. Em relação às instituições que foram implantadas a partir dos anos 60 no âmbito municipal, a exemplo da CURSA, do PRODESO, COHAB e SETHA, os autores assinalam que “a instabilidade é uma característica marcante dessas instituições que são criadas e extintas às vezes numa mesma administração” (op.cit,p. 1.24).

No período de 1989 a 1996, em função da atuação municipal, descrita acima, ocorre o que Gordilho Souza chama de “recesso na produção pública de habitação na esfera estadual” (2000, p.353). A partir do governo de FHC, com as novas diretrizes da Política Nacional de Habitação, a CEF abre o leque para investimentos em diversas frentes, incorporando os promotores públicos e privados e, além da produção de novas moradias, os programas públicos se voltavam para a recuperação de áreas degradadas e a melhoria das condições de habitabilidade da área precárias, como o Pró-Moradia, o Pró-Saneamento e o Habitar Brasil (GORDILHO-SOUZA,2000). Surge então uma nova fase para a URBIS: a urbanização de áreas ocupadas. Desta forma esta instituição reinicia suas atividades através do programa “Viver Melhor”.

Com o Viver Melhor, em 1996, ocorre a retomada da gestão estadual de habitação em Salvador. Este programa seguia as diretrizes das recentes transformações na política habitacional implementada pelo governo FHC, através da atuação efetiva em áreas de assentamento precário e reurbanização de favelas.

O programa Viver Melhor consiste em intervenções subsidiadas, onde utiliza-se os recursos dos programas federais Pró - Moradia e Habitar Brasil, ficando o próprio Governo do Estado da Bahia como responsável pelos empréstimos, alocando também recursos em contrapartida na ordem de 10 a 20% do total investido. Nas intervenções realizadas através do Habitar Brasil, os investimentos foram realizados a fundo perdido para a União e os demais programas foram financiados com os recursos do FGTS, ficando o governo do Estado responsável pelos custos de urbanização e infra-estrutura (GORDILHO-SOUZA,2000).

Em dezembro de 1998, foi aprovado o projeto de extinção da URBIS, com afetação do seu patrimônio à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia -CONDER, bem como a extinção de outros órgãos e secretarias numa verdadeira reforma administrativa estadual, dando continuidade a um processo já iniciado no final da gestão da URBIS. Este processo dá início a novas interações na problemática do habitat em Salvador.

2.3 A GESTÃO DO HABITAT

2.3.1 A Participação Popular e a Atuação das ONGs

Quando a URBIS, em sua nova fase, voltou a gestão para as áreas degradadas de Salvador, foi inaugurado na cidade um momento de significativas transformações na aplicação das políticas públicas no habitat. Desta forma, o Estado atuou tanto na construção de novos conjuntos habitacionais, como na execução de projetos de reurbanização, firmando parcerias com ONGs, a exemplo das intervenções do Candeal Pequeno, com a Pracatum e Novos Alagados com a AVSI. Estas intervenções indicaram uma melhoria nas condições do habitat, principalmente quando estavam ligadas com a participação da comunidade local, apresentando uma nova proposta urbanística(GORDILHO-SOUZA, 2000).

Para Nunes, algumas iniciativas do Viver Melhor se destacam, a exemplo do “Concurso Público de Urbanização de Favelas”, inédito em Salvador e de algumas experiências de interações entre a comunidade e a equipe técnica, o que tem demonstrado a quebra de alguns entraves à participação popular. Por outro lado, Nunes destaca o descompasso entre as idéias e as práticas do Viver Melhor. Entre elas, o caráter de “ação emergencial” refletido na maioria das intervenções, os quais não coadunam com as práticas e experiências das áreas do programa tidas como “especiais”. Outra questão é o impacto eleitoral desses programas, que contribui negativamente para a gestão das intervenções, onde as obras são realizadas por imposição política, sem muitas preocupações com a qualidade ou durabilidade dos

resultados, contrariando muitas vezes, as necessidades de participação popular (NUNES, 1999).

Nesse mesmo sentido, os estudos de Gordilho-Souza demonstram que quando se priorizam as intervenções em áreas já ocupadas, é inevitável a participação comunitária no processo de gestão. Conseqüentemente, os projetos que mais avançaram em resultados, foram os que tiveram uma participação maior daquele segmento, como a Urbanização do Camurujipe e o Projeto Paraguari.

A atuação das ONGs em habitação está mais relacionada aos trabalhos da CONDER na revitalização das áreas urbanas degradadas. Segundo técnicos da CONDER, para implementação de um projeto através de uma ONG é necessário que esta seja devidamente institucionalizada, apresente capacitação para execução, sendo também importante a experiência na área de atuação. Outro fator que se torna importante na atual conjuntura é o volume de recursos que estas organizações podem angariar das agências e organismos de cooperação.

2.3.2 A ONG AVSI

A Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, criada em 1972, com base nos princípios sociais da Igreja Católica. A sede da AVSI fica em Cesena, na Itália. Em 1973, a AVSI foi reconhecida pelo Ministério de Assuntos Exteriores e, em 1996, foi credenciada como Consultora Geral pelo Conselho Econômico das Nações Unidas (CASTRO, 2003).

A AVSI é constituída tanto por pessoas físicas como jurídicas, por voluntários, profissionais qualificados, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, agrônomos, médicos, engenheiros, entre outros. Esta organização tem atuado em 32 países da África, América Latina, Oriente Médio e Leste Europeu. Seus projetos são voltados ao desenvolvimento urbano, saúde, educação, desenvolvimento sócio-ambiental, formação profissional, geração de renda e apoio à família.

A AVSI trabalha em colaboração com diversos organismos internacionais, locais e de sua terra de origem, recebendo financiamento através destas instituições. Entre elas está o Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), World Food Program, União Européia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU), Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério de Assuntos Exteriores Italiano (MAE), Conferência Episcopal Italiana (CEI), Comunidade Solidária, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). A AVSI também recebe doações de pessoas físicas através do Projeto Tendas de Natal, quando esta monta tendas durante o Natal em várias cidades do mundo para arrecadar recursos (CASTRO, 2003).

No Brasil, esta organização trabalha em parceria com a Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM), ONG brasileira, com sede em Belo Horizonte, que trabalha a favor das populações carentes e, desta forma, realiza intervenções para o desenvolvimento sócio-econômico destas comunidades. Desde 1981, são implementados projetos no Brasil através desta parceria.

A AVSI possui um grande campo de atuação no Brasil e seus projetos estão voltados para melhoria dos aglomerados urbanos ou rurais; formação profissional, geração de emprego e renda e promoção empresarial e assistência social. O projeto pioneiro da AVSI em Salvador se deu em Novos Alagados, a convite da Arquidiocese de Salvador para realização de intervenções na área (A Tarde, 11/03/95 e 21/01/97, apud GORDILHO-SOUZA, 2000).

Sobre esta primeira intervenção, em 1989, após contato com os órgãos municipais e estaduais para busca de informações sobre a área e sobre a disponibilidade destes em colaborar, foi firmada uma parceria com o Governo do Estado da Bahia, através da assinatura de um protocolo de intenções, determinando o comprometimento de ambas as partes em levantar recursos, que fecharia num montante de 10 milhões de dólares (AVSI,1993,apud CASTRO,2003).

Em 1993, foi iniciada a 1ª. etapa do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social em Novos Alagados, quando foram alocados US\$ 5 milhões de dólares, dos quais US\$ 4 milhões foram provenientes do Banco Mundial e US\$1 milhão da AVSI (através de doação do Ministério de Relações Exteriores Italiano – MAE). A AVSI se responsabilizou pela construção de creches e outros equipamentos que seriam implantados a área. (A Tarde, 11/03/95 e 21/01/97, apud CASTRO,2003).

A partir das intervenções em Novos Alagados foram criadas as bases para constituição do programa Ribeira Azul em torno da Enseada do Cabrito/Tainheiros. De acordo com a pesquisa de Castro (2003) sobre a atuação da AVSI em Novos Alagados, o projeto de intervenção trouxe melhorias significativas à qualidade de

vida daquela população. Ainda segundo a pesquisa, a articulação entre o Governo do Estado e a AVSI representou uma inovação para a gestão urbana, no entanto, quanto à relação desta com a comunidade, existe a possibilidade de divergência de interesses, principalmente no que se refere à autonomia da comunidade, mais especificamente, da associação dos moradores do local. Certos embates políticos ou ideológicos contradizem a afirmação de que as ONGs “fortalecem o desenvolvimento das bases” (op.cit ,p.63,).

2.3.3 Composição Atual do Arranjo Institucional Público para Promoção da Moradia

- **A Esfera Estadual: CONDER/SECOMP/SEDUR**

Vale lembrar que na década de 90, no âmbito da Reforma do Estado, a Bahia passa por uma reestruturação administrativa e de melhoria de suas finanças, buscando eficiência de processos. Estas mudanças refletem o momento de dinamismo da economia estadual e o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Salvador através de investimentos em infra-estrutura urbana e social, recuperação e preservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural (BAHIA, 2005).

Neste panorama, algumas secretarias e órgãos estaduais ganham destaque, especialmente por interferirem, de algum modo, na promoção da habitação de interesse social na cidade e diretamente com o estudo de caso proposto neste trabalho. São elas:

1. **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER)** - surgida como entidade de planejamento metropolitano, antecede a determinação do Governo Federal de criar regiões metropolitanas em todo o território nacional. A CONDER foi criada pela Lei Delegada nº. 8, de 9 de julho de 1974. Nesta época, tinha como função executar o planejamento integrado de desenvolvimento econômico e social, do uso do solo metropolitano, do transporte, do saneamento básico e do sistema viário, entre outras atividades. A partir de 1975, a CONDER passa a ser um órgão executor de obras, além de fornecer assistência técnica aos municípios integrantes da RMS (SEDUR, 2005).

Em 1998, com a liquidação da URBIS, a CONDER passa a incorporar as atribuições desta instituição. Entre as competências da CONDER está a de estudar, formular e implantar planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano, metropolitano e de habitação de interesse social do Estado; planejar, programar, coordenar e controlar a execução de serviços de interesse urbano e metropolitano e celebrar acordos, convênios e contratos de cooperação técnica e financeira com instituições públicas, privadas e não governamentais, entre outras; e articular-se com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no âmbito de sua área de atuação (SEDUR, 2005).

Tecendo algumas considerações, quando a CONDER foi criada em 1974, como uma entidade de planejamento metropolitano, solidificou uma preocupação instaurada do poder público com aquelas áreas (SEDUR, 2005). Para Rolnik¹, o fato da existência

¹ Pensamento apresentado no Seminário “Construindo as bases para um futuro melhor”, realizado em 18/04/2005 na Casa do Trabalhador em Lauro de Freitas, Bahia.

de uma instituição que gerencia o planejamento regional como um todo, pode causar entraves à autonomia dos municípios envolvidos.

No caso da Bahia, a CONDER estabeleceu-se como uma entidade centralizadora da aplicação das políticas sociais no estado e no município, através de seu papel como agente financeiro, gerindo fundos internacionais, como órgão executor de obras, coordenador de projetos, atuando também nas questões de preservação ambiental (SEDUR, 2005).

2. Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP)

– esta secretaria foi criada em 21 de dezembro de 2001, pela lei estadual nº. 7.988 (ANEXO A), com a finalidade de promover, coordenar, acompanhar e integrar as ações governamentais destinadas a reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e as suas respectivas causas e efeitos.

No artigo 2º. da referida lei, verifica-se que dentre as competências desta secretaria, encontram-se a promoção e coordenação de estudos para identificação do público alvo das políticas inerentes, bem como ações de integração e interação com outras instituições, como:

- articulação com instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, nacionais, internacionais e estrangeiras, visando a redução dos desníveis sociais; através da formulação e execução das políticas de combate à pobreza e às desigualdades sociais;

- articulação com os demais organismos do Estado , no âmbito de sua competência, para promoção de medidas relativas à qualidade de vida da população carente socialmente excluída;
- desenvolver estudos objetivando o fortalecimento, a melhoria e a efetividade dos programas de combate à pobreza, em articulação com outras entidades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- articular esforços visando ao desenvolvimento de estratégias e promoção da inclusão social;
- promover acompanhar e avaliar, em articulação com os demais organismos competentes , a execução das políticas estaduais de combate à pobreza e destas com as demais políticas públicas; bem como acompanhar as políticas setoriais em nível federal e estadual, promovendo o intercâmbio e a articulação de programas e de projetos inter-setoriais.

Verifica-se que a política da SECOMP insere-se numa nova postura de gestão de políticas públicas defendida por Bonduki e explicitada no capítulo I do presente estudo, através de uma interação entre o poder público e outras organizações para articulação de programas e projetos urbanos. A diferença aqui está na questão de que a postura defendida por Bonduki está “fincada” na autonomia municipal, enquanto verifica-se o governo do estado à frente destas políticas.

3. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) – através da Lei nº. 8538 de 20/12/2002 houve uma modificação na estrutura organizacional do Poder Público Estadual, sendo criada a SEDUR com a finalidade de formular e executar a política

de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e assistência técnica aos municípios, visando um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado (SEDUR, 2005).

A estrutura da SEDUR é composta pela CONDER, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA) e o Conselho de Saneamento Básico. Desde 2003, a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB) vinculou-se à estrutura da SEDUR. Também foi criado o Conselho Estadual de Habitação (SEDUR, 2005).

No estudo de caso pretendido no presente trabalho, a SECOMP ingressa como financiadora e supervisora da execução do empreendimento Moradas da Lagoa, juntamente com a CONDER, através da SEDUR, gerando desta forma uma verdadeira intervenção na produção de moradia de interesse social no Município de Salvador.

- **A Esfera Municipal: SEHAB**

No âmbito municipal, mais precisamente a partir de 1997, a questão da moradia ficou direcionada à promoção da Concessão do Direito Real de Uso – CDRU, com a finalidade de regularizar a ocupação das áreas públicas, através da Coordenadoria de Promoção Habitacional ligada à Secretaria do Saneamento, Habitação e Infra-estrutura Urbana (SOUZA et al, 2000).

A Secretaria Municipal do Saneamento, Habitação e Infra-Estrutura (SEMIN), extinta na atual gestão, tinha como objetivo planejar, coordenar e executar a política de saneamento, infra-estrutura e urbanização, coordenar e executar atividades relacionadas com a defesa civil, administração de áreas verdes e os programas de habitação de interesse social.

Em 2001, foi criada a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), tendo por finalidade formular e executar a política municipal de habitação popular, promover a regularização fundiária de imóveis situados em áreas públicas no âmbito de programas habitacionais de interesse social e executar a defesa civil (SALVADOR, 2005). Verifica-se que muitas competências das SEHAB e da SEMIN eram semelhantes.

Na atual gestão, do Prefeito João Henrique, os trabalhos da SEHAB, sob a direção da secretária municipal Ângela Gordilho Souza, tem como metas regularizar o Fundo Municipal de Habitação (instituído pela Lei nº. 6.099/02) e o Conselho de Habitação do Município. A SEHAB também pretende intermediar os movimentos de ocupação de prédios abandonados em Salvador pelos Sem-Teto, contribuindo para viabilização destes e outros espaços na cidade para moradia desta parcela da população (SMCS, 2005).

2.3.4 O Poder Político nas Relações entre o Estado da Bahia e o Município de Salvador

A partir da descentralização indicada na Constituição de 1988, a tendência no plano nacional é a busca da autonomia municipal, abrindo-se campo para o que Dantas Neto assinala como “legitimação de alianças e lideranças que emergem ou se reciclam a partir da lógica do poder local” (1997,p.256). O momento atual é de reafirmação deste poder, através da elaboração dos planos diretores municipais e da observância das diretrizes propostas no Estatuto da Cidade. Particularmente em Salvador, essas transformações têm-se apresentado em divergência com o cenário nacional, em função da prática política que se estabeleceu no estado baiano e na cidade, relacionada ao que Dantas Neto chama de “atraso da política da Bahia”.

Na sub-seção anterior, se compararmos o arranjo institucional da administração estadual frente à municipal, podemos afirmar que atualmente o aparato do Estado tem atuado mais efetivamente na provisão de moradias para as classes mais carentes, como pode verificar-se pela competência das instituições apresentadas. O município praticamente se ausentou das intervenções mais ligadas à construção de moradias e reurbanização de áreas degradadas após a implementação do Programa Viver Melhor pelo Governo do Estado, gerenciado atualmente pela CONDER, como exposto nesse mesmo trabalho.

Para o gerente do Programa Viver Melhor, José Luiz Santos Costa² a efetiva atuação estadual através da CONDER na moradia popular se justifica pela maior estrutura

² Entrevista realizada em 05/05/2005 na CONDER, Salvador.

administrativa desta companhia em comparação à Secretaria Municipal -SEHAB e também pela questão do provimento dos recursos financeiros. Para ele, o grau de endividamento do Município de Salvador não permitiu parcerias com organismos internacionais para a implantação de programas habitacionais, uma vez que a “saúde financeira” é fator indispensável para realização destes convênios. Salienta também que as finanças estaduais ainda não chegaram ao ponto de serem impedimento para realização das parcerias. Quanto à atuação municipal, esta tem estado mais voltada para o planejamento territorial, ou seja, para a ordenação do uso e ocupação do solo, seguindo as diretrizes do Plano Diretor.

Durante o debate ocorrido no seminário “Construindo as bases para um futuro melhor”³, cujo objetivo foi o lançamento da Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo para Regiões Metropolitanas, a autora do presente trabalho questionou a Secretária Nacional de Programas Urbanos, Raquel Rolnik, até que ponto era benéfica a atuação do Estado da Bahia como planejador e executor de programas habitacionais no Município de Salvador. Em resposta, Rolnik argumentou que na prática do país não se tem uma definição de quem é a responsabilidade por planejar, realizar, financiar, executar, fiscalizar a execução e avaliar a política habitacional, levando a um estado “errático e caótico” nas palavras da secretária. Como exemplo, “o governo do Estado da Bahia faz política no município”, em outros é o governo federal e há outros que não existe intervenção de qualquer tipo. Essas posturas criam para Rolnik um “não-sistema”, sem regras, onde o questionamento é onde entra a relação com o planejamento. O desafio, para a secretária, é justamente a construção deste sistema, a exemplo do que acontece com a área de saúde no Brasil, através da unificação. No desenvolvimento urbano impera para Rolnik a “livre

³ Id. Nota explicativa 1.

concorrência”, a dependência “da vontade dos políticos”. Outro agravante para a habitação é não ter uma fonte estável de financiamento e, desta forma, “não se vai a lugar nenhum, não tem planejamento, articulação”.

Remetendo-se a Salvador, tal fato não deixa de ser um reflexo de um longo caminho da política oligárquica e centralizadora impressa pelo governo do Estado, que será apresentado através das reflexões de Dantas Neto (1997).

Quando Dantas Neto trata da “cidade” como centro de decisão, ele afirma a necessidade de conciliação entre o conhecimento estratégico da cidade e a estratégia da própria política, para que a cultura política de uma cidade não crie obstáculos para a instalação de novas decisões. No caso de Salvador “o elitismo oligárquico” e o populismo formam as duas faces de uma só moeda, porque o desfecho de todas as experiências do governo foi sempre a reiteração da tradição, caracterizada pela combinação de personalismo exacerbado e mentalidade oligárquica (op.cit).

São elencados por Dantas Neto alguns fatores que contribuíram para formação da política em Salvador, as quais são apresentadas resumidamente:

1. Nos anos 50, não havia um poder municipal autêntico, devido aos obstáculos impostos ao florescimento de uma cultura cosmopolita em Salvador. Com o governo de Helio Machado, buscou-se a autonomia da cidade, porém este processo foi muito rápido e acabou por incorporar as tradições do personalismo e do que Dantas Neto chama de “pequena política”.

2. O golpe militar também abortou as experiências de autonomia política na cidade e, ao contrário do que aconteceu no restante do país, ocorreu a “manutenção e exacerbação do carisma do culto à personalidade”, em torno de um regime autoritário.
3. A sujeição da capital à lógica do poder estadual tem origem no despotismo e paroquialismo, que reprimiram o processo de autonomia municipal, reeditando o mito da “Cidade da Bahia”.

Este processo foi mantenedor de uma hegemonia do modo baiano de governar a cidade, ficando o poder público local, fraco e politicamente instável, refém das corporações econômicas e as forças políticas não se ocupavam da organização mais permanente e autônoma da cidade. Dantas Neto chega a citar que as manifestações de diversidade, no plano político, são tratadas como “conspirações contra os interesses do lar comum da Bahia” (op.cit, p.269).

Atualmente, observa-se como a dicotomia política tem interferido de forma contundente no planejamento, execução e continuidade dos programas urbanos implementados na cidade, principalmente quando os gestores públicos estaduais e municipais não integram o mesmo partido político, ou então vão de encontro à ideologia do grupo, que tem insistido em “abafar” a autonomia da cidade.

2.4 RESUMO DOS FATORES QUE INFLUENCIARAM AS TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA DO HABITAT EM SALVADOR

As transformações recentes em habitação na cidade de Salvador que geraram as novas interações e parcerias na problemática do habitat, abarcadas neste capítulo, estão relacionadas, como visto, às mudanças de ordem na política do país, que induziram às novas posturas de gestão pública. Buscando-se uma ordem cronológica, serão elencados a seguir, os fatos que deram origem à estas transformações, num panorama resumido do que já foi apresentado até então nesse trabalho.

- O cenário nacional das políticas públicas, desde a democratização proposta pela Constituição de 1988, passando pelos movimentos populares de luta pela moradia e pela reforma urbana, pela política de descentralização do Estado e pelo respaldo da participação popular e da criação de outros instrumentos urbanísticos no Estatuto da Cidade;
- A política neoliberal a partir dos anos 90, com a retração dos investimentos na área social, abrindo espaço para as parcerias público-privadas e para a intervenção das organizações não-governamentais e outros organismos nacionais e internacionais nos projetos e programas urbanos;
- O retorno do financiamento federal à habitação popular, sobretudo os recursos advindos do Pró-Moradia e do Habitar Brasil; os novos rumos da política urbana nacional integrando os setores de habitação, saneamento e transportes;
- A reestruturação institucional do governo baiano com a criação e redistribuição de competências entre suas secretarias. Destacando-se as ações da SEDUR, através da CONDER e da SECOMP e a criação do Fundo Estadual de Erradicação e Combate à Pobreza (FUNCEP),

inaugurando novas fontes de recursos para moradia e urbanização e criando diversidade de programas;

- As recentes intervenções no habitat em Salvador que relacionam: participação popular; incorporação de equipamentos comunitários nos projetos urbanísticos e melhoria das habitações de baixa renda; valorização da estética e do lugar, interação com novos agentes sociais, como ONGs, escritórios de projeto e parcerias, especialmente ligados ao Programa Viver Melhor, ressaltados por Gordilho-Souza (2000);
- A articulação institucional entre vários órgãos públicos do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador e de diversas entidades que atuam na área urbana; através da celebração de convênios de cooperação técnica e financeira, entre outros.

No tocante à todas estas experiências em Salvador, Gordilho-Souza conclui que as inovações no habitat ainda se constituem de ações públicas voltadas para as carências mais imediatas da população, não representando um quadro de mudanças no processo de exclusão à que estas áreas estão submetidas dentro da cidade. Ou seja, as intervenções pouco avançam no tocante à legalização fundiária, ao tratamento dos espaços públicos, à questão ambiental e à revisão de parâmetros urbanísticos para inserção destas áreas na cidade formal (2000, p.368).

1. CAPITULO I: OS RUMOS DA POLITICA HABITACIONAL NO BRASIL PÓS BNH

Neste capítulo pretende-se apresentar as principais intervenções públicas em habitação no Brasil em um breve resumo, passando pelo processo de redemocratização no país, pela autonomia concedida aos municípios e pela abertura para a participação da sociedade civil nos programas urbanos. Ressaltam-se neste contexto as políticas habitacionais a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), inspiradas pelo modelo de gestão neoliberal que conformaram a questão habitacional dentro do âmbito da política de desenvolvimento urbano.

É dentro deste cenário, da execução de políticas integradas, que se introduz o estudo de caso em questão, do conjunto habitacional Moradas da Lagoa, onde se observa a inserção de princípios da Política Nacional de Habitação de 1996 e de outros documentos produzidos durante aquele governo, acompanhado da tendência de uma nova postura de gestão urbana, baseada nos rearranjos institucionais e nas articulações entre várias entidades públicas e privadas para execução dos programas urbanos.

1.1 AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM HABITAÇÃO NO BRASIL

A partir dos anos 30, a questão habitacional já era vista no país como um problema público e desde então, algumas iniciativas governamentais se destacaram, como a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) a partir de 1933 e da Fundação da Casa Popular em 1946. Mas o processo de urbanização e o aumento

dos fluxos migratórios se intensificaram nos anos 50, após a Segunda Guerra Mundial, gerando desemprego nas camadas populares e a proliferação de habitações sub-normais.

Com o agravamento desta situação e pressão da sociedade, o Estado brasileiro passa a intervir na área de habitação e infra-estrutura urbana numa gestão centralizadora, através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964 e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). Esta ação configurou-se como a primeira iniciativa de uma política urbana nacional, acrescentando que, para Souza et al, o BNH representou “o principal definidor” desta política (p. 1.10, 2000).

No entanto, o acesso à moradia por aquela instituição não conseguiu atender satisfatoriamente às classes de renda mais baixas. De acordo com estudos de Ribeiro & Azevedo (1996, p.13), de 4,5 milhões de unidades financiadas pelo BNH, no período entre 1964 e 1986, ano de sua extinção, apenas 1,5 milhão foram destinados às camadas populares, ou seja, 33,3% das unidades. Segundo alguns autores¹ este desempenho somente contribuiu para a expulsão das camadas de baixa renda para as periferias da cidade, onde, vias de regra, se instalavam os conjuntos habitacionais implantados por aquela instituição.

Em 1986 é decretado o fechamento do BNH, pelo então presidente José Sarney, decorrente, dentre outros fatores, da crise econômica dos anos 80, que provocou um verdadeiro colapso no Sistema Financeiro. As atividades do BNH foram então incorporadas à Caixa Econômica Federal².

¹ Entre eles: CARVALHO & PINHO, 1996; GORDILHO-SOUZA, 2000; MAGALHÃES, 2002.

1.2 A PRODUÇÃO HABITACIONAL NA NOVA REPÚBLICA

A Nova República representou um período de expectativas e de intensos movimentos sociais, tendo com pano de fundo o processo de democratização alavancado após o fim do regime militar (ESPÍRITO SANTO, 2002). Estes movimentos representavam a luta pela cidadania e pela descentralização prevista pela Constituição de 1988, a qual concedeu maior autonomia para os municípios. Este período inaugura novas formas de gestão das políticas públicas através dos canais de participação popular e das articulações entre os movimentos sociais e o Estado, constituindo uma nova relação deste com a sociedade civil (MAGALHÃES, 2002).

No tocante aos movimentos sociais acima descritos, Magalhães (op.cit) assinala que estes se intensificaram a partir dos anos 70, quando evidenciaram a exclusão social, econômica e política de parcela significativa da população. A ocorrência de uma abertura política, após a queda do regime militar, alavancou questões importantes, que não estavam somente relacionadas à resistência àquela gestão, mas também à luta pela cidadania, que abarcava as lutas pelos direitos sociais e pela melhoria das condições de vida nas grandes cidades (BANDEIRA, 1995, apud MAGALHÃES, 2002).

Durante a gestão do primeiro presidente da Nova República, José Sarney, iniciada em 1985, foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – I PND. Segundo Espírito Santo (2002), o I PND se apresentava como um plano de

² A substituição do BNH, um banco de fomento, pela Caixa Econômica Federal, gerou, para Azevedo (1996) o enfraquecimento da produção de casas populares, pelos programas alternativos (mutirão), autoconstrução, gestão comunitária, etc, os quais exigiam maior quantidade de subsídios.

reformas econômicas e de combate à pobreza, partindo do reconhecimento das condições precárias de vida da população. A partir deste plano, o problema habitacional já passou a ser visto como uma questão que não poderia ser tratada de forma isolada do contexto geral do planejamento.

1.3 OS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR

O governo sucessor de José Sarney, sob a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), apresentou poucas inovações em relação à política habitacional. Esta estagnação é atribuída por Azevedo (op.cit) às políticas de combate à inflação, intensificadas naquele período, que postergaram a implementação dos programas sociais de maior envergadura.

Ainda é destacado por Espírito Santo (op.cit) que a desvinculação entre os programas de desenvolvimento urbano e saneamento foram fatores que provocaram a ineficácia dos resultados da política do governo Collor, quando muitas construções ficaram inacabadas e a má gestão dos recursos acarretou sérios problemas às contratações posteriores. Para Magalhães (op.cit), não foi dada a atenção necessária para o estabelecimento de formas de cooperação entre as três esferas do poder e a organização de programas de urbanização.

O governo de Itamar Franco, iniciado em 1992, pretende implementar um processo de democratização, através da criação de Conselhos abertos à participação popular, com o intuito de aumentar o controle social, a transparência da gestão e exigir um maior compromisso dos estados e municípios (ESPÍRITO SANTO, 2002).

As citadas ações são traduzidas por Magalhães (op.cit) como uma tentativa de descentralização institucional, abarcando a possibilidade de uma reestruturação no setor habitacional, uma vez que se abriram espaços para discussões com as esferas do governo e várias entidades representativas da sociedade civil.

Dentre as críticas tecidas por Azevedo (op. cit), referente ao governo Itamar, está o descaso com a situação do SFH e a excessiva padronização dos programas habitacionais, exigindo-se a formação de conselhos e fundos em todos os municípios, sem, no entanto, dar partida à criação de um fundo federal. Vale ressaltar que a criação de um fundo federal voltado para a habitação já se constituía uma reivindicação da discussão do Fórum Nacional de Habitação, instituído em 1992, que contava com a participação de várias instituições e de órgãos públicos vinculados à questão habitacional.

As propostas constantes do citado fórum incluíam a busca da restauração de uma nova aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, produção e uso da moradia, através da criação de um conselho nacional da habitação, com a finalidade de gerir a política habitacional e um fundo específico. Naquele momento, segundo Azevedo, já se evidenciava “a preocupação de não se deixar exclusivamente na mão de um órgão governamental os rumos da política habitacional, abrindo perspectivas de participação neocorporativa onde, inclusive, segmentos da sociedade civil teriam assento” (op.cit, p. 88).

A partir de 1993, foram criados os programas Morar Município e Habitar Brasil, destinados a municípios com populações de até 50 mil habitantes e acima de 50 mil

habitantes, respectivamente, representando uma ação conjunta entre o poder público e a sociedade civil, prática que, para Castro “se traduz numa boa retórica para uma realidade que ainda permanece perversa e cruel para a população de baixa renda” (2001 p.18).

A produção habitacional do governo Itamar não teve muita repercussão em função da redução dos recursos para produção de moradias gerada pela reforma macroeconômica do país em função do Plano Real e pela prioridade dada ao governo na conclusão de obras contratadas pela gestão anterior, com recursos do FGTS.

1.4 A POLÍTICA HABITACIONAL DO GOVERNO FHC

O governo FHC (1995-2002) propõe discutir a questão habitacional de forma integrada à questão urbana, reforçando o papel dos municípios como agentes promotores de habitação popular, buscando uma atuação mais diversificada no campo do urbano (Azevedo, op.cit).

Dentro desta perspectiva, o Governo Federal contratou, em 1995, a Fundação João Pinheiro, que fez um levantamento sobre o déficit habitacional no Brasil, que na época foi estimado em 4 milhões de novas moradias urbanas e 1,6 milhão de moradias rurais. De acordo com Castro (op.cit, p.19), entre os fatores que deram origem ao déficit brasileiro encontram-se:

- Excessiva concentração de renda, enquanto uma grande parcela da população sofre com a reduzida absorção pelos segmentos mais produtivos da economia;
- O padrão de estrutura urbana, que favorece a periferação e a sub-ocupação de áreas, elevando o custo dos serviços de infra-estrutura;
- A política de habitação social, que restringiu-se quase que exclusivamente à produção de conjuntos habitacionais;
- A redução drástica de investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura devido à crise fiscal do país e à crise do SFH;
- A inexistência de padrões gestacionais eficientes;
- Concessão indiscriminada de subsídios na política de crédito habitacional.

A partir do citado estudo, o governo FHC implementou novas diretrizes e, em 1996, foi elaborada a Política Nacional de Habitação (PNH), visando integrar a política urbana de uma forma geral com as demais políticas públicas de saneamento, geração de emprego e renda e regularização fundiária. Os conceitos e pressupostos desta nova política refletem, para Magalhães, “resultados do processo de democratização e das novas competências de estados e municípios, do esgotamento e crise do padrão anterior de financiamento das políticas habitacionais, dos movimentos sociais urbanos e da reforma do Estado em curso no país” (2002, p. 123).

As ações da citada política, segundo Azevedo (op.cit), se traduziam nos programas de urbanização de favelas e recuperação de áreas degradadas, privilegiando as formas associativas e cooperativas, incentivando a assistência técnica e a

cooperação entre os órgãos, entidades e organizações comunitárias, abrindo mais possibilidades para atuações no campo do habitat.

Com o início do segundo mandato de FHC (1999-2002), é implementado o programa Avança Brasil, que continha propostas para o enfrentamento da questão urbana. Neste programa são definidas as diretrizes para uma “nova política urbana” incluindo a proposta de uma Política Nacional de Habitação, que manteve praticamente as mesmas diretrizes da política de 1996. Esta proposta foi abordada posteriormente em documento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), intitulada “*Newsletter da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República*”, publicado em março de 1999 (MAGALHÃES, op.cit).

As recomendações da Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II) também foram consideradas no citado documento da SEDU. Devido à influência desta conferência nas diretrizes da política habitacional do período em estudo, será feita uma abordagem mais detalhada adiante.

Resumindo as ações do governo FHC em habitação, além da atuação via setor público, através do Pró-moradia (recursos do FGTS) e do Habitar-Brasil (recursos do OGU/BID), o governo instituiu parcerias dirigidas direto à população através do programas Carta de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor. Destacam-se também as ações integradas com o ambiente urbano, através de programas na área de saneamento, a exemplo do Pró-Saneamento e do Pró-Sanear, objetivando ampliar a oferta de serviços de saneamento, promovendo ações integradas de abastecimento de água, esgoto, drenagem e destinação final de resíduos sólidos (CASTRO, 2001).

Nos estudos de Magalhães (op.cit) ainda é destacada a criação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

Para Gordilho Souza, num balanço das intervenções estatais na produção de habitação, as transformações ocorridas em meados da década de 90 apontaram para a “retomada mais vigorosa do sistema financeiro federal, através da CEF, com iniciativas marcadas por descentralização, diversidade de projetos e ampliações de linhas de crédito direto ao consumidor” (2000, p.59). A autora ainda destaca os programas que foram criados voltados para a baixa renda.

Alguns conceitos, pressupostos e diretrizes introduzidos pela **Política Nacional de Habitação** do governo FHC, apreendidos em base dos estudos de Magalhães (op.cit), merecem especial destaque por importarem na análise do estudo de caso do Moradas da Lagoa, que foi implementado no final daquela gestão. São eles:

- A introdução do conceito de **habitat**, ou seja, uma forma mais abrangente de se considerar a moradia, incluindo as condições de habitabilidade e sustentabilidade; integrando adequação do ambiente, espaço, privacidade, segurança, durabilidade, iluminação, localização em relação ao emprego; infra-estrutura urbana e oferta de serviços e equipamentos urbanos;
- As demandas da sociedade e as características da cultura e da organização social são tomados como parâmetros para definição de uma política habitacional;
- A função social da terra, incluindo o aumento na oferta de terras para fins de moradia para a população de baixa renda;

- A “afirmação da cidadania” através de novas formas de participação popular na formulação, decisão e controle das políticas;
- Quanto aos objetivos, destacam-se a **universalização do acesso à moradia**; a **articulação das ações do setor público com o setor privado, a sociedade civil e os beneficiários**; a **democratização da gestão**, abrindo formas de participação e controle social na gestão de programas e o **desenvolvimento institucional** do conjunto de entidades envolvidas na questão;
- Dentre os princípios e diretrizes estão: a **integração com a política urbana**; a **descentralização** - definição das competências nas três esferas do poder, aliada às propostas de reforma do Estado; a **geração de emprego e renda e capacitação profissional**, fatores que devem estar previstos dentro dos programas habitacionais; e a **regulação e ampliação das fontes de recursos**, o que permite a agregação de fontes alternativas de recursos;
- Entre os instrumentos institucionais, destacam-se: a **competência atribuída aos estados e os municípios para formulação de política habitacional** própria, bem como a criação de fundos municipais e regionais para este fim; a **multiplicidade de agentes promotores e financeiros no intuito de agilizar empréstimos e financiamentos**. Fica também instituída a criação de conselhos para viabilizar a participação popular e das instâncias colegiadas nos níveis local e estadual, representadas pelo poder público e pela sociedade civil;

- **Ênfase no combate à pobreza e às cidades informais**, através da priorização de recursos para recuperação de assentamentos informais e áreas degradadas;
- **Integração setorial e institucional das políticas voltadas ao desenvolvimento urbano e à sustentabilidade**, utilizando programas “multisetoriais”, que abarquem mecanismos de integração e articulação de instituições voltadas para a formulação e execução de políticas públicas;
- **A integração do poder público com o setor privado e a sociedade civil para redução do déficit habitacional**, cabendo ao primeiro promover as ações e articulações nos três níveis de governo.

Com o término da gestão de FHC, muitos instrumentos da PNH, como a interação com outros setores e com a sociedade civil e a permanência de programas como a Pró-Moradia e o PSH foram incorporadas nas proposições e diretrizes do governo sucessor, que serão comentadas na seção seguinte.

1.5 A POLÍTICA HABITACIONAL DO GOVERNO LULA

Antes de discorreremos sobre as políticas implementadas pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciada em 2003, é importante destacar que em 2000 foi realizada uma pesquisa, através do Instituto Cidadania, sob a coordenação geral de Lula. Esta pesquisa gerou uma proposta de desenvolvimento urbano e de erradicação do déficit habitacional, denominada “Projeto Moradia” (INSTITUTO CIDADANIA, 2000).

Desta forma, o Projeto Moradia propunha o envolvimento dos três níveis de governo e a formação de alianças com a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil. Neste projeto, “moradia digna” foi conceituada como um padrão mínimo de habitação, que garantisse qualidade e conforto e que estivesse vinculada às redes de infra-estrutura básica, ao provimento de equipamentos sociais (saúde, lazer, educação, segurança e cultura) e ao transporte coletivo. A política habitacional estaria subordinada às políticas urbanas setoriais, sendo também proposto um sistema nacional de gestão e financiamento, com descentralização de acesso ao crédito e desburocratização de todos os procedimentos (op. cit).

A participação popular e o controle social apareciam como uma das diretrizes básicas da proposta do Projeto Moradia, onde seriam garantidos os canais de participação da sociedade, através da criação de conselhos, conferências de habitação e orçamento participativo. Esta proposta abarcava uma ação articulada, com papel básico de gestão e controle social pelas administrações públicas nas diversas esferas, onde segmentos como o legislativo, o judiciário, movimentos sociais, ONGs, universidades, agentes técnicos e entidades de classe teriam assento (op.cit).

Para coordenação das diretrizes e pressupostos desta política, seria instituído o Sistema Nacional de Habitação, objetivando evitar a sobreposição de atribuições e intervenções entre as esferas estadual e municipal. Para isso, seriam criados regulamentos para organizar a atuação dos diversos agentes envolvidos. A proposta chamava a atenção para a criação de um “Ministério das Cidades”, tendo em vista o grande número de pessoas que vivem nas cidades (80% da população do país) e a

ausência de uma priorização de políticas para a questão urbana. Esta ausência refletia-se na descontinuidade de políticas urbanas ou setoriais, na delegação à diversas secretarias e ministérios de curta duração, na ausência de informações sistemáticas sobre a questão e na falta de um quadro técnico qualificado (op. cit).

Observamos que muitos objetivos e diretrizes constantes no Projeto Moradia eram comuns aos pressupostos da Política Habitacional do governo FHC. Quando Lula assume a presidência, incorpora em sua gestão ações propostas no Projeto Moradia, como a criação do Ministério das Cidades, da Secretaria Nacional de Habitação, do Conselho das Cidades e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A política habitacional do governo Lula também abarca os princípios da moradia digna como direito e vetor de inclusão social; da função social da propriedade urbana; da questão habitacional como uma política de Estado; da gestão democrática e da subordinação das ações em habitação à política urbana (BRASIL, 2004).

O Ministério das Cidades trabalha através da operacionalização de recursos pela Caixa Econômica Federal e tem procurado trabalhar de forma articulada e solidária com os estados e municípios, movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade (BRASIL, 2005a). Este novo ministério conta com o auxílio do Conselho das Cidades e incorpora as Secretarias Nacionais da Habitação, do Saneamento Ambiental, de Programas Urbanos e do Transporte e da Mobilidade Urbana. O objetivo é combater as desigualdades sociais e ampliar o acesso da população à cidades mais humanizadas, com oferta de moradia, saneamento e transporte (op.cit).

O Conselho das Cidades é formado por representantes dos segmentos da sociedade civil e poderes públicos federal, estadual e municipal. Representa uma conquista social e tem como objetivo assegurar a participação cidadã nas decisões acerca das políticas públicas, contribuindo com os municípios na aplicação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2005a).

A Secretaria Nacional da Habitação é responsável pela formulação e proposição dos instrumentos para a implementação da Política Nacional da Habitação. Dentre os atuais programas do governo destacam-se: o PSH, para atender aos extratos da população com renda até três salários - mínimos; o Programa Habitar Brasil, através dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), voltado à reurbanização de áreas urbanas degradadas; o Pró-moradia I e II, centrado na regularização e integração de assentamentos precários e o Crédito Solidário, para viabilizar projetos habitacionais elaborados por cooperativas e associações de bairro (op.cit.).

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), aprovado em maio de 2005, representa uma conquista popular. O objetivo deste fundo é somar e articular recursos para ações em habitação envolvendo os três níveis de governo para atendimento às famílias de baixa renda. A criação do FNHIS pressupõe a retomada do planejamento em habitação no Brasil e a coordenação das ações nesta área (BRASIL, 2005b).

O governo Lula tem representado uma soma de ações em prol da equalização do déficit habitacional no Brasil, com atitudes pioneiras referente a abertura do

financiamento à moradia popular, a exemplo do Crédito Solidário e da participação de associações de moradores e entidades não-governamentais na promoção da habitação.

1.6 REFLEXÕES SOBRE A NOVA POSTURA E OS NOVOS ATORES DA POLÍTICA DO HABITAT NO BRASIL

As transformações da política habitacional apresentadas durante o governo de FHC, que conseqüentemente repercutiram na gestão atual, fazem parte das mudanças institucionais que estavam ocorrendo nos países relacionadas à Reforma do Estado. Juntamente com estas transformações, surgiram também novas posturas no campo do habitat, direcionadas ao fortalecimento do poder local, à gestão descentralizada e democrática e à atuação de organizações não-governamentais em habitação.

Para melhor entender este quadro conjuntural, serão apresentados a seguir alguns fatores e acontecimentos que contribuíram para o surgimento de uma nova postura de gestão pública e dos novos atores que interagem neste cenário. Tais fatores tornam-se indispensáveis à compreensão do modelo de programa habitacional proposto para o estudo de caso pretendido. Dentre estes fatores considerou-se relevante destacar **a Reforma Institucional e as transformações no campo da ação pública, o Estatuto da cidade e a Municipalização e as influências do Habitat II**, sem a pretensão de uma análise mais extensa sugerida por estes temas, finalizando com a **Gestão não estatal**, representada pelo papel das ONGs.

1.6.1 A Reforma Institucional e as Transformações no Campo da Ação Pública

Em função do modelo de gestão adotado no Brasil até o fim da década de 70, com uma forte concentração dos processos decisórios na esfera federal, as administrações locais tiveram pouca autonomia na definição de políticas e gestão de recursos públicos. No entanto, a crise fiscal e o empobrecimento da população que abateram o país naquele mesmo período afetaram de modo significativo o atendimento dos principais serviços públicos. Conseqüentemente, a partir dos anos 80, as políticas sociais no Brasil não foram capazes de satisfazer as demandas da população (FONTES et al, 1997).

O quadro acima descrito tornou-se uma constante no país, fazendo com que, na década seguinte, novas práticas de gestão de políticas sociais passassem a integrar a administração pública, tendo como fundamentos “a desregulamentação e a descentralização de ações públicas, ambos instrumentos de novas formas de relação do Estado com a sociedade civil” (op.cit, p.103).

A reestruturação então apresentada visava a obtenção de um modelo de gestão mais eficiente, que envolvesse o poder público, o poder econômico e a sociedade civil. Este modelo estava baseado na Reforma do Estado, com uma atuação mais reguladora do que executora (ALMEIDA, 2000). Esta reforma tinha como objetivo principal a transição de uma administração burocrática para a administração gerencial, descentralizada e mais eficiente.

Sobre estas transformações, Almeida ressalta a existência de fatores endógenos e exógenos. O primeiro estaria ligado à falência econômica-financeira dos governos e à ampliação da cidadania e o segundo seria decorrente da globalização e dos “contornos normativos-regulamentares impostos por instituições internacionais (Organização Mundial do Comercio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros)” (p.129,2000).

Dentre os pressupostos desta nova política, Bresser Pereira (1996, apud Almeida, p.128, 2000) destaca, como ponto de partida para a reestruturação, a existência de quatro setores dentro do Estado:

- O núcleo estratégico do Estado, onde são definidas as leis e as políticas públicas;
- As atividades exclusivas do Estado, onde são exercidos o poder de legislar e tributar;
- Os serviços não exclusivos ou competitivos, os quais são realizados ou subsidiados pelo Estado, voltados para os direitos humanos, como universidades e hospitais, que seriam geridos pelas “organizações sociais”, estabelecendo-se um sistema de parceria ou co-gestão entre o Estado e a sociedade civil;
- A produção de bens e serviços para o mercado, ou seja, o Estado atuando na provisão de serviços públicos ou privados e/ou em setores estratégicos.

Essas transformações, segundo Almeida (2000), operaram também na esfera estadual. No caso do Estado da Bahia, houve uma reestruturação administrativa e melhoria das finanças, o que capacitou o estado a receber empréstimos providos

de organismos internacionais, visando a melhoria das condições de vida de sua população. No entanto, para Almeida, os avanços no âmbito dos municípios baianos ainda não tiveram um desempenho significativo.

A reestruturação do governo baiano abordado acima lança bases para que programas habitacionais para baixa renda sejam cooptados pelo Governo do Estado a partir de meados da década de 90 e implantados no Município de Salvador, deixando à parte as iniciativas locais em habitação. Esta questão será discutida neste trabalho no capítulo sobre as políticas habitacionais em Salvador.

1.6.2 A Influência do Habitat II

Para Bonduki (1997) as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana selecionadas para a 2^a. Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul (1996), consolidaram novas diretrizes, em contraposição ao modelo central-desenvolvimentista³, que tinha orientado a questão urbana desde o Estado Novo. Uma nova postura se desenvolvia no país, baseada na descentralização, na participação popular, na parceria com organizações não governamentais, respeito ao meio ambiente e na busca para garantir o direito à cidade.

Para Rolnik (1997), estas práticas inovam no modelo de gestão, conferindo “um novo significado para os termos governos locais e parcerias” (ROLNIK, 1997, p. 55).

³ Este modelo é caracterizado por Bonduki “pela crença de que o desenvolvimento e o crescimento a qualquer custo seriam sempre positivos e que a centralização dos poderes no Estado para intervir sobre a cidade traria as soluções adequadas para resolver seus problemas”.(p.62,1997)

Nesse mesmo sentido, para Brandão (1997), o Habitat II consagrou, entre outros, o mérito da parceria, da co-gestão e das soluções apropriadas à especificidade dos lugares, respeitando o meio-ambiente e à pluralidade étnica e cultural. Esse modelo de gestão apresenta, para Brandão uma postura mais estratégica de implementação da política administrativa, fruto de um momento de serenidade das lutas sociais, de aprimorada produção acadêmica sobre temas da urbanização e gestão pública e a inserção destes atores na militância política e na montagem de planos diretores para as cidades.

As recomendações do Habitat II tornaram-se então referência no programa de governo FHC, até porque muitas medidas sobre a questão urbana estavam sendo cobradas naquele momento aos governos que estavam envolvidos com os trabalhos daquela conferência⁴ (Magalhães, 2002).

1.6.3 O Estatuto da Cidade e a Municipalização da Habitação

Na Nova Política Urbana, proposta na segunda gestão de FHC, são apresentados novos instrumentos urbanísticos direcionados a atrair investimentos para a cidade. Estes instrumentos são parte do Estatuto da Cidade⁵, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 88, que prevêm no âmbito de cada município, instrumentos para a garantia do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana. O Estatuto

⁴ O Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos(CNUAH) solicitou de cada Estado nacional a elaboração de um plano de ação com a participação não governamental (MARICATO, p.34,1997).

⁵ Nome dado à Lei Federal nº. 10.257 de 10 de junho de 2001(MAGALHÃES, p.255,2002).

representa uma “caixa de ferramentas” para a política urbana local (BRASIL, 2001,p.23-24)

De acordo com as reflexões de Magalhães, os instrumentos apresentados neste estatuto direcionam a uma maior autonomia das prefeituras, as quais podem intervir na cidade no sentido do cumprimento de sua função social. Estas ações impulsionam de certa forma a municipalização das políticas de habitação, quando passa para o poder local os instrumentos de planejamento e controle do solo urbano (op.cit).

Esta tendência à municipalização da política pública de habitação ocorre, para Gordilho-Souza (2000), desde o início dos anos 90, quando as administrações municipais começam a atuar na elaboração de projetos e programas próprios por iniciativa política local, inclusive utilizando recursos locais. Para a autora, tal fato se remete à influência neoliberal, apontada na seção anterior, quando a atuação da CEF estava voltada para o atendimento à empréstimos direto às construtoras, sem intermediação do Estado no provimento de infra-estrutura básica, elevando assim o custo dos projetos e, conseqüentemente, excluindo a parcela de população de baixa renda.

1.6.4 A Gestão Pública Não Estatal – O Papel das ONGs

De acordo com os estudos de Rubem César Fernandes, as Organizações Não Governamentais fazem parte do chamado “terceiro setor”, ou seja “ um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (1994,p.127). São instituições

privadas, porém sem fins lucrativos e, embora sejam entidades não governamentais, possuem características de serviço público.

O advento destas organizações intensificou-se na América Latina a partir dos anos 70⁶. Neste continente, elas iniciaram com a função de suprir deficiências institucionais, a exemplo da área de educação e apoio a movimentos populares. No entanto, as funções destas instituições passaram a crescer, se estabelecendo como elementos significativos para o exercício das atividades de interesse público.

Vale destacar que o fortalecimento das ONGs na América Latina ocorreu devido às relações entre os movimentos sociais e às agências de cooperação internacional nos anos 70 e 80, que financiavam estas organizações para apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social. Os citados movimentos evitavam relações com o Estado, com as empresas privadas e com o mercado e nem tampouco utilizavam os meios de comunicação institucionalizados. Conseqüentemente, o financiamento estrangeiro foi decisivo para manter estas estruturas. O fato das agências não governamentais internacionais poderem se relacionar direto com grupos civis, sem que seus recursos financeiros passassem pelo governo local facilitava a implantação e as ações destas organizações (FERNANDES, 1994).

Outro fato propulsor foi o estabelecimento das ONGs como parceiras locais das agências internacionais na implantação de projetos nos países subdesenvolvidos, com a finalidade de formular, acompanhar e prestar contas, uma vez que possuíam

⁶ Vale destacar que desde a Idade Média na Europa, estas associações existiam com a finalidade de atender ao bem estar comum (MOURA, 1999, apud CASTRO, 2003).

personalidade jurídica e um mínimo de estrutura administrativa (FERNANDES, 1994). Em contrapartida, a partir dos anos 90, as ONGs tiveram que profissionalizar suas ações, ficando cada vez mais dependentes de financiamentos externos para realizar suas atividades, uma vez que as agências de cooperação passaram a apoiar apenas projetos com metas e objetivos definidos e cujos resultados pudessem ser quantificados (CASTRO,2003). Em virtude desta dificuldade na obtenção de recursos, as ONGs brasileiras firmaram parceria com o Estado, através da lei 9790/99, que instituiu o Termo de Parceria, para transferência de recursos para instituições privadas sem fins lucrativos (MOURA, 1999,p.19,apud CASTRO,2003).

Segundo Gordilho-Souza, a nomenclatura ONG foi criada pela ONU na década de 1940, com o seguinte sentido: “designar entidades não oficiais, ou seja, não governamentais, que recebiam recursos de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, através de grupos de serviço de ajuda aos processos de desenvolvimento e de reconstrução do pós-Segunda Guerra” (2000, p.78). Entretanto, segundo parecer da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), este termo “ONG” não é definido por lei, podendo estas entidades se constituir como associação ou fundação sem fins lucrativos. Exclui-se deste conjunto entidades privadas não-lucrativas, a exemplo das que representam interesses profissionais, sindicatos, clubes esportivos, entre outras (CASTRO, 2003).

O cenário das políticas públicas nos anos 90 apontou para uma emergência de parcerias e articulações tanto na esfera institucional pública como na relação com a sociedade civil organizada. Para Loiola e Moura (1997, p.61) “o próprio sentido de rede pública parece ampliar-se para além das iniciativas do Estado, com ações

desenvolvidas a partir de ONGs e movimentos coletivos voltados para a formulação e a implementação de políticas sociais” . Desta forma, as ONGs tem se destacado em meio ao processo de esvaziamento do aparelho do Estado e do questionamento quanto à incapacidade deste em atender as demandas sociais em função do endividamento público. Mas, o que há de novo é justamente as articulações destas entidades com os setores governamentais na elaboração de políticas públicas sociais voltadas à população carente, face aos problemas citados (GORDILHO-SOUZA,1997, apud op.cit). As práticas bem sucedidas em habitação selecionadas para o Habitat II, abordadas na seção anterior, são um bom exemplo destas interações.

As parcerias entre o poder público e as organizações não governamentais para o desenvolvimento de programas e projetos públicos, através do estímulo de processos autogestionários e co-gestionarios em programas de produção do habitat e de geração de emprego e renda, conformam-se, dentro da política neoliberal, como uma terceira via de polarização entre a estatização e a privatização, criando para BONDUKI a “gestão pública não estatal” (1997, p.69). Quando estas organizações assumem novas formas de gestão, passam a ter um novo tipo de inserção dentro das lutas dos movimentos urbanos, somando ao caráter reivindicatório inerente, a perspectiva propositiva e autogestionária. Desta forma, o poder público deixa de ser o único responsável pelos programas sociais, compartilhando poder e responsabilidades.

A gestão descentralizada e democrática, com destaque para o papel do poder local e para a articulação das políticas setoriais, é destacada por Bonduki como uma das

características mais marcantes da nova postura de gestão urbana apresentada acima, fincada na autonomia municipal e de outros agentes locais em elaborarem suas próprias intervenções. As prefeituras e as organizações não governamentais interagem como as instâncias articuladoras de programas e projetos urbanos, concedendo um caráter intersetorial nas intervenções físicas como urbanização de favelas com programas sociais e com geração de emprego e renda. Neste aspecto, Bonduki vislumbra no poder local o principal eixo articulador da ação pública nas políticas sociais e urbanas (op.cit). Ou seja, estas interações reforçam o caráter da municipalização das políticas públicas discutido no presente trabalho.

Outro aspecto importante elencado por Bonduki (op.cit) é a facilidade de articulação, incluindo a viabilização de recursos, quando um programa ou projeto é promovido através das gestões públicas não-estatais, garantindo um caráter intersetorial às ações - as quais muitas vezes são prejudicadas pela demasiada segmentação de órgãos públicos - e tornando os programas menos suscetíveis a mudanças de orientação política das administrações. Outra vantagem desta gestão é a abertura de um leque de parcerias e negociações entre administrações de diversos partidos em programas que envolvam vários níveis de governo.

Por outro lado, alguns estudiosos observam certos embates nas interações acima descritas. Quanto à relação ONGs e o Estado, Figueiredo (1997) assinala que estes estão envolvidos num jogo duplo de auto-colonização e invalidação mútua. Afirma ainda que o terceiro setor surge como uma negação ao modelo intervencionista do Estado Brasileiro, estando em constante concorrência. Figueiredo acusa as ONGs de não assumir sua representatividade dentro da sociedade civil, construindo seus

papéis como organizações autônomas, criando um abismo entre estas e as bases políticas que lhe dão sustentação, no entanto, querem a todo custo legitimar seu caráter democrático, enquanto voltadas a uma “ideologia autoritária e paternalista, holística e centralista.”(FIGUEIREDO, 1997).

Para Carvalho (1997), a atuação do terceiro setor só tem sentido se complementar o primeiro e o segundo. O papel das ONGs somente terá maior significado se interagir com as políticas de macrointervenção públicas, agenciadas pelo Estado. Para Carvalho, sem a necessária prioridade em esfera nacional de políticas que contemplem geração de emprego e renda, profissionalização, habitação, saneamento, entre outras, não será possível modificar o cenário das cidades.

A questão da relação das ONGs com as comunidades em que estão inseridas é levantada por Villasante (1997). Muitas ONGs latino-americanas fazem acordos entre si e alguns técnicos, contando com auxílios internacionais, no entanto, o autor relata que freqüentemente ocorrem problemas com estas relações, repassando para as comunidades beneficiadas. Villasante ainda assinala que muitas destas instituições ficam no assistencialismo, não permitindo uma efetiva participação popular na tomada das decisões, repetindo-se a “cultura da pobreza”, onde a comunidade afetada não interage com os projetos a elas destinados.

Especificamente na área da habitação, a atuação das ONGs é tida por Gordilho-Souza como intervenções recentes, onde novas interações e produções do espaço construído estão se solidificando, direcionando para “perspectivas de atuação e

reflexão inovadoras” (2000, p.63). Estas parcerias apontam para a modernização na construção do espaço e nos processos de gestão da habitação.

Neste sentido, Almeida (2000) evidencia como o principal ponto forte do Terceiro Setor a facilidade que estas instituições tem em levantar recursos oriundos de várias fontes. Uma vez que muitas destas organizações têm demonstrado competência na implementação de projetos, os investimentos originam-se de diferentes agentes, indo desde empresas privadas, visando o marketing institucional, até organismos financeiros internacionais. Ainda é destacado por Almeida que a tendência das agencias externas de financiamento de caráter compensatório tem sido privilegiar esse tipo de organização, através do aumento do montante de recursos financeiros destinados às ONGs pelo Banco Mundial⁷.

Os fatores apontados neste segmento conformam-se num ponto de partida para análise da pós-ocupação realizada pela AVSI e pela CDM, que tem atuado no Moradas da Lagoa no sentido de interagir com o público local e promover o desenvolvimento social e urbano - ações que tem se traduzido numa tentativa de intervenção na gestão da moradia popular em Salvador.

⁷ No quadro: **Evolução do financiamento de ONGs** (fonte: PDDU de Senhor do Bonfim) entre 1973 a 1988 apenas 6% dos projetos financiados pelo Banco Mundial eram destinados a ONGs; em 1994 este percentual sobe para 50% (ALMEIDA,2000).

3. CAPÍTULO III - MORADAS DA LAGOA

3.1 APRESENTAÇÃO

Dentro do quadro até então apresentado das transformações na política habitacional em Salvador, englobando as novas interações entre as esferas governamentais e as parcerias com a sociedade civil, é que se insere o estudo de caso do Moradas da Lagoa. O loteamento chama a atenção por ter sido um “projeto piloto”, que contou com a iniciativa da parceria entre várias instituições, por inovar em relação ao público-alvo para um programa de interesse social e pela sua localização entre os bairros de Coutos e Valéria.

O Moradas da Lagoa foi concebido no ano de 2002 no âmbito estadual através da SECOMP, em parceria com outras entidades estaduais e municipais, que aliaram-se à instituições não-governamentais, onde destaca-se o trabalho de pós-ocupação que vem sendo realizado pela AVSI, com a interveniência da CDM. Dentre as entidades estaduais envolvidas estão a SEDUR, através da CONDER, a Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e Esporte (SETRAS) e a Secretaria de Comércio, Indústria e Mineração (SICM). Na esfera municipal destacam-se a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS) e a Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (CODESAL).

Em relação ao público alvo, o Moradas da Lagoa, como já foi dito, atinge uma população de extrema carência, grande parte formada por ex-moradores de rua. Outro aspecto que torna interessante o estudo deste empreendimento é a sua

localização, entre os bairros de Coutos e Valéria, numa área de especial interesse para habitação popular, que foi objeto de plano diretor específico na década de 80 e que, atualmente, passa por projetos de intervenção para requalificação urbana e ambiental em função de abrigar a Lagoa da Paixão, na Área de Preservação Ambiental (APA) da Bacia do Cobre (ANEXO B).

O Moradas da Lagoa pode ser entendido como uma “comunidade artificial”, uma vez que se constitui de um assentamento para 750 famílias, aproximadamente 3 500 habitantes, que não possuíam laços de vizinhança e que eram, em sua maioria, “sem-tetos”. Desta forma, não se trata aqui de um estudo de urbanização de área degradada, de reurbanização ou remoção de assentamentos existentes, como aqueles que apresentam as condições para implementação de programas federais como o Habitar Brasil e o Pró-Moradia, que até então vem financiando a habitação de interesse social na cidade. Mas sim, de um estudo de uma nova comunidade que foi planejada pelas instituições públicas para uma demanda reprimida.

3.2 A ÁREA EM ESTUDO

3.2.1 Localização

Institucionalmente não se utiliza em Salvador a delimitação de áreas por bairros e sim sub-distritos, zonas e regiões administrativas (ANEXO C). Desta forma, convencionamos utilizar a denominação “Valéria” para a área onde está localizado o Moradas da Lagoa, em função da delimitação utilizada no Plano Diretor da Área de

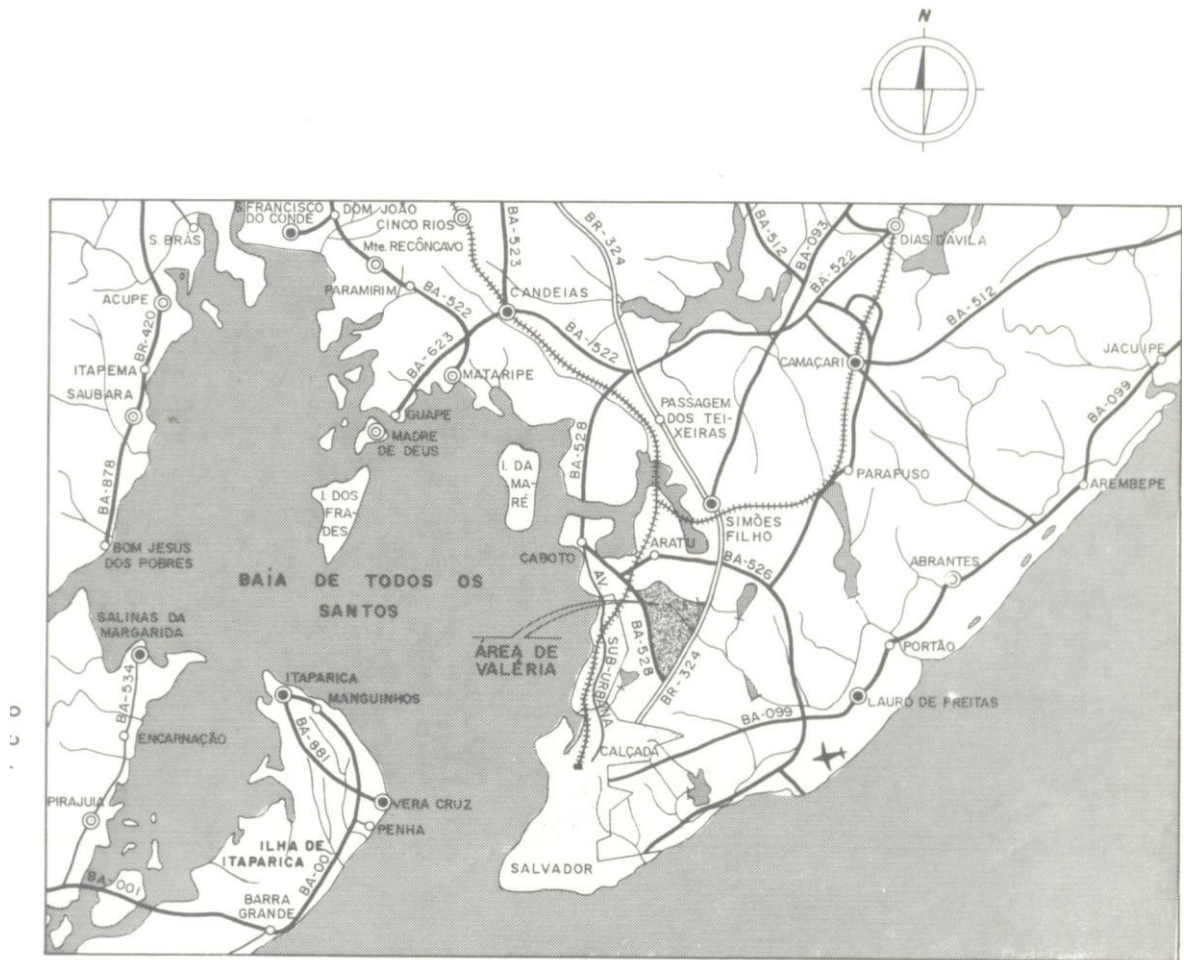
Valéria, elaborado em 1983 pelo Governo do Estado¹ (Fig. 3.1, f. 70 e Fig. 3.2, p.71) e por pertencer a Décima Quinta Região Administrativa - Valéria (RA XV), conforme classificação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU/2002), regulamentado através da Lei nº. 6586/04 (SALVADOR, 2004).

O loteamento em estudo é resultado da aquisição pela CONDER de um terreno com 9,06 ha da INOCOOP, situado próximo a BA-528, no trecho conhecido como Estrada da Base Naval de Aratu (Fig. 3.3, f. 72). Está implantado entre os conjuntos habitacionais Coutos (1990), Recanto da Lagoa (1997) e conjuntos habitacionais mais recentes como o Jardim da Lagoa, Lagoa da Paixão e Jardim Valéria I e II (Fig. 3.4, f.73). Os conjuntos habitacionais mais próximos ao Moradas da Lagoa abrigam um total de 1977 habitações (SALVADOR, 2002).

3.2.2 Formação Urbana

O povoamento do subúrbio da cidade teve início no final do século XVI, caracterizando-se pela presença de fazendas, engenhos e igrejas (MATTEDI et al, 1978). A área de Valéria, até os anos 50, insere-se neste contexto pelas suas bases rurais, com a existência de chácaras provenientes do desmembramento das fazendas Meireles e Valéria (URBIS, 1998). Ao longo do tempo, Valéria passou por diversos estudos e planos governamentais que serão mencionados ao decorrer do texto.

¹ Este plano foi elaborado através da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (Seplantec) e da CONDER, na época denominada Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (BAHIA,1983)



PLANO DIRETOR DA ÁREA DE VALÉRIA

MAPA DE SITUAÇÃO

ESC.: 1 : 500.000

Figura 3.1 – Localização da área de Valéria

Fonte: Plano Diretor da Área de Valéria (Bahia, 1983).



Figura 3.2: Mapa limites Valéria

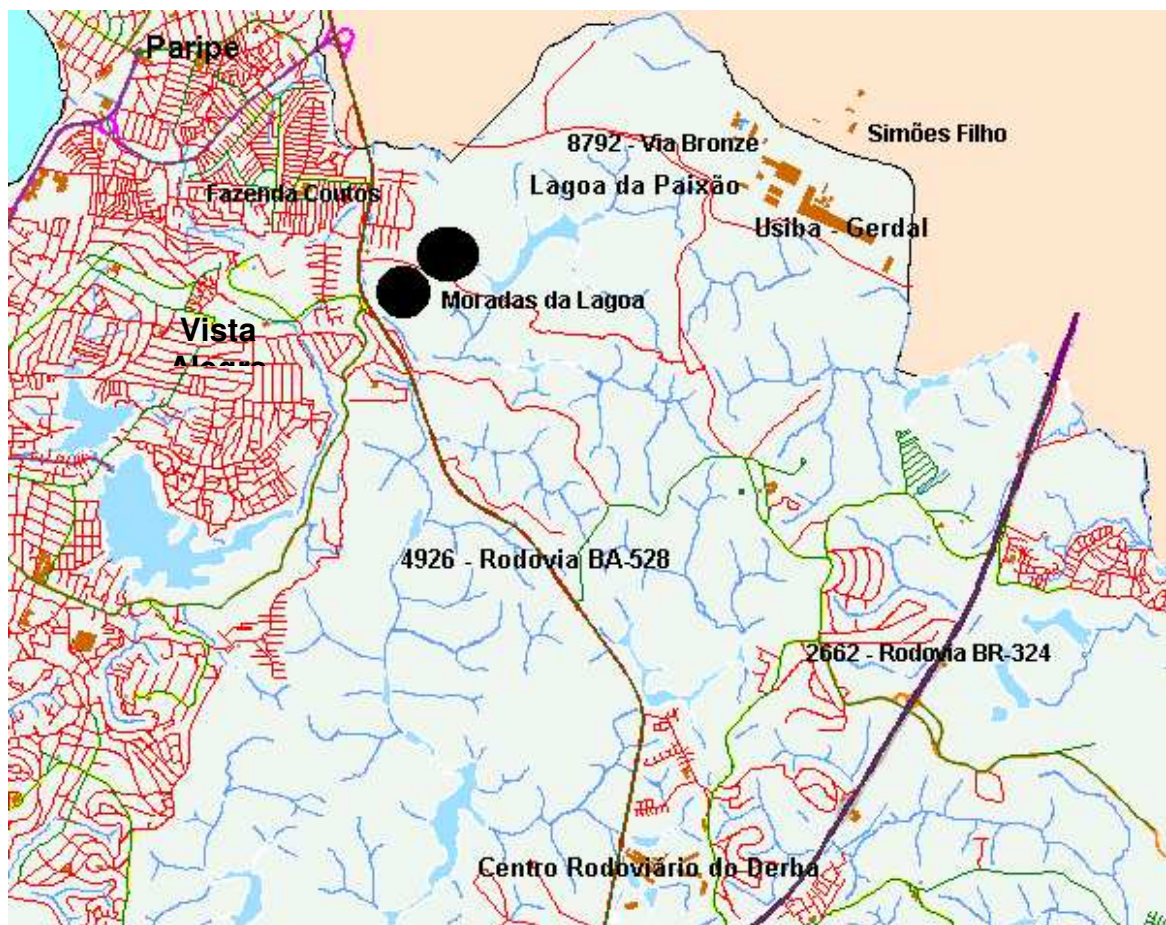


Figura 3.3 – Croqui de Localização do Moradas da Lagoa.

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados de CONDER -Base Cartográfica SICAR, 1992. Bases gráficas editadas pela PMS.



Figura 3.4 - Foto aérea indicando Moradas da Lagoa 1 e 2 e o seu entorno.

Fonte: CONDER. Vão Fotogramétrico RMS/Abril, 2002.
Adaptado pela autora

Com o crescimento industrial advindo da implantação da Petrobrás (1950), Centro Industrial de Aratu - CIA (1967) e do Complexo Petroquímico de Camaçari - Copec (1973), muitos assentamentos industriais foram criados na área urbana de Salvador. Neste período, Valéria, que fazia parte do CIA, passa a abrigar unidades industriais de pequeno e médio porte, deixando de ser uma área exclusivamente residencial (BAHIA, 1983).

Devido a uma série de fatores, como atividades poluidoras, elevação dos preços dos terrenos, entre outros, as atividades de planejamento foram retomadas, entre elas a reformulação do Plano Diretor do CIA (1980), na qual, entre outras resoluções, houve a alteração nos limites do CIA, liberando a área de Valéria, que teve seu uso definido para construção de habitações populares e equipamentos de apoio aos conjuntos habitacionais (op. cit).

Quando foi elaborado o Plano Metropolitano de Desenvolvimento pela CONDER em 1982, Valéria foi contemplada como uma Área-programa, em função de sua posição geográfica, do modelo do seu terreno, do sistema viário periférico, entre outros fatores. Estas características impulsionaram a elaboração do plano diretor específico para a área em 1983, onde se estabeleceu as zonas residenciais subdivididas em áreas de programas do INOCOOP; áreas de programas da URBIS e áreas remanescentes e núcleos urbanos existentes. A localização de Valéria nos limites das zonas de uso industrial, imprimiu a este local um uso predominantemente residencial, abrigando classes de renda média e baixa (BAHIA, 1983).

No entanto, a crise do sistema financeiro a partir de meados dos anos 80, deu um novo rumo às propostas para Valéria, onde poucas unidades habitacionais foram implantadas, cerca de 900 ao todo, e a área foi impactada pela presença de várias ocupações espontâneas de população de baixa renda que foram objetos de intervenções municipais (URBIS, 1998). Estas ocupações contribuíram para um crescimento populacional significativo em apenas vinte anos (226,44%), conforme dados do IBGE, apresentados na tabela a seguir (BAHIA, 1983).

Tabela 3.1: Taxas de crescimento da população por zonas de informação Censos 1970,1980 e 2000.

Z.I. ^(*)	Área (ha)		População			Crescimento		Densidade (hab/ha)		
	(1970/1980)	2000	1970	1980	2000	1970/1980	1980/2000	1970	1980	2000
68	522,55	501,97	2419	6367	14909	163,21%	234,16%	4,63	12,18	29,60
72	491,8	496,35	544	651	8001	19,67%	16,11%	1,11	1,32	16,12
Total	1.014,35	998,32	2963	7018	22910	136,85%	226,44%	2,92	6,92	22,94

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos em: CONDER, IBGE, 2004. Censo Demográfico 2000 e BAHIA, 1983. Plano Diretor da Área de Valéria – População (1970-1980).

(*) Zonas de informação (ANEXO E).

O sombreamento sobre os dados da Z.I. 72 deve-se ao fato do Moradas da Lagoa estar inserido naquela zona.

Outras características presentes na área, apresentadas no Censo de 2000, servem para demonstrar o perfil sócio-econômico da população, cujos dados revelam uma população jovem, predominantemente de baixa renda, baixo grau de escolaridade e carente de serviços de infra-estrutura urbana². Este perfil pouco tem mudado com a implantação dos novos loteamentos na região. As características específicas da população do Moradas da Lagoa serão tratadas adiante, na seção 3.6.

² Praticamente 60% da população era composta por pessoas com idade até 24 anos, 56,59% declararam ter até quatro anos de estudo e grande parte dos chefes de família possuíam renda mensal de até 2 salários-mínimos.

Com a elaboração do PDDU/2002, a área de Valéria continuou sendo designada para habitação, no entanto, foi demonstrada uma maior preocupação com a preservação ambiental, visto a presença de áreas de contribuição próximo a bacia do Rio do Cobre. Desta forma, o PDDU/2002 propõe a implementação de programas de recuperação ambiental e uma maior integração da RA - Valéria com os Subúrbios Ferroviários (SALVADOR, 2004).

3.2.3 O Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Lagoa da Paixão

No início dos anos 90, foi elaborado um concurso público através da Secretaria de Planejamento Urbano do Município (SEPLAM) para requalificação urbana da área do Subúrbio Ferroviário, incluindo Valéria. Devido à inviabilidade de execução na época, o projeto vencedor para Valéria ficou “engavetado”. Durante a última gestão do prefeito Antônio Imbassahy (2001-2004), houve a retomada dos pressupostos básicos daquele projeto, resultando na elaboração do “Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental para a Lagoa da Paixão e seu Entorno”, elaborado pela SEPLAM / Fundação Mário Leal Ferreira em parceria com a CONDER³ (Fig. 3.5, f.79; Fig 3.6, f.80).

Alguns fatores motivaram a aprovação deste projeto. Em primeiro lugar, Valéria tem apresentado um dos maiores índices de violência da cidade⁴ (ANEXO F) e, embora a intensificação da ocupação de seu tecido urbano tenha origem nos anos 80 (GORDILHO-SOUZA,2000), já existiam áreas com processo de invasões,

³ Informações obtidas em 10/05/2005 com funcionários da SEPLAM/Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

⁴ De acordo com dados de 1999 para o PDDU/2002, a 8ª. Circunscrição Policial do CIA, onde está inserida a área em estudo, lidera em número de homicídios e aparece em segundo lugar nos crimes de estupro.

favelização e degradação ambiental. Em segundo lugar, a área de Valéria possui uns dos poucos rios urbanos, ou seja, rios que nascem e deságuam no próprio município, alguns deles são mananciais utilizados pela EMBASA para abastecimento humano, representando sua importância hidrográfica para a Região Metropolitana de Salvador (RMS)⁵. Em terceiro lugar está a facilidade de ligação com a RMS de Salvador e inclusive com outros bairros da cidade como Nova Brasília e Itapoan, através da criação de novas vias. Outro fator está ligado ao interesse de instalação de indústrias no local, aproveitando o arranjo habitacional existente, fornecedor de uma oferta considerável de mão-de-obra barata. Por último, a presença da Lagoa da Paixão (Fig. 3.7) que, sendo uma área de preservação ambiental, também possibilita ao seu entorno a elaboração de projetos de lazer para a população⁶.



Figura 3.7 – Lagoa da Paixão

Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

Com a mudança da gestão municipal em 2005, a execução do projeto passou exclusivamente ao Governo do Estado, através da CONDER. A concretização do

⁵ A área de Valéria é drenada por cinco cursos d'água provenientes das bacias : dos Macacos, Paraguari, do Cobre (fornece maior contribuição), Jaguaripe e Ipitanga (BAHIA, 1983).

⁶ Informações obtidas com o gerente do Programa Viver Melhor, Sr. José Luiz da Costa, em entrevista realizada na CONDER em 05/05/2005.

projeto de Requalificação da Lagoa da Paixão e seu entorno trará significativas mudanças e benefícios para a região por contemplar a implantação de uma série de equipamentos, como escolas públicas, espaços de lazer, espaços para prática de esportes, restaurantes, circos, anfiteatro, áreas comerciais, um centro de abastecimento e um parque industrial, entre outros). No entanto, até a conclusão desta pesquisa, somente a área destinada ao Parque Industrial estava sendo executada (Fig. 3.8), através de um convênio do Governo do Estado com a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC). A execução das outras etapas do projeto está dependendo de verbas e de algumas ações de desapropriação no local⁷.



Figura 3.8 – Área para Parque Industrial
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Agosto/2005.

As obras estão em fase de terraplanagem. Na foto, destaca-se a placa de publicidade do Governo do Estado.

⁷ Idem nota explicativa 6.

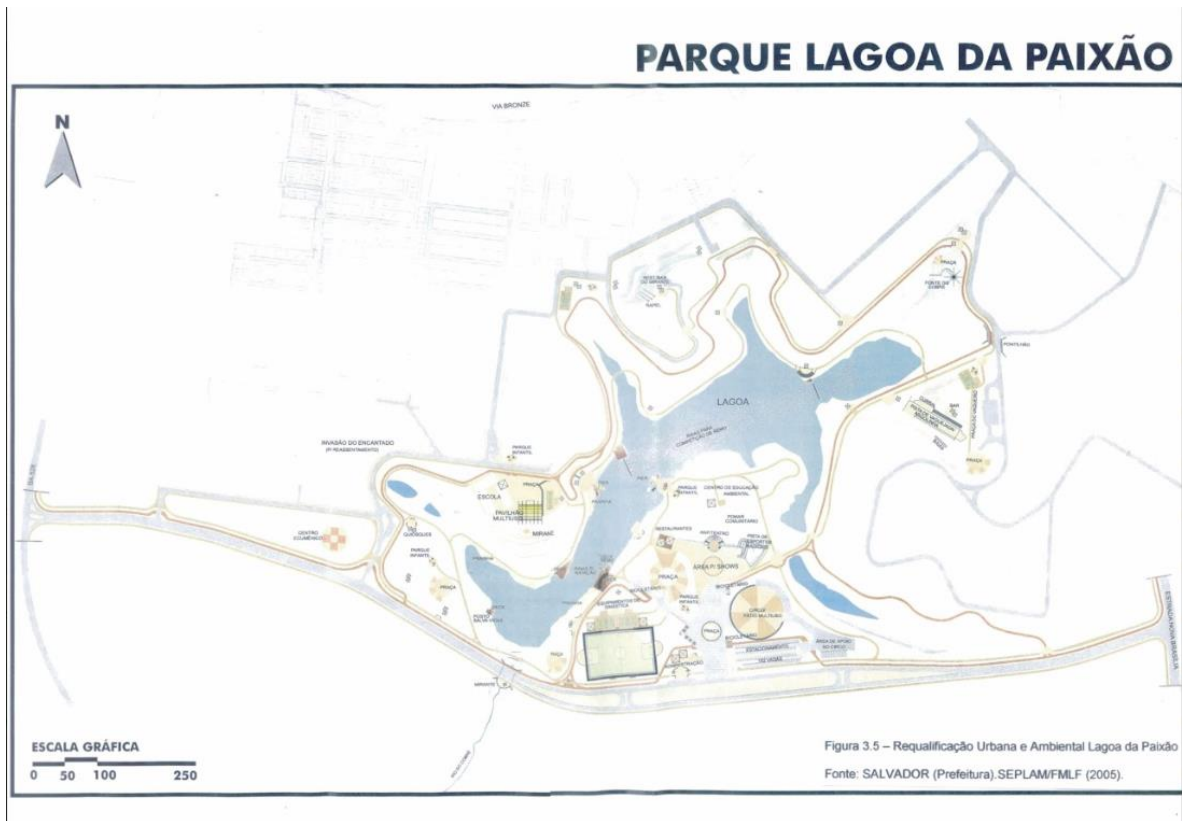


Figura 3.5- Planta do Parque Lagoa Da Paixao

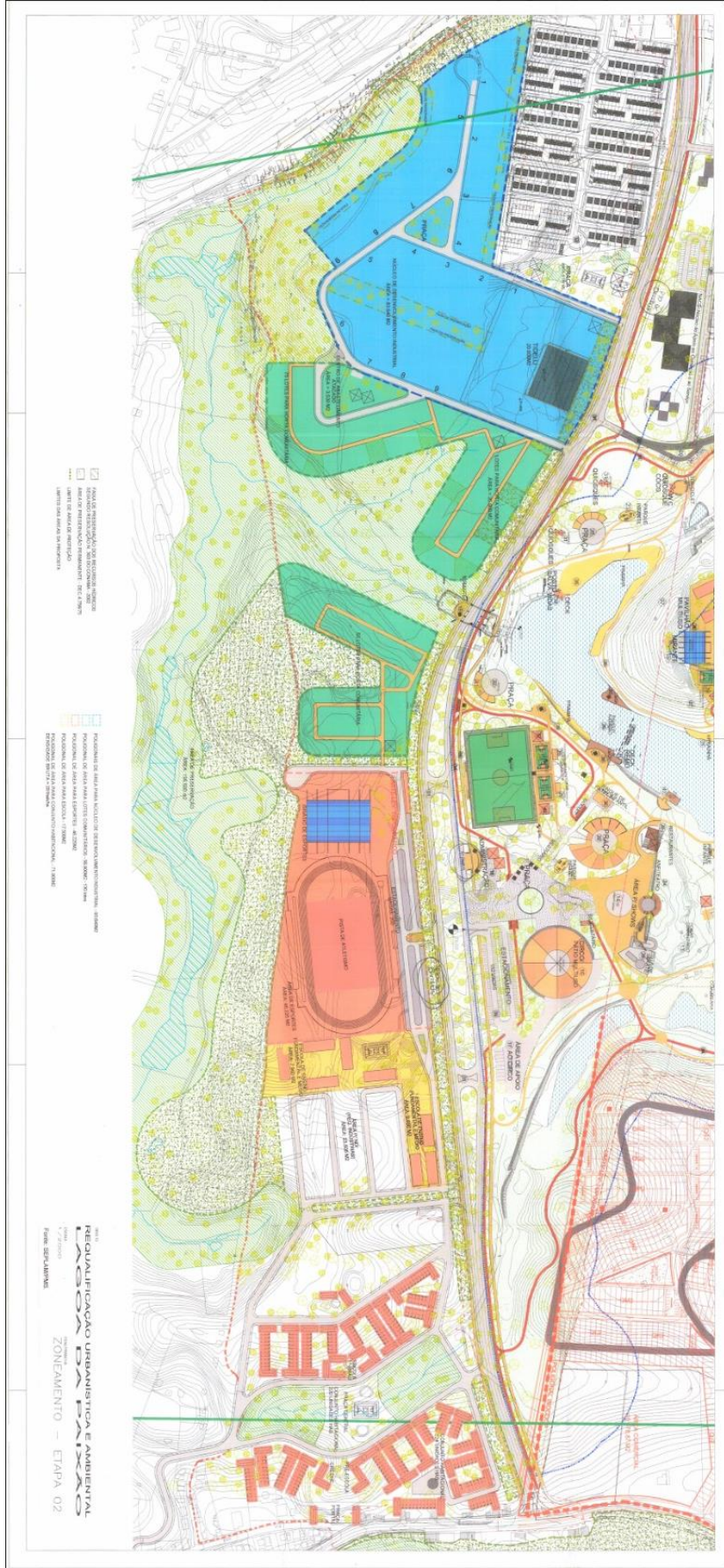


Figura 3.6 Planta de Requalificação Urb Lagoa Paixao

3.3 CONCEPÇÃO DO MORADAS DA LAGOA E AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Embora no Município seja grande a carência habitacional, principalmente para os extratos mais pobres da população, o Moradas da Lagoa foi desenvolvido para atender a uma demanda específica, com uma gestão diferenciada de outros programas habitacionais que até então foram implantados no município, o que o torna um programa piloto. A explicação está presente nos fatores abordados a seguir.

Primeiro, a SECOMP é uma secretaria que possui uma verba própria através do Fundo Estadual de Erradicação e Combate à Pobreza (FUNCEP)⁸, porém não é executora de programas, mas sim promotora e articuladora, como vimos no Capítulo II. Sendo uma secretaria recém criada, a SECOMP passa a justificar sua existência atingindo a população de extrema carência e utilizando o fundo disponível para o combate à pobreza.

O segundo fator se refere às demandas por habitação popular, que instituições como a SETRADS, a SETRAS, a CONDER e a CODESAL já tinham conhecimento antes da implantação da SECOMP, através dos trabalhos que vinham desenvolvendo a algum tempo. Como a SECOMP tinha os recursos disponíveis, o que ocorreu de novo foi a junção dessas demandas - que já se constituíam uma preocupação para aqueles órgãos - e a realização de uma pesquisa específica voltada para os moradores de rua.

⁸ A composição do FUNCEP consta na Lei nº. 7988/2001 (ANEXO A).

Devido à urgência em se intensificar ações emergenciais, através de medidas de abordagem, acolhimento, avaliação e solução para o problema de exclusão social, foi desenvolvido o **Projeto Moradia e Cidadania** em maio de 2002 (AVSI/CDM, 2003). Como parte deste projeto estava a elaboração de convênios para obtenção de lotes urbanizados e construção 750 casas embrião no bairro de Valéria, que se concretizou no Conjunto Habitacional Moradas da Lagoa.

Para implantação do novo loteamento, foram convidadas instituições públicas das áreas de limpeza, saúde, educação, transporte, segurança pública e indústria e comércio, para uma reunião com a finalidade de discutir estratégias para o atendimento às necessidades básicas da nova área⁹.

À medida que o loteamento ia sendo implantado e surgiam as necessidades dos beneficiários, novas articulações se realizaram, contando com a participação de outros órgãos públicos e privados a exemplo da Secretarias da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), da Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI), através da Bahia Pesca, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entre outros.

Com a instalação dos primeiros moradores na etapa inicial do loteamento, ocorreram alguns conflitos com a população do entorno, bem como a dificuldade de integração entre os beneficiários, aliado ao enfrentamento de problemas como desemprego e fome. Estes fatores em muito se explicam pelas especificidades daquela população, as quais serão mais bem relatadas adiante. Desta forma, tornou-se imprescindível a busca de novas parcerias para o tratamento das questões relacionadas ao

⁹ Este convite aconteceu através do ofício nº. 13/2002 da Superintendência de Apoio à Inclusão Social (SIS) da SECOMP (ANEXO G).

associativismo, educação, saúde, trabalho, renda e desenvolvimento social. Para isso, realizou-se o convênio com a AVSI/CDM em 2003 para realização do trabalho de pós-ocupação (ANEXO H).

Outra ação foi referente a valorização da área e criação de novas oportunidades de trabalho. Por conseguinte, foram feitos protocolos de intenções com diversas empresas e indústrias para implantação de um parque industrial não poluente no entorno do loteamento, que já faz parte, inclusive, do projeto de requalificação citado na seção 3.2.3.

Todas essas parcerias conformam o que a autora chama de “novas interações na moradia popular”. Fatores como a criação de secretarias e as novas competências atribuídas a órgãos como a CONDER e a SECOMP impulsionaram a ação dos programas de habitação de interesse social no município. No caso específico do Moradas da Lagoa, pode-se dizer que a articulação entre diversas secretarias e órgãos públicos foi um fator decisivo para a realização do empreendimento, onde o público beneficiado teve origem através de várias instituições e cada uma delas buscou contribuir segundo a sua competência para o desenvolvimento do local e para sustentabilidade do empreendimento.

Essa rede de interações para beneficiar um público específico tem se transformado no diferencial do Moradas da Lagoa e pode ser visto como um pressuposto da política habitacional nacional dos anos 90, referente ao atendimento às demandas da sociedade. Em Salvador não se tem registro de uma forma de assentamento que incluía entre os beneficiários a população de rua. Outro aspecto, presente nesta

política e identificado no programa estudado, são os recursos provenientes da SECOMP, que permitem a agregação de novas alternativas para financiar a habitação popular e para dar ênfase ao combate à pobreza.

Em contrapartida, os investimentos através da SECOMP não são voltados exclusivamente para a habitação, não estão ligados a um planejamento integrado de áreas ou a uma política de desenvolvimento urbano do município. Sendo assim, não tem o alcance para a toda a população carente, ficando restrito a programas habitacionais de menor porte. Isto se manifesta no risco do Moradas da Lagoa ficar sendo apenas um “projeto piloto da SECOMP”, sem uma continuidade das experiências adquiridas para outros programas habitacionais na cidade.

Outra questão é a preocupação com a “organização social e cultura” (PNH/96), que aparecem como um desafio a ser enfrentado, quando se reúne uma população que não tem laços de vizinhança. A “comunidade artificial” não tem se apresentado como a forma mais democrática de se estabelecer um programa habitacional dentro da gestão contemporânea das políticas públicas. Desta forma, este modelo enfrenta uma série de inconvenientes, como o retorno do público alvo para os locais de origem, quando o programa não oferece condições adequadas de fixação dos moradores. No Moradas da Lagoa, este fato já é observado, uma vez que estima-se que mais de 20% do público original venderam seus imóveis e retornaram para as ruas e para o estilo de vida antes adotado¹⁰. Quando se insere uma cultura de “casa própria” àqueles que necessitam de muito além disto para uma vida digna e para a

¹⁰ Dados obtidos através de pesquisa de campo realizada pela autora em junho/2005.

própria sobrevivência, ações para sustentabilidade daquele público poderiam estar bem definidas e implementadas.

3.4 A CELEBRAÇÃO DOS CONVÊNIOS E OS CUSTOS

As articulações no Moradas da Lagoa foram possíveis através da celebração de convênios entre as instituições interessadas, tanto para a implantação do loteamento quanto para os trabalhos de pós-ocupação, bem como para outras parcerias que foram se desenvolvendo à medida que o empreendimento ia se consolidando. Por conseguinte, se torna necessário a apreensão de alguns termos e conceitos relacionados a este instrumento.

De acordo com Heli Lopes Meireles (1982, p.329) “convênio administrativo é um acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie e entre estas e órgãos particulares para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes”. Segundo o documento da SECOMP “*Orientações e procedimentos para elaboração de convênios*” [2005], o termo é conceituado de seguinte forma:

Instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos e tenha como partícipes órgãos da administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista ou organizações não governamentais, visando a execução de programas de trabalho, projetos ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

A celebração de convênios é regulamentada pelo artigo 116 da Lei Federal nº. 8 666 de 21/06/1993, que se aplica aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da administração pública, mediante prévia aprovação do plano de trabalho competente. O convênio é um instrumento que difere do contrato, uma vez que nele os objetivos são de interesse comum, não havendo exigibilidade de licitação; quando no contrato o interesse é sobreposto e ocorre o processo licitatório. No convênio, todos colaboram com determinada parcela, podendo se configurar em recursos financeiro, trabalho, informações técnicas, entre outros.

Para uma ONG ou qualquer outra entidade de direito privado sem fins lucrativos firmar um convênio administrativo é necessária a existência jurídica destas entidades, devendo possuir estatutos, atas de eleição de conselho e cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ). Para obtenção de recursos do orçamento do governo do Estado é preciso que estejam previamente relacionadas através de lei estadual, devendo prestar serviços essenciais nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, justiça, meio ambiente, ciência e tecnologia e outras áreas consideradas de interesse público pela administração estadual (BAHIA, 2004b).

O primeiro convênio celebrado para o Moradas da Lagoa (nº. 007/2002) constituiu-se na alocação de recursos oriundos do FUNCEP no valor de **R\$ 10 milhões de reais** para a aquisição de 1 mil lotes de terrenos dotados com infra-estrutura e execução de 1 mil unidades habitacionais tipo embrião. Este convênio ocorreu entre o Estado da Bahia, através da SECOMP e a CONDER, com a interveniência da

então, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec)¹¹, resultando na concretização do loteamento em questão. Ficou estabelecido que a SECOMP se responsabilizaria pela disponibilização dos recursos financeiros, por dar conhecimento à CONDER das normas programáticas e dos procedimentos operacionais, por realizar o acompanhamento de todas as atividades previstas no convênio em questão e por elaborar relatórios de avaliação das ações, entre outros compromissos (BAHIA, 2002).

Coube à CONDER, a aplicação dos recursos financeiros, a execução do programa, direta ou indiretamente, através de entidade pública ou privada; todas as ações e atividades inerentes à consecução do objeto do convênio; os recursos humanos e materiais necessários à operacionalização das atividades relacionadas no PLANO DE TRABALHO e promover as licitações que lhe foram atribuídas, entre outros compromissos. A Seplantec ficou responsável pelo acompanhamento e supervisão das ações previstas no PLANO DE TRABALHO, através de uma comissão fiscalizadora composta por membros indicados pelos convenientes¹².

Pelo convênio descrito acima, constatamos que cada lote urbanizado e edificado custou em média **R\$ 10 mil reais**. Por estimativa, para se implantar uma melhoria através do Programa Viver Melhor, gasta-se 50% deste valor¹³, lembrando que

¹¹ A Seplantec foi sucedida pela Secretaria de Planejamento(SEPLAN) e o pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) quando houve a separação entre as atividades de planejamento e ciências e tecnologia. Informações obtidas com servidores da SECTI em agosto/2005.

¹² Conveniente é a denominação dada a órgão da administração pública direta, autárquica ou funcional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização não governamental com a qual a administração governamental pactue a execução de programa, projeto/atividade ou evento, mediante a celebração de convênio (SECOMP. Orientação para Celebração de Convênios, [2005]).

¹³ Estes dados foram obtidos através da monografia "A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E O ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA : ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA VIVER MELHOR" (CASTRO,2001), apresentada no Curso de Urbanismo da UNEB.

naquele programa não ocorre a aquisição direta dos lotes, uma vez que as ocupações já se encontram consolidadas, muitas vezes irregularmente. Para ilustrar, na segunda etapa da intervenção de Novos Alagados iniciada no ano de 2000, que compreende uma área com 2 021 domicílios (entre estes, 523 palafitas), totalizando 7782 habitantes, foram disponibilizados **R\$ 2 milhões** para a construção de novas moradias habitacionais e **R\$ 600 mil** para as melhorias habitacionais, totalizando **R\$ 2 milhões e 600 mil** (CASTRO,2003,p.51). Pelos valores apresentados, entendemos que, a grosso modo, se os valores investidos do Moradas da Lagoa fossem aplicados na melhoria de uma área já consolidada¹⁴ poderiam custear uma série de benefícios para esta.

A parceria com a AVSI/CDM foi realizada após a implantação do loteamento e assentamento da população em junho de 2003, mediante a apresentação do **Projeto de Pós-Ocupação para o Moradas da Lagoa** (AVSI/CDM, 2003). Em cumprimento a execução das ações firmadas no documento referido, é celebrado o convênio 039/03, entre a CONDER e a AVSI, sendo a CDM partícipe interveniente, conforme plano de trabalho e projeto técnico apresentado (BAHIA, 2003b). A CONDER se responsabilizou em alocar os recursos financeiros do convênio nº. 017/03 (BAHIA, 2003a), na ordem de **R\$ 1 554 702,00** (um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dois reais) e supervisionar os trabalhos, enquanto a AVSI /CDM deveria implementar as ações previstas no cronograma de atividades constante do convênio em questão e proceder a contratação de pessoal

¹⁴ Refere-se a áreas ocupadas por edificações, em sua maioria de alvenaria, construídas em terra firme ou sobre aterros (CONDER, AVSI, 1999, p.87, apud CASTRO, 2003)

necessário à formação de equipe técnica para realização destas atividades, fazendo a prestação de contas (ANEXO I).

Em 30 de setembro de 2004, foi assinado o 1º. termo aditivo do convênio 039/03, majorando o valor em **R\$ 909 947,40** (novecentos e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos), face a prorrogação dos trabalhos em seis meses, finalizando em 30/03/2005 . Sendo assim, o valor do convênio da AVSI/CDM com a CONDER passou a **R\$ 2 464 649,40** (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos). Acredita-se que este valor já tenha sido superado em função da continuidade da equipe de pós-ocupação no local.

Se compararmos somente os custos dos trabalhos de pós-ocupação com o valor de algumas intervenções realizadas através na primeira fase do Programa Viver Melhor, teremos o quadro a seguir:

Quadro 3.1: Comparativo entre os custos da pós-ocupação do Moradas da Lagoa e intervenções do Viver Melhor

Intervenção	Nº. de famílias beneficiadas	Valor da obra/ convênio	Ano
Pós-ocupação em Moradas da Lagoa	746	R\$ 2 464 649,40	2003
Alto da Bela Vista/ Bx. da Gia	1135	R\$ 2 483 889,62	1999
Calabetão de Baixo – BR 324	750	R\$ 1 346 948,22	1999
Planeta dos Macacos	892	R\$ 1 129 612,48	1999

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos em CASTRO, 2001 e Convênios nº. 017/03 e 039/03 (BAHIA, 2003 a,b).

Analisando os dados do quadro 3.1, verificamos que o custo da pós-ocupação demonstrou-se relativamente mais alto do que intervenções do programa Viver

Melhor para uma população igual ou superior a do Moradas da Lagoa, enfatizando que estas intervenções representam a recuperação de áreas degradadas, incluindo serviços de infra-estrutura básica e construção de embriões. A partir do exposto acima, podemos considerar que este trabalho de pós-ocupação estudado representa um alto custo para o Estado, que ainda fornece o local para realização destas atividades.

As parcerias descritas acima seguem as recentes diretrizes das políticas e projetos habitacionais pós BNH, com a maior abertura para a participação de organizações não-governamentais nas políticas públicas. Também transparecem o paradigma de governo local baiano, firmado no que Dantas Neto chama de “sujeição política ao poder estadual” (2000, p.82), uma vez que o planejamento, as interações e a gestão do loteamento ocorreram majoritariamente no âmbito do governo do estado.

Vale ressaltar que os convênios citados possuem cláusulas que condicionam todas as ações de marketing institucional ou promocional relacionadas aos trabalhos a destacar a participação do Governo do Estado da Bahia e as instituições envolvidas. Esta publicidade foi bastante observada, inclusive através de diversas inserções sobre o Moradas da Lagoa em propagandas eleitorais no ano de 2004 do candidato do Partido da Frente Liberal (PFL) à prefeitura, lembrando que este partido estava a frente do governo estadual e municipal na época da implantação do Moradas da Lagoa.

3.5 CARACTERÍSTICA DO LOTEAMENTO

O Moradas da Lagoa foi construído em duas etapas (Fig. 3.9, f.93 e Fig.3.10, f.94), pela construtora Gráfico Engenharia contratada pela CONDER no final de 2002 pelo valor de **R\$ 7 417 500,00**. A primeira etapa foi entregue aos moradores em maio de 2003 e a segunda em setembro de 2003. Foram edificadas 750 unidades habitacionais de padrão popular, distribuídos em quatro modelos: Embrião BA-60 (Fig. 3.11); Embrião para deficientes físicos; Casa-comércio (Fig. 3.12) e Village (Fig. 3.13).



Figura 3.11 – Casa Embrião Padrão BA 60

Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005

A foto ilustra casas embrião geminadas. A cerca em gravetos foi executada pelos próprios moradores



Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

Casas-comércio geminadas na Rua Castro Alves (Rua Principal), 2ª. Etapa. Observa-se que a maioria das lojas encontram-se fechadas.



Villages geminados construídos na 2ª. Etapa

O projeto do partido urbanístico foi distribuído segundo o quadro 3.2. As áreas públicas referidas no resumo de áreas englobam o sistema viário, passeios e calçadas, caminhos, ruas, recreação e lazer descoberto e área escolar (Fig 3.14 e Fig.3.15).

Quadro 3.2 : Resumo de Áreas

Item	Discriminação	un	Etapa 1	Etapa 2	Total	% terreno
1.	Área total do terreno	m2	40 504,48	50100,00	90 604,48	100,00
1.1	Área total loteável p/ uso residencial	m2	25 332,75	29 032,72	54 365,47	60,00
1.1.1	Área ocupada com edificação	m2	5 560,00	8 347,60	13 907,60	-
1.1.2	Área não edificada	m2	19 772,75	803,36	20 576,11	-
1.2	Área loteável uso misto (com/resid)	m2	1 071,84	1 224,96	2 296,80	2,53
1.2	Área de uso comum	m2	2 530,35	4 570,89	7 101,24	7,84
1.3	Áreas públicas	m2	11 569,54	15 271,43	26 840,97	29,62
1.4	Casa embrião	un	278	180,00	458,00	-
1.5	Casa comércio	un	14	16,00	30,00	-
1.6	Casa village	un	0	242,00	242,00	-
1.7	Casa de embrião p/ deficiente físico	un	0	20,00	20,00	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos Projetos de Partido Urbanístico do Moradas da Lagoa 1e 2. (GRÁFICO ENGENHARIA, 2002).

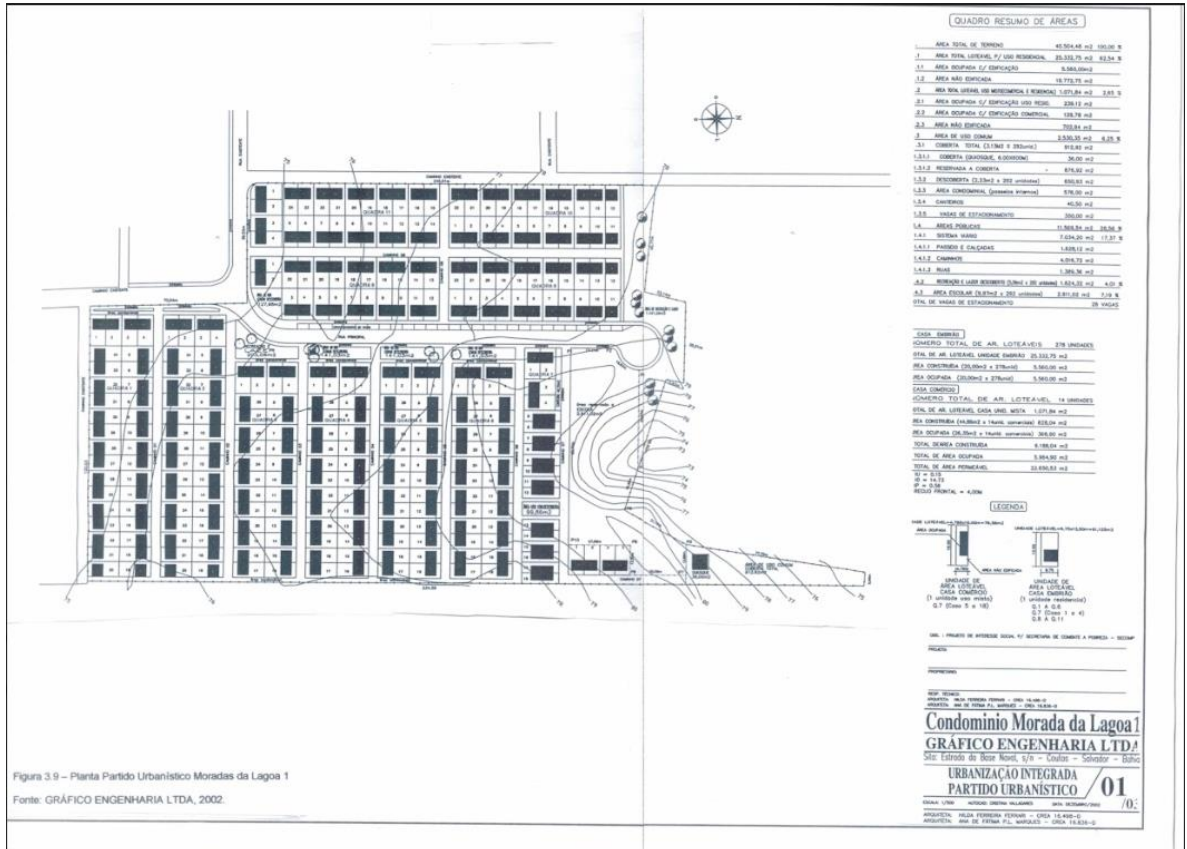


Figura 3.9 – Planta Partido Urbanístico Moradas da Lagoa 1
 Fonte: GRÁFICO ENGENHARIA LTDA, 2002.

Figura 3.9- Partido Urbanistica Moradas 1

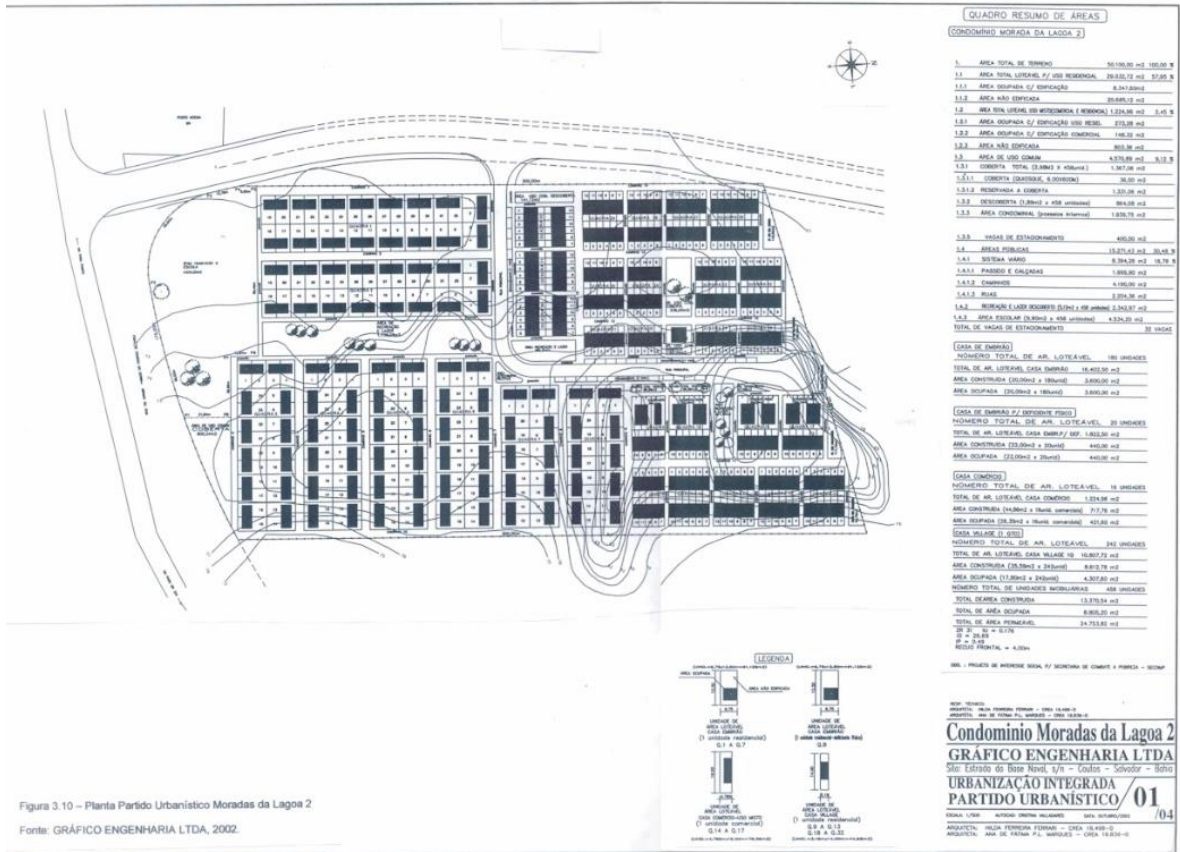


Figura 3.10 – Planta Partido Urbanístico Moradas da Lagoa 2
Fonte: GRÁFICO ENGENHARIA LTDA, 2002.

Figura 3.10- Partido Urb Moradas Lagoa2



Figura 3.14 - Caminho 02 – 1ª. Etapa
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

Via interna do loteamento, onde verifica-se a pavimentação, a iluminação pública e o sistema de drenagem pluvial através de calhas.



Figura 3.15 – Rua Vitória da Conquista (principal) - 1ª. etapa
Fonte: Almeida, Ana Kelle. Junho/2005.

A foto ilustra faixa de área descoberta de uso comum na primeira etapa, devidamente preservada. No final desta rua estão localizados o centro comunitário e o módulo policial.

As unidades habitacionais foram construídas com o mínimo de condições de habitabilidade, reproduzindo o padrão de casas populares que vem sendo construídos pela CONDER, através do Programa Viver Melhor. A novidade fica por

conta das casas embrião adaptadas para deficientes físicos e a casa comércio com uma loja. Os embriões BA-60 (Fig 3.16, f. 97) foram implantados em lotes com 91,12 m² e possuem área construída de 20,00 m². A divisão interna é composta por uma sala-cozinha, serviço e sanitário, dispondo de espaço no lote para construção de mais dois quartos.

Vinte casas embrião foram adaptadas para deficientes físicos (Fig. 3.17, f.98) dispondo de portas especiais, barras de proteção no sanitário e rampa. As casas tipo Village, com 44,66 m², possuem sala e cozinha no pavimento inferior e quarto e sanitário no pavimento superior, dispondo também de área para ampliação de mais um quarto (Fig.3.18,f.99). As casas-comércio diferem das Village por disporem de uma loja com 8,39 m² no pavimento térreo (Fig 3.19, f.100).

As etapas do loteamento foram denominadas Moradas da Lagoa 1 e 2. Na primeira etapa foram entregues 292 unidades e na segunda 458. Dentre as 750 unidades, três foram adaptadas posteriormente para uma creche (Fig. 3.20) e uma para um posto policial (Figura 3.21), o que resultou num total de 746 unidades para habitação. Após a entrega das unidades também foram construídos no loteamento um centro comunitário na 1^a. etapa (Fig. 3.22) e uma escola de 1^o. grau (pré-escola a 4^a. série) na 2^a. etapa (Fig. 3.23). A localização destes equipamentos está indicada na figura 3.24(f. 103).

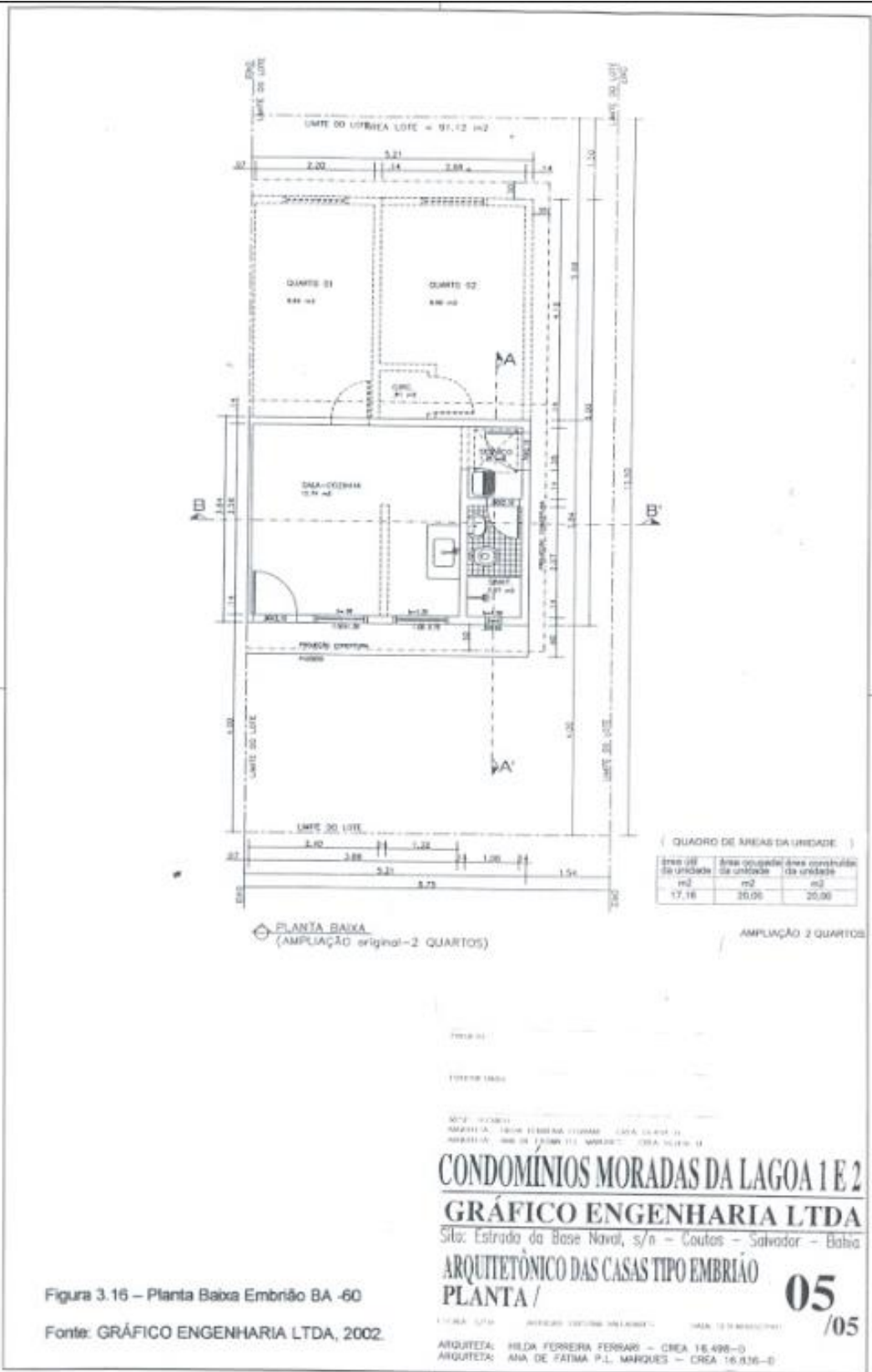


Figura 3.16 – Planta Baixa Embrião BA -60
 Fonte: GRÁFICO ENGENHARIA LTDA, 2002.

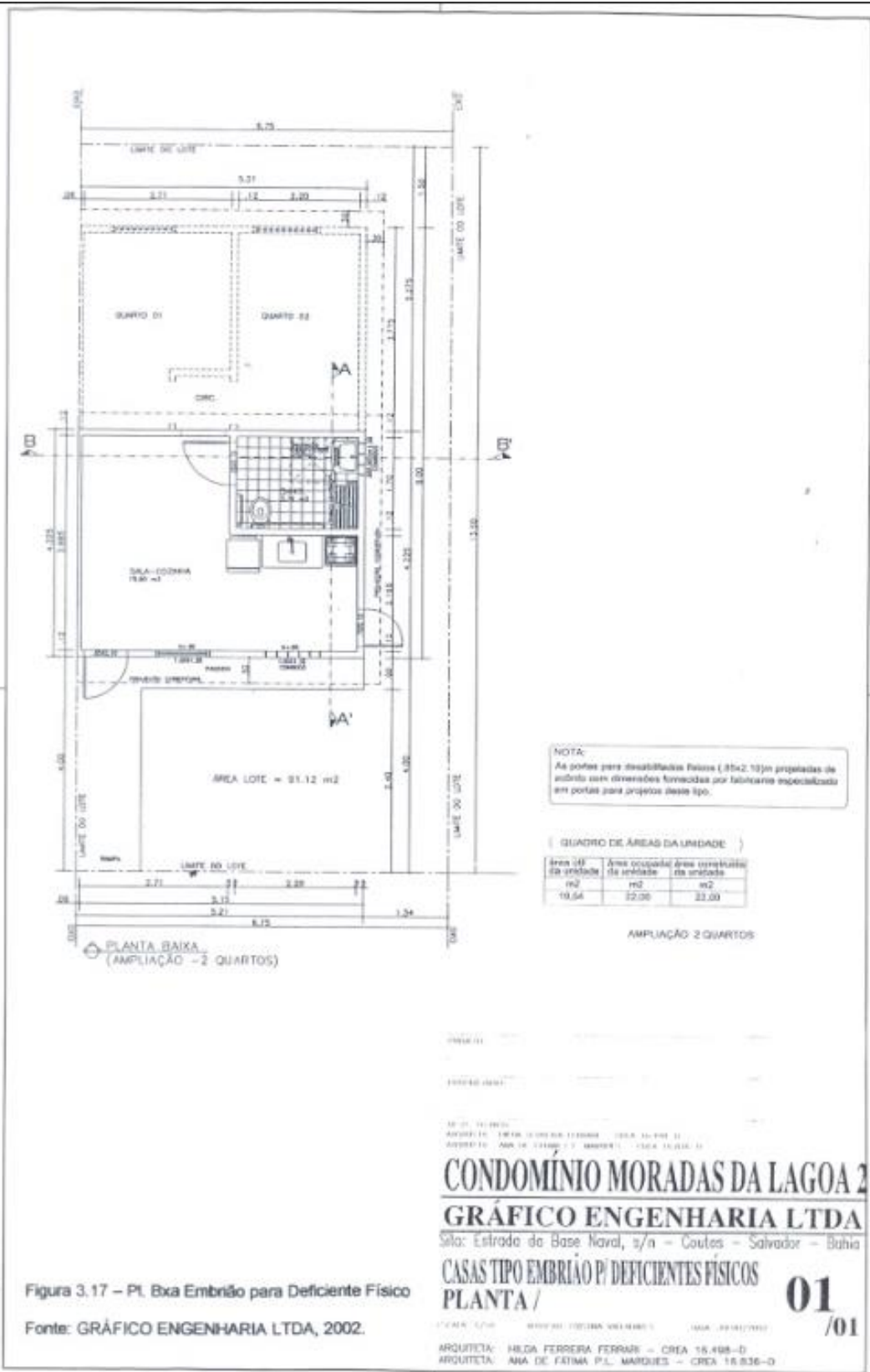


Figura 3.17 – Pl. Bxa Embrião para Deficiente Físico
Fonte: GRÁFICO ENGENHARIA LTDA, 2002.

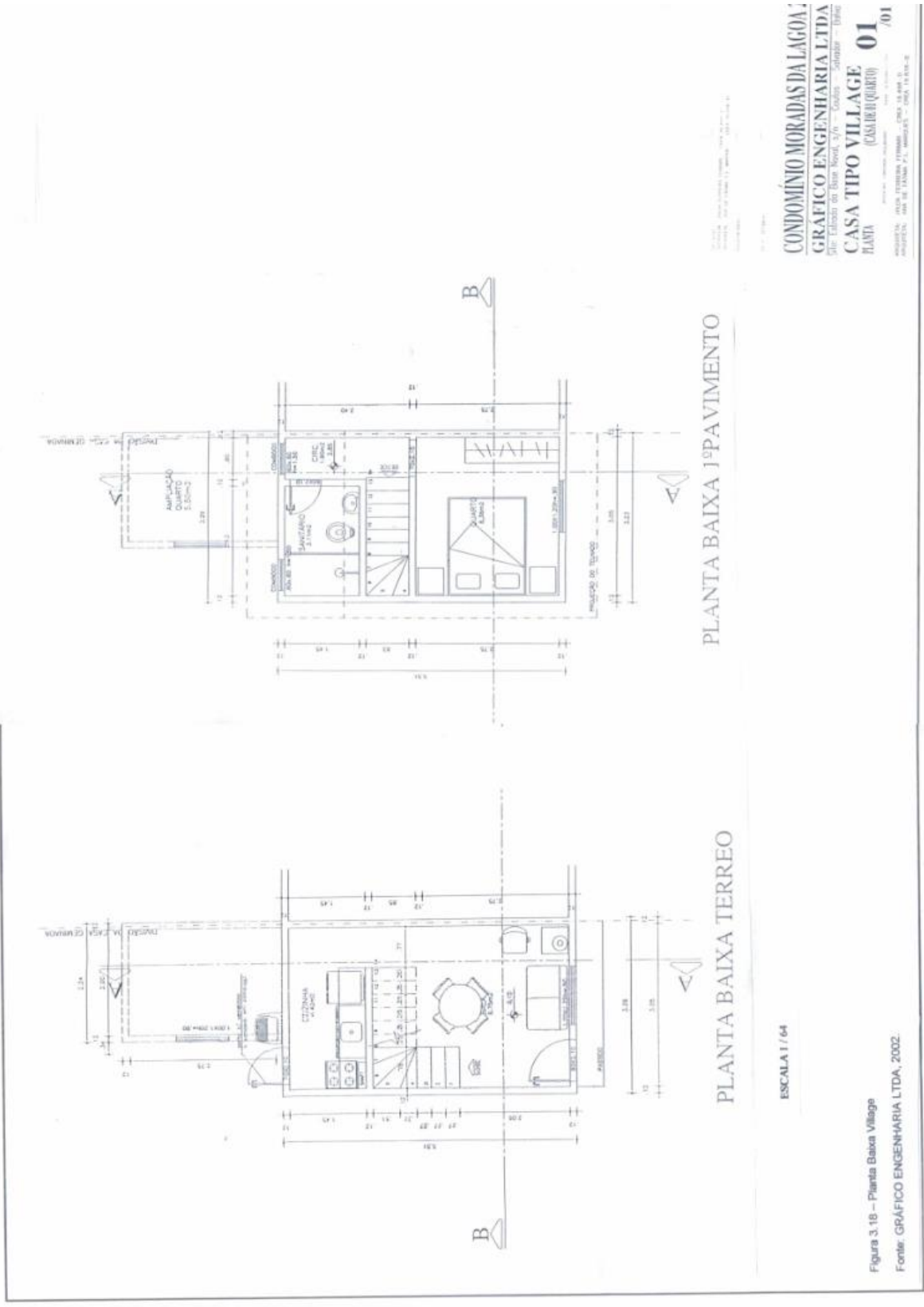


Figura 3.18 – Planta Baixa Village
 Fonte: GRÁFICO ENGENHARIA LTDA, 2002.

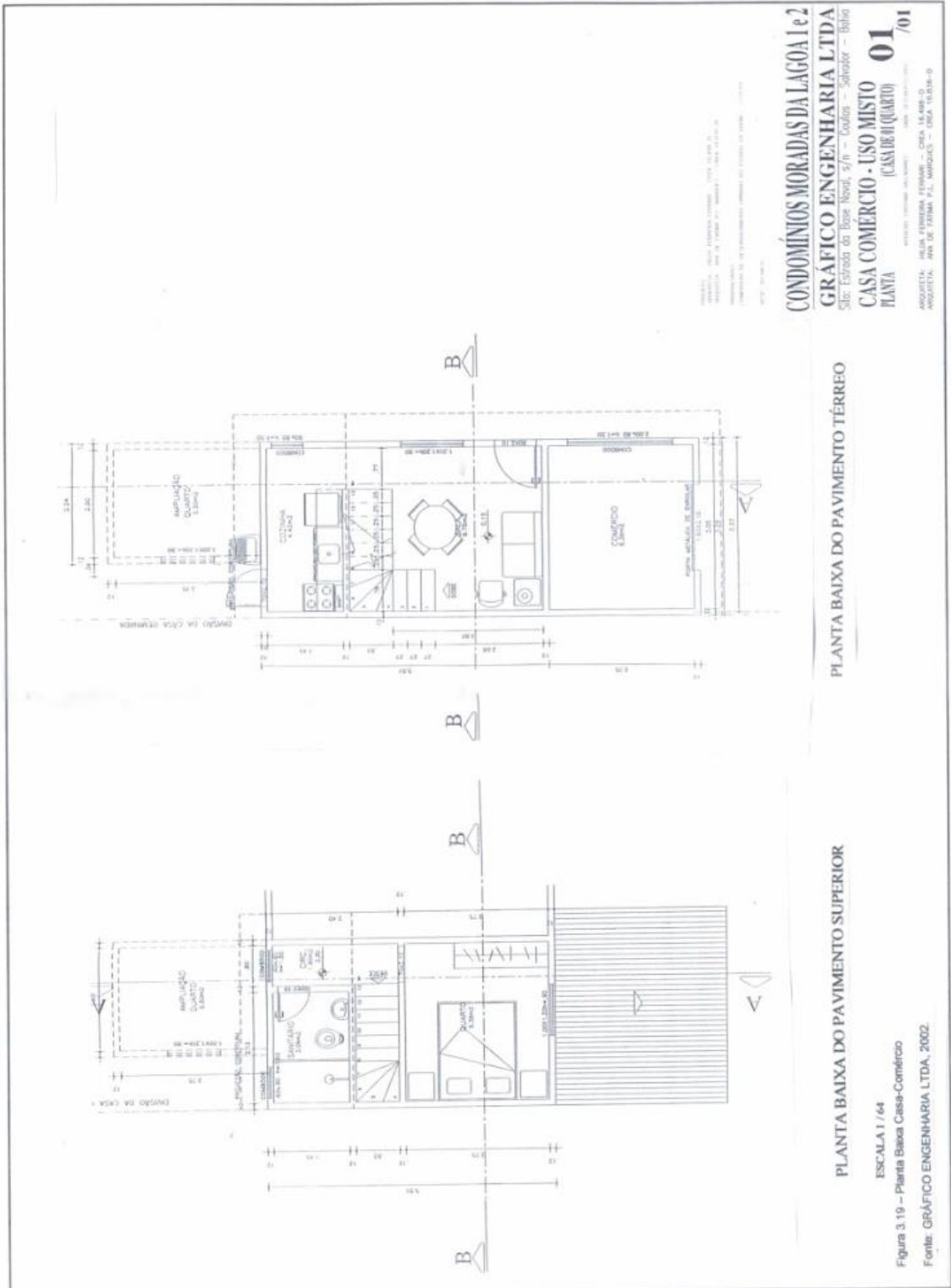




Figura 3.20 – Creche

Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

Foram adaptadas três casas-comércio e utilizada uma área de lazer descoberta do loteamento para construção da creche, na Rua Retirolândia (caminho 08), 1ª. Etapa.



Figura 3.21 – Posto Policial

Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005

O posto policial está localizado em frente ao centro comunitário no final da rua principal da primeira etapa.



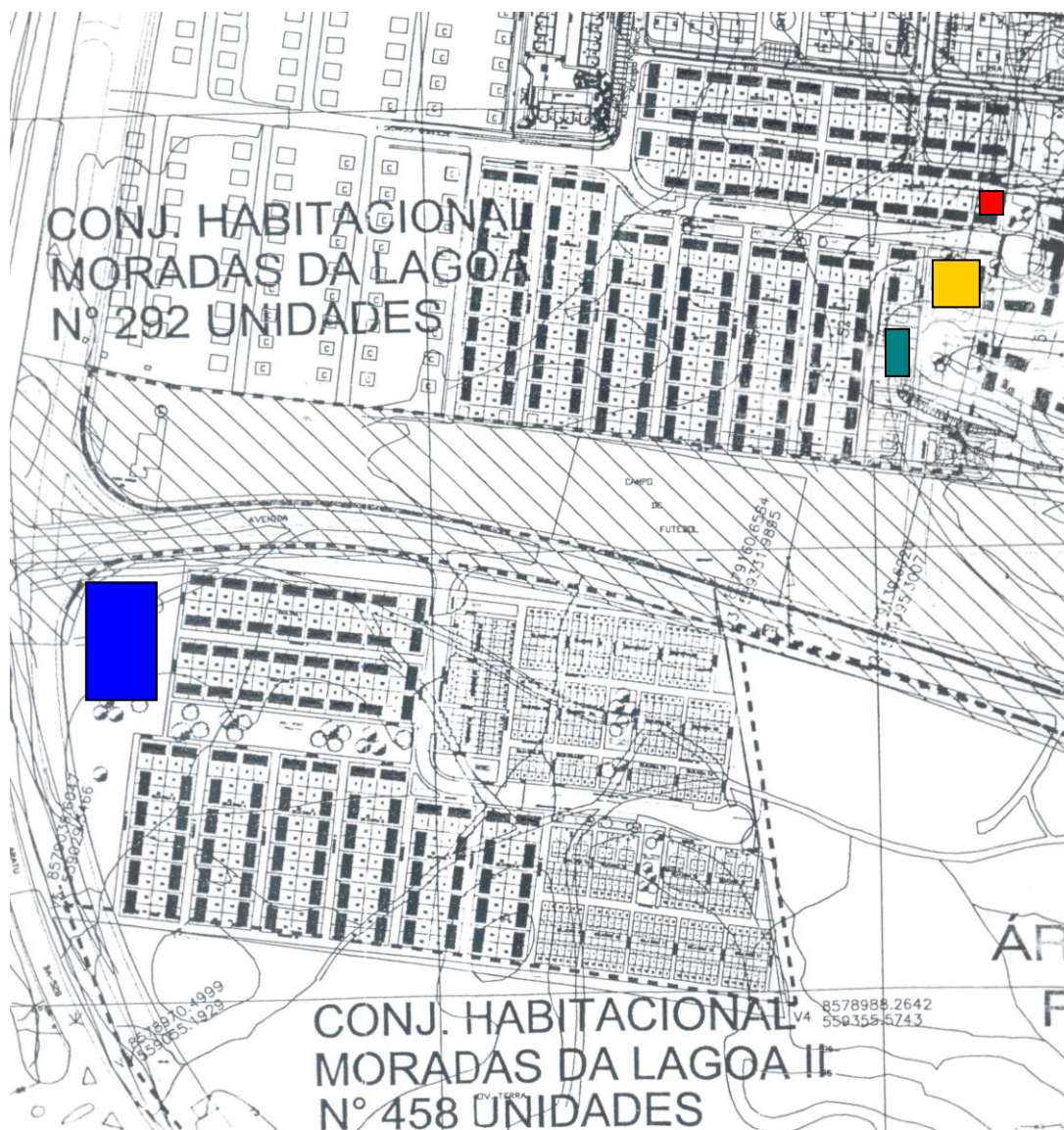
Figura 3.22 -Centro Comunitário
Fonte:ALMEIDA, Ana Kelle.Junho/2005.

O centro comunitário, situado na primeira etapa, abriga o escritório da equipe de pós-ocupação da AVSI/CDM, a Associação dos Moradores, a Cozinha Comunitária e possui salas para cursos, palestras e apresentação de vídeos.



Figura 3.23 - Escola Municipal Ítalo Gaudenzi
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

A Escola Municipal Ítalo Gaudenzi foi construída na segunda etapa em local reservado para área escolar. Cerca de 80% das 650 vagas existentes são ocupadas por moradores do conjunto.







-  Posto Policial
-  Centro Comunitário
-  Creche
-  Escola Municipal Ítalo Gaudenzi

Figura 3.24 – Croqui de localização dos equipamentos no Moradas da Lagoa

Fonte : Adaptado pela autora com base nos dados da CONDER/SECOMP, 2002.

A PNH/96 introduziu o conceito de habitat, o que trouxe uma nova visão de intervenção pública na qualidade da moradia. Em Salvador e demais municípios baianos, observamos a proliferação de programas como o Viver Melhor e projetos de requalificação urbana em áreas degradadas. Estes programas buscam a melhoria das moradias através da reconstrução de algumas casas e da provisão de infraestrutura urbana e oferta de serviços e equipamentos.

No caso do Moradas da Lagoa, observa-se que a localidade onde foi implantado já era carente de serviços e equipamentos. Sem dúvida, a chegada do conjunto habitacional na região tem significado uma priorização da ação do setor público naquele local. Acreditamos que o fato do loteamento se instalar em Valéria ocorreu mais em função da oferta de terras na periferia da cidade do que a partir do desejo de transformação do bairro como um todo, uma vez que a proposta de requalificação urbana e ambiental para o local já existia desde a década de 90. Pode-se observar que a chegada do loteamento e toda a publicidade em volta deste tornaram-se um ponto de partida para execução das propostas que estavam “engavetadas” pelo poder público.

As melhorias apresentam-se quase que exclusivamente para os moradores do loteamento, que possuem água encanada, rede de esgoto, iluminação pública e oferta de alguns equipamentos que absorvem prioritariamente os moradores, como a creche, a escola municipal e o centro comunitário. A presença destes equipamentos, no entanto, apresenta-se insuficiente face às demandas instauradas e inclusive devido à construção de mais 178 casas no loteamento e a existência de uma

população no entorno que sofre com o descaso e o abandono, onde faltam equipamentos de saúde, lazer, educação e segurança.

Se observarmos a concepção das casas, não existe muita novidade em relação aos projetos utilizados pelo governo do Estado para outros programas, onde as dimensões dos lotes são mínimas e não se prima pela privacidade, nem pela qualidade na execução e especificação de materiais. Podemos dizer que o Moradas da Lagoa inova por ter abarcado algumas necessidades das pessoas que tem mobilidade reduzida e por ter integrado um ponto comercial em algumas residências.

3.6 O PÚBLICO ALVO DA INTERVENÇÃO SECOMP/CONDER/AVSI

As famílias assentadas no Moradas da Lagoa foram selecionadas em função de dois critérios observados. Primeiro, o tamanho das famílias, uma vez que as unidades foram construídas com tipologia tipo embrião, sendo mais adequadas para as famílias com até cinco membros. Segundo, conforme depoimentos dos próprios moradores, houve uma priorização para aqueles que apresentavam bom comportamento nos albergues e que estavam acompanhados pela família. A maior parte dos moradores da primeira etapa veio das Casas de Passagem e Pernoite, que são albergues públicos (Quadro 3.3,f.106).

Quadro 3.3 – Composição inicial dos moradores, segundo a instituição de procedência

Instituição	Nº. de famílias
CODESAL	110
SETRAS/Casa de Passagem	216
SETRADS/Casa de Pernoite	218
NAF*	70
SECOMP	46
CONDER	48
SETOR EMERGENCIAL**	42
TOTAL	750

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela SECOMP.

NAF*: Núcleo de Apoio à Família – entidade ligada ao governo federal, que tem o objetivo de fortalecer as relações interfamiliares de famílias com renda per capita até meio salário-mínimo.

SETOR EMERGENCIAL** : entidade ligada à SETRADS, voltada para o atendimento às vítimas de chuvas e desmoronamentos.

Tendo em vista as dificuldades de adaptação apresentadas por este público, a seguir abordaremos um pouco das características desta população alvo a partir de sua procedência.

3.6.1 Os Ex-Moradores de Rua

Os últimos anos tem sido marcados pela incessante luta das populações carentes que não tem onde morar, os denominados “sem tetos”. No Brasil, as manifestações deste movimento tem encontrado representatividade em várias cidades. O Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) já conta com mais de 26 mil famílias cadastradas (A TARDE,14/12/2004). As ações deste movimento tem se refletido na ocupação de imóveis públicos ou prédios abandonados, o que os tornam alvo de constantes despejos e embates.

Os “sem-teto” que foram contemplados com as unidades das etapas 1 e 2 do Moradas da Lagoa, em sua maioria, não fazem parte daquele grupo. São pessoas que, por motivos diversos, experimentaram a vida nas ruas. Muitos deles sobreviviam através da assistência prestada pelos albergues públicos.

Em relatório preliminar produzido pela SECOMP, muitas questões chamam atenção em relação à população de rua, ocasionadas pela pluralidade de problemas trazidos por cada morador. Estes problemas são de ordem material, de saúde física e mental, desajuste familiar e social, desemprego, baixa qualificação, entre outros, que culminam no fator da exclusão social. Naquele documento, a discriminação foi considerada o maior problema enfrentado por este segmento, onde muitas pessoas são consideradas “não confiáveis e vistas como marginais”. Esse tipo de discriminação vem gerando várias formas de violência, como agressão gratuita e até mesmo assassinato, proporcionando um clima de insegurança e medo.

O censo que cadastrou os 818 moradores de rua foi realizado em maio de 2002, sendo o primeiro deste tipo aplicado em Salvador. Este estudo foi resultado de uma ação conjunta entre a SECOMP e instituições públicas e privadas¹⁵ (ANEXO J). De acordo com esta pesquisa 237 pessoas utilizavam as unidades formais de abrigo, enquanto 581 ainda dormiam nas próprias ruas, praças e viadutos (AVSI/CDM, 2003).

Problemas familiares, desemprego, alcoolismo e uso de drogas são um dos grandes motivos para esta população viver nas ruas. A maior parte declarou ter menos de um

¹⁵ Participaram desta pesquisa a SETRAS, SETRADS, UNICEF, SEPLANTEC/SEI, Conselho de Psicologia, Fórum de População de Rua, Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Salvador, Comissão de Justiça e Paz, Amores e Igreja Trindade.

ano de convivência nas ruas e somente 11% tem mais de dez anos vivendo nesta situação, onde os índices de dependência química (47%), transtornos psiquiátricos (43%) e doenças infecto-contagiosas (10%) são preocupantes (AVSI/CDM, 2003).

Logo após o censo, foi realizada uma triagem dos futuros moradores e o acompanhamento destes, através de atendimento médico e psico-social. Em seguida, foi providenciada a regularização da documentação civil, no intuito de resgatar a cidadania e a auto-estima da população contemplada. A próxima intervenção foi abrigá-los provisoriamente em casas alugadas ou em instituições públicas como a Casa de Passagem e Casa de Pernoite, até que fossem construídas as casas do Moradas da Lagoa.

3.6.2 Os Ex-Moradores das Áreas de Risco

Nem todos os moradores foram selecionados entre as pessoas que moravam nas ruas. Em 02 de agosto de 2002, ocorreu uma reunião entre a SECOMP, a SEHAB, SETRADS e a CODESAL para informações sobre os procedimentos internos para o cadastramento de famílias para programas de moradia. A partir desta reunião estabeleceu-se critérios para seleção de famílias para participar do projeto em andamento de casas embriões e lotes urbanizados. Naquele período, a CODESAL apresentou fotos de áreas de risco para apreciação da SECOMP nos bairros do Pilar, na Av. Frederico Pontes (em frente ao Ferry Boat) e na Lagoa do Urubu no Costa Azul, onde já havia no total 61 famílias cadastradas (AVSI/CDM, 2003). Foi realizada uma triagem, onde uma parcela desta população foi enviada a ocupar as

casas do loteamento Moradas da Lagoa, juntamente com os moradores provenientes das ruas, já previamente selecionados.

Na pesquisa de campo realizada pela autora, verificou-se que a população proveniente de área de risco veio dos bairros do Calabetão, Calçada, Cosme de farias, Pirajá, Itinga, Calabar, Garcia, Lobato, Paripe, Alto do Cabrito, Fazenda Coutos, entre outros.

3.6.3 O Perfil das Famílias

De acordo com o *Projeto de Pós-Ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa* (AVSI/CDM, 2003), em maio de 2003 foi realizada uma pesquisa utilizando o universo de 738 moradores do Moradas da Lagoa. A partir desta pesquisa elaborou-se um retrato sintético da comunidade, revelando características preocupantes presentes naquele agrupamento. Vale salientar que esta pesquisa foi realizada com os primeiros assentados e que alguns indicadores sofreram alterações em função das mudanças ocorridas no perfil do público-alvo, após a venda de algumas unidades pelos próprios beneficiários.

Dentre estas características, verificou-se o fato de que do universo de 412 pessoas encontradas com idade superior a 16 anos, 46,5% não trabalhava e apenas 15,3% deste universo possuía carteira de trabalho. Foi detectada a presença de quase 9% do total de moradores com algum tipo de deficiência física ou mental (cegueira, mudez, surdez, distúrbios mentais, deficiência motora, entre outros), sendo que algumas pessoas apresentaram mais de um tipo de deficiência. Um percentual

considerável dos núcleos familiares (42%) eram chefiados por mulheres e mais da metade do universo pesquisado (59%) declararam viver com uma renda até um salário-mínimo, sendo que 46% das pessoas com mais de 16 anos recebiam algum tipo de benefício do estado. A seguir, são apresentadas as tabelas descritivas da situação dos moradores à época da referida pesquisa:

Tabela 3.2 - Características gerais do público -alvo

Qualificação	Universo	Quantidade	Porcentagem
Solteiros	738	507	68,7%
Possuem carteira de trabalho	412	63	15,3%
Possuem algum tipo de deficiência	738	65	8,8%
Não trabalha	402	187	46,5%
Menos de 7 anos	738	194	26,3%
Maiores de 7 e menores que 16	738	133	18%
Pessoas com mais de 65 anos	738	7	1%

Fonte: AVSI/CDM (2003). Projeto de Pós-ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa.

Tabela 3.3 - Renda

Renda familiar	Nº. de famílias*	Porcentagem
Até 1 salário mínimo	119	59%
Entre 1 e 2 salários-mínimos	19	9,4%
Entre 2 e 3 salários mínimos	4	2%
Não possuem renda	60	29,7%

Fonte: AVSI/CDM (2003) . * Total =202 famílias

Tabela 3.4 - Nível de escolaridade

Nível de escolaridade do chefe de família	Quantidade	Porcentagem
Analfabetos	45	17,8%
Até a 4º. série do ensino fundamental incompleta	54	21,4%
Até a 4º. série do ensino fundamental completa	31	12,3%
Ensino fundamental completo	12	4,7%
Ensino médio incompleto	54	21,4%
Da 5ª. a 8ª. série incompleta	62	24,6%

Fonte: AVSI/CDM (2003) Projeto de Pós-ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa.

Tabela 3.5 - Situação ocupacional

Situação ocupacional	Quantidade *	Porcentagem
Catador	13	2,3%
Pede Escolas	2	0,37%
Biscate	134	24,6%
Guarda carro	3	0,55%

Fonte: AVSI/CDM (2003). Projeto de Pós-ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa.

*544 pessoas acima de sete anos

3.7 ATUAÇÃO DA AVSI NA PÓS-OCUPAÇÃO

As diretrizes e ações do trabalho de pós-ocupação, que vem sendo realizados pela AVSI/CDM (ANEXOS K e L) desde outubro de 2003, foram orientadas a partir do retrato sintético da população do Moradas da Lagoa e de dados fornecidos pela SECOMP, através do qual se elaborou um marco lógico de atividades de caráter emergencial, a médio e longo prazo (AVSI/CDM, 2003).

O objetivo geral do projeto de pós-ocupação era melhorar a vida das pessoas reassentadas no Loteamento Moradas da Lagoa, através das seguintes ações:

1. **Garantir a presença contínua de uma equipe multidisciplinar, devidamente instalada em uma estrutura, com a finalidade de realizar o acompanhamento dos assentados** - esta equipe compunha-se de um coordenador, três técnicos na área social para acompanhamento da comunidade no campo, um segurança, um estagiário, um motorista, uma pessoa para serviços gerais.
2. **Promover o estreitamento das relações pessoais dos habitantes do reassentamento, objetivando o distanciamento existente entre os moradores, aumentando o sentimento solidário entre eles** - neste caso, visava-se a promoção de atividades que envolvessem toda a comunidade, como teatro, cinema na praça, palestras e cursos comunitários.
3. **Melhorar a situação sócio-econômica da população do loteamento** - este objetivo engloba ações no campo da educação, saúde, trabalho e renda, habitat, família e segurança.

A AVSI/CDM também tem buscado parceria com outras entidades não-governamentais para atuarem em regime de cooperação no Moradas da Lagoa, a exemplo do Centro de Atenção Psico-social (CAPS - NZINGA), Instituto Guanabara (entidade de apoio a pessoas com transtornos mentais), Grupo de Apoio às Pessoas com AIDS (GAPA), Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEDECA), Alcoólicos Anônimos (AA), entre outros. Estas parcerias aconteceram devido a uma série de problemas psico-sociais e doenças apresentados pela comunidade. Algumas destas parcerias são realizadas através da mútua prestação de serviços

entre a AVSI e estas instituições, a exemplo do intercâmbio de profissionais ou disponibilidade de espaço e equipamentos dentro do centro comunitário. A AVSI /CDM também trabalha em parceria com o Conselho Tutelar, face os casos de desajustes, mal tratos e abusos sexuais dentro das famílias.

No início dos trabalhos, ocorreram muitos tumultos em função da invasão por famílias desabrigadas nas casas que se encontravam desocupadas e que, com a expulsão destas do local, não teriam para onde ir. Por outro lado, os verdadeiros beneficiários destas casas aguardavam ansiosos a ocupação dos imóveis, pois já tinham sido avisados que os mesmos estavam liberados. Estes conflitos geraram muita tensão no loteamento e acabaram por atrasar o início das atividades, pois seria necessário uma reunião inicial com a comunidade, sendo preciso o estabelecimento das famílias que realmente iriam morar no loteamento. Com a resolução da situação, os trabalhos foram retomados e a equipe de pós-ocupação pode realizar visitas e se instalar no centro comunitário construído no Moradas da Lagoa 1, para atendimentos diversos.

A função do escritório de campo, localizado no centro comunitário, é o atendimento aos moradores, que abarca tanto os aspectos relacionados à manutenção e ampliação das casas, como inscrição para as atividades de cultura e lazer, para creche, atendimento médico, cadastro para emprego, entre outros.

Logo após a implantação do projeto, foram realizadas reuniões diárias com a comunidade no intuito de apresentar o projeto de pós-ocupação. Estas primeiras reuniões ocorreram no período de 29/09/2003 a 31/10/2003, quando os moradores

eram convidados a participar através de convites específicos para cada atividade, na véspera do encontro (ANEXO M). Estas atividades envolviam também visitas domiciliares, realização de palestras, cinema e teatro na praça (ANEXO N). Nos encontros, eram apresentados os projetos de implantação de equipamentos, como a creche e a escola municipal, os serviços realizados por parceiros externos como o posto da Polícia Militar, o CAPS - NZINGA e o Posto de Atendimento à Saúde da Família (PSF).

As reuniões de integração consistiam também numa oportunidade dos moradores questionarem os serviços, esclarecerem dúvidas e apresentarem sugestões. Nestas reuniões era realizado o cadastro dos moradores para os atendimentos diversos como distribuição de benefícios, emprego, horta comunitária, educação ambiental, cursos profissionalizantes, entre outros. No início das atividades, a maior demanda estava relacionada à entrega de currículos. Somente no primeiro quadrimestre, referente aos meses de outubro/2003 a janeiro/2004 foram registrados 1.483 atendimentos ao todo.

Quanto à entrega dos benefícios, foi realizado um cadastro geral para verificar quais os moradores tinham realmente direito e quais os que ainda não estavam recebendo. Entre estes benefícios estão o Vale-Vida, um cupom no valor de R\$ 50,00, que os moradores trocam na Cesta do Povo por alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa-Escola e o Bolsa-Família.

Um dos acontecimentos que chamou bastante a atenção da equipe envolvida foi o fato de que ao final das reuniões, muitos moradores procuravam os funcionários do

projeto e, desesperadamente, pediam ajuda, pois estavam passando fome. Desta forma e constatada a veracidade da situação, foram distribuídas quentinhas em caráter emergencial.

Diante do exposto, podemos entender que o atendimento da AVSI/CDM no Moradas da Lagoa estava voltado à descoberta das necessidades da comunidade, independentemente do âmbito de atuação, tentando buscar soluções para estas, através do seu próprio aporte profissional, bem como através das parcerias com entidades públicas e privadas, que foram se firmando à medida que surgia uma nova necessidade entre os moradores. Utilizando as palavras de um funcionário envolvido no projeto, a AVSI/CDM faz o papel uma “mini-prefeitura” no local.

O trabalho de pós-ocupação, na abrangência que está sendo realizado no conjunto habitacional, não tem encontrado similar entre os programas já implantados na cidade. Esta forma de parceria tem ajudado a gestão urbana e mostrou-se importante na organização da comunidade em estudo, onde grande parte das dificuldades enfrentadas tem sido amenizada pela presença constante de uma instituição no local voltada exclusivamente para a comunidade. Por outro lado, como já ressaltado no presente trabalho através de autores como Carvalho (1997) e Villasante (1997), este tipo de gestão tem ausentado o poder público de uma relação mais direta e próxima com a comunidade atendida e o assistencialismo das ONGs tem afastado o público-alvo da ciência dos projetos locais, muitas vezes intimidando a formação de núcleos organizados na comunidade .

3.8 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO MORADAS DA LAGOA

A proposta desta seção é avaliar o desempenho das diversas ações que estão sendo realizadas no Moradas da Lagoa a partir do trabalho de pós-ocupação e o parecer dos moradores. Para isso, foram feitas várias entrevistas com a equipe da AVSI/CDM, com os membros da Associação de Moradores, com algumas instituições envolvidas e foi realizada pela autora uma pesquisa em campo através da aplicação de questionários com a comunidade¹⁶. Estas ações possibilitaram um melhor entendimento e análise dos problemas enfrentados pela comunidade e das possíveis soluções. Foram tomadas por base de investigação as propostas de trabalho contidas no Projeto de Pós-Ocupação.

1) As relações entre a comunidade

AVSI/CDM vem realizando as interações do público beneficiado junto às instituições competentes, uma vez que na comunidade do Moradas da Lagoa, a Associação de Moradores encontra-se recém-implantada (2005). A unificação das demandas em uma só entidade tem facilitado a vida daquela população, à medida que as soluções vão surgindo.

Por outro lado, observou-se na pesquisa em campo e através de reunião com os líderes da Associação dos Moradores, que a população vê nos trabalhos de pós-ocupação da AVSI, um meio para receber benefícios sem grandes burocracias e este fato tem feito com que os próprios moradores ignorem as ações da Associação

¹⁶ Pesquisa realizada em junho/2005.

de Moradores, o que cria uma linha de impedimento para a iniciativa da população em criar lideranças, se fortalecer e buscar a própria identidade.

Os dados mostram que 76,92 % dos entrevistados já participaram de reuniões com a equipe de pós-ocupação, cujos temas foram variados. Verificou-se que um terço dos entrevistados participa ou já participou das atividades do centro comunitário coordenados pelas ONGs. Por outro lado, 82,05% dos moradores responderam que não conhecem o trabalho da Associação dos Moradores e, embora 87,18% demonstraram interesse em participar, apenas 10,25% dos entrevistados compareceu em alguma reunião.

Acreditamos que a coordenação da distribuição dos benefícios seja um dos pontos mais delicados da relação de pós-ocupação. A pesquisa de campo revelou que mais de 90% dos moradores entrevistados que fazem parte do projeto recebem algum tipo de benefício, sendo que destes, aproximadamente 22,50% vivem exclusivamente dos benefícios do governo, como o bolsa-família, bolsa-escola e o vale-vida. Quando se verifica a renda dos moradores que não fazem parte do projeto, o percentual cai para 37,50%. A AVSI/CDM já é vista pelos moradores com uma entidade que tem facilitado a distribuição destes benefícios e percebe-se o receio deles em relação à saída do projeto de pós-ocupação do local. A presença destas ONGs sugere uma garantia de assistência à comunidade, muito embora já existam cortes na distribuição de benefícios quando é constatado que o beneficiário já está trabalhando formalmente.

Sendo assim, fica claro uma certa acomodação por parte de alguns moradores em reivindicar ou participar de um processo reivindicatório dos objetivos iniciais propagados para a implantação do Moradas da Lagoa, como o pólo industrial que traria emprego para a população assentada. O Moradas da Lagoa concentra altíssimos índices de baixa renda, desemprego e de baixa escolaridade. Embora o perfil da população tenha mudado um pouco em relação ao inicial, tendo em vista que o quadro de beneficiários sofreu alterações durante o período, ainda se aproxima bastante do retrato sintético apresentado no início deste capítulo¹⁷.

Quando se discute a participação da sociedade civil nos programas públicos, insere-se neste contexto o gerenciamento da comunidade por seus próprios componentes. Vale lembrar as dificuldades apresentadas por boa parte das famílias instaladas no Moradas da Lagoa, incluindo entre estas os problemas de ordem psico-social e a extrema carência financeira, que necessitam de um “olhar especial” e de uma tarefa árdua de acompanhamento.

Sobre a proposta de afirmação da cidadania, Nunes (1999) já criticava as ações do Viver Melhor, onde o direito à participação popular apresenta-se limitado, resumindo-se em “consultas esporádicas à população, sem nenhuma metodologia específica” (p.06,1999). Em estudo realizado por Castro (2001) sobre aquele programa em Salvador, concluiu-se que a participação da população no projeto e implantação não se mostrou como uma participação efetiva ou que ao menos abarcasse a maior parte dos contemplados.

¹⁷ Em pesquisa foi verificado que 23% dos moradores não fazem parte do público inicialmente contemplado.

Quando a discussão é direcionada para o Moradas da Lagoa, constata-se que a noção de cidadania estava muito distante da realidade daquela população excluída. Desta forma, a idealização e implantação do projeto ocorreu praticamente à revelia da participação popular, restando à estes somente as informações inerentes ao conjunto habitacional. No entanto, o governo apresenta o Moradas da Lagoa como um programa de promoção da cidadania e desenvolvimento do capital humano, mas deve lembrar que a cidadania não se obtém através da tutela a uma organização que cuidará de todos os problemas daquela comunidade, mas sim por permitir a participação desde o planejamento até a gestão do empreendimento. Muitas vezes parece que delegar funções do estado ao privado “tira das vistas” a aglomeração das pessoas às portas das instituições públicas, restringindo o direito de se manifestarem.

A criação da Associação de Moradores, que atualmente funciona em uma das salas do Centro Comunitário, sem dúvida, sinaliza um processo de mudança nas relações entre os beneficiados. Ao término desta pesquisa, a autora já pode verificar uma maior aproximação entre os moradores e a Associação em função das reivindicações para o não pagamento das prestações das casas, evento no qual a AVSI/CDM ficou de fora.

Consideramos que o trabalho das ONGs no Moradas da Lagoa tem um alto preço para o Estado, conforme demonstração na seção 3.4, tornando-se importante verificar os resultados deste investimento, não somente no viés assistencialista, mas também na formação de líderes e pessoas capacitadas a interagir com a comunidade e com o poder público e privado, nas diversas relações implícitas no

gerenciamento de trabalhos de interesse social e na busca dos caminhos para resolução dos problemas pertinentes.

2) Melhoria das condições sócio-econômicas

I. Educação

As atividades propostas pela AVSI/CDM no âmbito da educação visavam garantir que todas as crianças de 0 a 6 anos permanecessem numa estrutura educacional por tempo integral, garantindo nesta mesma estrutura nutrição adequada, bem como a permanência e o ingresso na escola formal de crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos. O programa educacional também estava voltado para reduzir o número de adultos analfabetos e de analfabetos informais.

Para realização destas atividades, foi feita uma articulação com a Secretaria de Educação e com as escolas públicas para garantir vagas para estes seguimentos. Posteriormente, foi implantada em área do loteamento a Escola Municipal Ítalo Gaudenzi, que disponibiliza 650 vagas; uma creche com 153 vagas para crianças até quatro anos de idade, bem como cursos no próprio centro comunitário para alfabetização de adultos.

Houve uma grande dificuldade de adaptação das crianças aos trabalhos da creche, até porque muitas estavam acostumadas a viver nas ruas, sem qualquer tipo de disciplina. Elas se sentiam verdadeiras “prisioneiras”, mas viam na creche um meio de se alimentar¹⁸. À medida que foram firmando laços, interagindo com outras

¹⁸ Informações obtidas em entrevista com Sr. Heli Roberto Mansur, diretor da CDM, em 10/05/2005.

crianças e se envolvendo nas atividades, começou o processo de adaptação. Para incluir as crianças do loteamento na creche, a equipe de pós-ocupação teve grande dificuldade, inclusive tendo que fazer um trabalho de divulgação entre as famílias.

Enquanto isso, a demanda por parte dos moradores dos conjuntos habitacionais do entorno era grande, mas as vagas somente foram disponibilizadas para as crianças do projeto. Tal fato criou, no início, um certo “mal estar” com aqueles moradores, pois estavam destituídos de uma série de benefícios que foram oferecidos especificamente e prioritariamente às famílias do Moradas da Lagoa. Paulatinamente, os moradores do entorno iam sendo contemplados com as vagas sobressalentes.

A escassez na oferta de vagas para o ensino médio entre os bairros do entorno imediato do Moradas (Fazenda Coutos, Vista Alegre, Conjuntos Habitacionais Jardim da Lagoa, Recanto da Lagoa, entre outros) é uma das fortes preocupações. A escola de ensino médio mais próxima situa-se em Vista Alegre (Escola Estadual Monteiro Lobato) e dispõe de aproximadamente 120 vagas. Na Estrada Velha de Periperi existe outra escola (Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima), com curso noturno de aceleração para o ensino médio, no entanto, o local é extremamente deserto e oferece muitos riscos à população.

Vale destacar que durante a pesquisa de campo, verificou-se uma mudança no nível de escolaridade dos atuais moradores do conjunto em relação à pesquisa do Retrato Sintético das Famílias . Considera-se que tal fato ocorreu em função da mudança do público alvo, uma vez que no início da ocupação, muitos moradores venderam suas

casas e retornaram para as ruas ou investiram em drogas, conforme relato dos entrevistados. A pesquisa demonstrou que aproximadamente 23% dos atuais moradores compraram seus imóveis de famílias que tinham sido contempladas pelo projeto. Vale ressaltar também que quando foi realizado o cadastro para compor o *Retrato Sintético das Famílias do Moradas da Lagoa*, utilizou-se como universo as 270 primeiras famílias para serem representativas de toda a população do conjunto. No entanto, a maior parte dos primeiros moradores compunha-se de ex-moradores de rua e, somente posteriormente, foram incluídas mais famílias de áreas de risco.

Observa-se na tabela abaixo que na pesquisa de campo não foi encontrado nenhum chefe de família analfabeto, inclusive um dos entrevistados estava participando do curso de alfabetização oferecido pelo projeto de pós-ocupação. Na ocupação atual, já apareceram chefes de família com o ensino médio completo, fato que não se verificou no retrato sintético. Embora não sugerido pelos entrevistados, vale lembrar a inexistência de universidades públicas e privadas em toda a região do subúrbio de Salvador.

Tabela 3.6 - **Comparação da distribuição da população segundo a escolaridade**

Grau de escolaridade do chefe de família	Retrato sintético	Pesquisa de campo
Analfabeto	17,80%	-
Em alfabetização	-	2,56 %
Até a 4 ^a . série	33,70%	25,64%
Ensino fundamental incompleto	24,6%	35,89%
Ensino fundamental completo	4,70%	5,12%
Ensino médio incompleto	21,4%	12,82%

Grau de escolaridade do chefe de família	Retrato sintético	Pesquisa de campo
Ensino médio completo	-	10,26%
Ensino superior incompleto		-
Ensino superior completo		-

Fonte: elaborado a partir de dados obtidos em AVSI/CDM (2003) e Pesquisa de campo realizada em junho/2005 pela autora.

II. Saúde

As ações nesta área visavam a redução dos altos índices de vulnerabilidade na saúde e o acompanhamento de pessoas com problemas de ordem psico-motoras.

Tabela 3.7 - Deficiências apresentadas pelos moradores

Tipo de deficiência	Quantidade	Porcentagem
Cegueira	3	4,6%
Mudez	2	3%
Surdez	4	6,1%
Mental	31	47,7%
Motora	23	35,4%
Outra deficiência	11	17%

Fonte: Projeto de Pós-Ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa (AVSI/CDM, 2003)

Universo de 65 deficientes. O total da porcentagem resulta em mais de 100% em função de ocorrerem pessoas que possuem mais de uma deficiência

Além das dificuldades apontadas acima, os maus hábitos adquiridos durante a vida nas ruas se mostraram como fatores de difícil reversão, necessitando de um trabalho de acompanhamento mais específico, com a elaboração de um plano médico a médio e longo prazo para a prevenção de doenças.

Através de articulação com a Secretaria Municipal de Saúde, foi implantado um PSF para na região, inaugurado em dezembro de 2004, embora o desejo das autoridades públicas para o Moradas da Lagoa fosse um PSF específico. A equipe da AVSI também dispõe de um médico no centro comunitário para atendimento à população em caráter emergencial e para realização de visitas nas casas; realização de atividades educativas com as famílias para a prevenção de doenças e promover visitas mensais de estruturas móveis de saúde no loteamento. O Instituto Guanabara e o CAPS - NZINGA são instituições que tratam de problemas relacionados a transtornos mentais e que realizaram alguns trabalhos na comunidade. Seria interessante a presença contínua de uma destas instituições, mas como não havia um local próprio disponível, isto não pode ser possível.

Entendemos que, uma vez que já existia uma pesquisa sobre o perfil dos moradores antes da implantação do loteamento, a previsão de um espaço para a implantação de uma instituição neste segmento demonstraria um maior cuidado e seriedade em tratar com os problemas do público assistido. As especificidades dos futuros moradores muitas vezes já se apresentam antes de qualquer tipo de intervenção, devendo ser buscadas soluções quando das atividades de planejamento. Para o Moradas da Lagoa, uma entidade para o tratamento de distúrbios psíquicos se faz tão importante quanto a implantação de um posto médico preventivo, que é o caso do PSF.

Outros problemas estão relacionados com a ausência de um posto médico para atendimento de emergência, uma vez que o PSF não faz este atendimento e a unidade de emergência mais próxima situa-se no Hospital Geral João Batista Caribé,

que dista, aproximadamente, 4km do conjunto. Por conseguinte, muitos moradores ficaram revoltados com os serviços do PSF e já causaram uma série de tumultos em frente ao posto. Isto demonstra que, embora o trabalho do PSF seja importante para toda e qualquer comunidade, pois trata de prevenção, os moradores estudados não estão preparados para este tipo de serviço, ficando sempre na expectativa de um posto emergencial. Tal acontecimento prova que dotar um conjunto habitacional de equipamentos deve ter critérios e preparação. A inauguração de equipamentos em uma comunidade gera visibilidade das ações públicas, mas não garante a satisfação dos verdadeiros beneficiários.

III. Trabalho e renda

Em face da extrema carência da população, algumas medidas para geração de emprego e renda foram adotadas. Estas ações se traduziram inicialmente na implementação de equipamentos e atividades menos complexas passando a implantação do Parque Industrial. Dentre elas destacam-se:

- Atividades no centro comunitário (porteiro, jardineiro, cozinha comunitária, instrutores)
- A Horta Comunitária
- O Microcrédito
- A absorção de mão-obra na construção das unidades
- As casas-comércio
- A implantação da fábrica Tidelli

Uma das primeiras ações foram as atividades no centro comunitário, onde iniciativas para geração de trabalho foram implementadas como a contratação de moradores nos trabalhos de vigia, porteiro, agente de meio ambiente (jardineiro), instrutores de teatro, de capoeira e a instalação de uma cozinha comunitária. Nem todos os contratados que trabalham no centro comunitário são oriundos do Moradas da Lagoa, algumas pessoas foram contratadas do entorno, como professores de capoeira, teatro, entre outros, devido às especificidades das atividades.

A Cozinha Comunitária emprega quatro pessoas e atualmente fornece 250 quentinhas diárias, sendo duas para cada família cadastrada. A instalação desta se deu em função da necessidade premente de fornecer algum tipo de alimentação para famílias que não tinham o que comer, de gerar emprego local e posteriormente venda da produção. O pessoal foi selecionado entre os moradores do loteamento e o treinamento foi realizado por uma nutricionista.

Para o trabalho na Horta Comunitária, localizada próximo a fábrica, alguns moradores passaram por uma capacitação. Os temperos produzidos, como coentro e cebolinha são utilizados na Cozinha Comunitária.



Figura 3.25 – Pessoas da mesma família trabalhando na Horta Comunitária
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

Outro fator de geração de renda foi a utilização do microcrédito. Este tipo de incentivo consiste no empréstimo aos moradores de um valor de R\$ 600,00, cuja contratação é feita diretamente com a AVSI, utilizando-se recursos do FUNCEP, e o pagamento das parcelas é feito através do fornecimento de mercadorias, como artesanato, café e leite, muitos destes utilizados na Cozinha Comunitária. Este tipo de incentivo está passando por uma avaliação tendo em vista a grande inadimplência dos contratantes.

Alguns moradores foram direcionados pela equipe de pós-ocupação para trabalharem na construção das casas do loteamento e no galpão onde funciona atualmente a fábrica da Tidelli. Esses trabalhadores foram contratados pela Gráfico Engenharia e ocuparam as funções de servente, pedreiro e carpinteiro. Entretanto, o contrato com a construtora era só de três meses, no intuito de garantir a rotatividade e dar oportunidade para outros moradores. Este tipo de ação pode ser considerada como uma atitude emergencial face às dificuldades encontradas por muitas pessoas que estavam desempregadas e, como já mencionado, até mesmo passando fome. Mas deve-se considerar que não foi suficiente para atender às demandas da população por emprego.

Outra iniciativa para fomentar a renda dos moradores aconteceu já na concepção do projeto, que previa a construção de 34 casas tipo comércio. Destas casas, três foram cedidas para atividades da creche e, das 31 restantes, somente cinco encontram-se com atividade, sendo estas um mercadinho, uma fabriqueta de almofadas e três bares, ou seja, mais de 80% das lojas encontram-se ociosas, muitas sendo utilizadas como mais um cômodo da casa.



Figura 3.26 - Fabriquetta de almofadas



Figura 3.27 - Lojas fechadas

Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

A figura 3.26 ilustra uma casa comércio no caminho 08 da 1ª etapa que foi adaptada para uma fabriquetta de almofadas. No entanto, nem todos os adquirentes deste padrão de imóvel tiveram a mesma sorte, estando com suas lojas fechadas.

Dentre os motivos pesquisados encontram-se principalmente a falta de condições financeiras para colocar um ponto comercial, seguido da localização das lojas em local de pouco movimento (11 situam-se num caminho e somente 20 em rua principal do loteamento, porém interna) e da inadimplência de alguns compradores. Por outro lado, algumas poucas casas foram adaptadas precariamente pelos próprios moradores para servirem de bar, sendo que, quando verifica-se um comércio de maior porte, refere-se a unidades que foram compradas dos moradores originais por pessoas que não faziam parte do projeto.



Figura 3.28 - Casa ampliada para Mercadinho
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.



Figura 3.29 - Mercantil do Gaúcho
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.



Figura 3.30 - Casas adaptadas para comércio
Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

As fotos 3.28 e 3.29 (f.128) ilustram embriões que foram vendidos e modificados para atividade comercial pelos atuais moradores. A foto acima mostra adaptações mais simples.

A tentativa mais abrangente para o conjunto ocorreu através do convênio, em dezembro de 2003, entre a SECOMP, a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e a SUDIC, para implantação do projeto “Galpão Moradas da Lagoa”, que visava atender a necessidade de incremento do nível de emprego e redução das desigualdades sociais (BAHIA, 2003c). Ao Estado/SECOMP coube a disponibilização dos recursos financeiros e fiscalização da execução, entre outros. A SUDIC se responsabilizou em aplicar os recursos financeiros e executar todas as ações inerentes à consecução do objeto do convênio, através de entidade pública ou privada, bem como alocar técnicos e definir as atividades e acompanhamento técnico, entre outras. A SICM assumiu o papel de supervisionar, em conjunto com a SECOMP, a execução das ações. O valor total deste convênio foi de **R\$ 599 963,42** (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos), advindos do FUNCEP (ANEXO O).

A área destinada à construção do galpão fica próxima ao loteamento, num espaço que era utilizado pelos moradores como campo de futebol. A primeira fábrica a se implantar no galpão foi a Tidelli, do ramo de movelaria. Como observado através do convênio 113/03, os custos com o terreno e a construção do galpão ficariam por conta do Estado.



Figura 3.31 – Fábrica da Tidelli

Fonte: ALMEIDA, Ana Kelle. Junho/2005.

A fábrica da Tidelli está localizada na via que dá acesso a Lagoa da Paixão, próximo a 2ª. Etapa

Como um dos objetivos do citado convênio era o incremento do nível de emprego no local, foi elaborado pelo SENAI um programa de qualificação profissional, através de um convênio entre a SECOMP e o SETRAS, visando treinar e absorver a mão-de-obra do loteamento. Este programa estava voltado à qualificação profissional para ingresso de trabalhadores na Tidelli. A AVSI/CDM ficou responsável em informar a comunidade sobre a instalação da fábrica e inscrever os moradores. Os critérios de seleção incluíam pessoas na faixa etária entre 18 a 35 anos, sendo 40% do sexo feminino. O candidato deveria ser aprovado nas provas seletivas de português e matemática. Somente seriam selecionadas pessoas não residentes no Moradas da

Lagoa, se por algum motivo os moradores não conseguissem preencher as vagas (SENAI/FIEB,2004).

Foram implementadas ações de conscientização e treinamento de pessoas nos processos produtivos da fabricação de móveis, além de “proporcionar orientação ao cidadão para atender as exigências do mercado” (SENAI/FIEB, 2004, p.01). Entre os objetivos específicos deste programa estava o fato de gerar oportunidade de inclusão social de 300 pessoas, uma vez que estariam trabalhando numa fábrica, neste caso, na Tidelli.

Vale destacar que o programa não teve o resultado pretendido, uma vez que pouquíssimos moradores foram aproveitados no processo de seleção, cujos motivos estavam relacionados à ausência de disciplina por parte dos selecionados, inabilidade profissional em lidar com aquele tipo de movelaria, de alto padrão de qualidade no mercado e a grande reprovação nos exames de seleção. Outra questão apresentada durante a pesquisa em campo foi o fato de muitas pessoas terem se inscrito no processo de seleção utilizando o endereço dos moradores do conjunto. Estas pessoas geralmente eram parentes ou amigos dos moradores e, segundo depoimentos, alguns destes já encontram-se empregados, ocupando assim as vagas que foram prioritariamente disponibilizadas para os habitantes do Moradas da Lagoa.

Até maio de 2005, a fábrica tinha empregado cerca de 60 pessoas que passaram na seleção de um universo de 400 inscritos. A Tidelli dispõe de 150 vagas na fábrica instalada no loteamento. Embora seja uma indústria, o salário pago aos moradores

empregados é um salário mínimo, sendo a alegação o fato de que eles estão passando por um período de experiência e treinamento que terá a duração de um ano¹⁹.

A proposta de oportunidade de inclusão de 300 pessoas até o momento encontra-se dependente da chegada de outras indústrias que possam empregar esta mão-de-obra ou pelo menos os dois terços dos chefes de família que encontram-se desempregados.

Além da Tidelli, outras fábricas foram convidadas a participar do programa de geração de renda, através da assinatura de um protocolo de intenções, totalizando 13 empreendimentos²⁰. No entanto, até o momento da pesquisa não haviam sido implantadas. Vale ressaltar, que o programa de geração de emprego e renda está sendo abarcado de uma forma mais ampla através do projeto de requalificação urbana e ambiental da Lagoa da Paixão e seu entorno, onde será implantado um Parque Industrial.

O desemprego e má qualificação profissional são características dos moradores do loteamento e a proposta das entidades envolvidas na inclusão desta população seria a de absorver grande parte da mão-de-obra local nos programas de geração de emprego e renda. Tal evento não será possível se as atividades fabris /profissionais

¹⁹ Informações obtidas com o setor pessoal da TIDELLI em maio/2005.

²⁰ São elas: Tracol, do setor metalúrgico; Squadrilar, do setor metalúrgico; Mayor's , do setor de materiais de limpeza; Impactor, distribuidora de produtos de higiene; Via Marina, do setor de confecções; Anytime, do setor de alimentos ; Algeco, do setor de habitação; Teltron, do setor de eletrodomésticos; Caso, do setor de confecções; Trigo Doce, do setor de panificação; Tapete Ducan, do setor de tapeçaria ; Confecções Venor, do setor de Confecções (BAHIA,2004a)

não coadunarem com a capacidade do público alvo em se adaptar às funções e tecnologias envolvidas nos processos de produção.

Como demonstrado nos números, grande parte dos moradores não tem como sobreviver. Embora, o público-alvo do Moradas da lagoa tenha sofrido modificações, segundo a pesquisa de campo, a distribuição da renda familiar por procedência da população não chega a um salário-mínimo e isto incluindo o valor total de benefícios recebidos.

Tabela 3.8 - **Distribuição da renda por procedência da população, incluindo os benefícios recebidos do governo**

Procedência	Renda média R\$
Ex-moradores de rua	222,00
Áreas de risco	292,00
Conder/Outras instituições	185,00
Não fazem parte do público alvo	599,37

Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2005 pela autora.

Para esta classificação utilizaram-se como orientadores as informações dos próprios entrevistados, observando o local onde residiam ou se abrigavam anteriormente, as instituições direcionadoras e o processo seletivo para aquisição do lote.

Algumas das famílias citadas viviam em casas de passagens e abrigos públicos, onde muitas eram cadastradas e recebiam um auxílio destas instituições. Retirar essas pessoas desta condição e enviá-las para um local que ainda carece de oferta de trabalho, sugere um melhor aporte institucional para geração de emprego e renda. Se as fábricas que recebem incentivos para se instalarem no local - o que já é

vantajoso para estas e para a própria população - não disporem de vagas capazes de absorver esta mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação, acredita-se que o resultado dos esforços empreendidos será nulo, tanto para a comunidade local, quanto para a área que a abriga, se considerarmos o desenvolvimento econômico com um todo.

A geração da renda, um pressuposto dos recentes projetos e políticas habitacionais, é somente um passo para a inclusão do indivíduo dentro da sociedade e para sua própria auto-estima e conscientização de cidadania. Esse aporte financeiro poderá garantir um maior equilíbrio dentro do núcleo familiar e uma maior estabilidade para outras atividades do mesmo grau de relevância como o investimento na educação e saúde. Não oferecer a estas pessoas condições de inclusão através do que elas estão realmente habilitadas a fazer, ou não organizar uma preparação efetiva, é retroceder dentro de um processo que abriga vários elementos positivos para a comunidade.

Iniciando os programas de geração de emprego e renda com atividades nas quais a comunidade tem capacidade de se integrar, é um passo para alcançar conquistas maiores. Desta forma, a introdução de uma fábrica como a Tidelli, que exige uma certa habilidade na confecção de seus artigos, acredita-se não ser totalmente apropriada para a emergência na resolução dos problemas de renda das famílias do Moradas da Lagoa, onde muitos apresentaram experiências no ramo da reciclagem e dos serviços gerais. Incluir no processo de seleção exames em português e matemática é somente mais uma etapa para exclusão dos quase 40% de chefes de família que são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto.

Todas estas ações se traduzem na inadequação da política pública ao público –alvo. Projetar um conjunto habitacional vai mais além das necessidades eleitoreiras e de promoção da gestão pública ou do beneficiamento de entidades privadas envolvidas. É lidar com pessoas que buscam na ação do governo, o caminho mais rápido para resolução de seus problemas. Podemos dizer que a concepção do projeto em termos de geração de emprego e renda está sendo desastrosa. Não existe um planejamento claro e eficaz para a inserção do público-alvo, apenas as empresas saem ganhando através dos incentivos e absorvendo menor número das obrigações sociais com a comunidade aonde está inserida. As obras para implantação de novas fábricas já começaram e fica a pergunta: irá se repetir o mesmo processo que ocorreu com as promessas da Tidelli?

IV Habitat

O objetivo dos trabalhos nesta área estava voltado para educação da comunidade no uso da moradia, na utilização dos serviços das instituições públicas e concessionárias e no sentido de garantir a preservação das áreas verdes. Entre as concessionárias envolvidas no trabalho de educação estavam a LIMBURB, COELBA e EMBASA, que levaram para o local seus projetos educativos.

A respeito das áreas comuns do conjunto, alguns moradores reclamaram da ausência de um espaço de lazer para crianças que contenham brinquedos ou outros de equipamentos de lazer. Alguns demonstraram a necessidade de implantação de uma Cesta do Povo e um de supermercado no bairro. Outros até sugeriram a construção de um centro de abastecimento dentro do próprio loteamento, o que

inclusive está previsto no projeto de requalificação. No entanto, a maior parte das queixas referiam-se a segurança do conjunto (26,19%); oferta de equipamentos de saúde (17,85%) e maior diversidade das linhas de transporte público (11,90%).

Sobre os questionamentos supracitados, durante o presente estudo, que contou com diversas idas ao local, foi constatada a procedência das reclamações. A presença de um centro de abastecimento popular numa área carente como o Moradas da Lagoa e seu entorno é uma conquista para a população. Equipar o conjunto com praças e brinquedos infantis promove a integração das crianças e a ocupação do tempo com atividades de recreação dentro do próprio conjunto, onde os seus responsáveis podem estar observando-as. Vale lembrar que a presença da Lagoa da Paixão próxima ao loteamento não deixa de ser um ponto de especial atração, sobretudo para crianças que, desavisadas, podem passar por verdadeiras situações de risco como afogamentos ou exposição a algum tipo de violência, uma vez que o local apresenta-se deserto em algumas horas do dia.

Outro grande problema apresentado pela comunidade está na ineficiência do transporte público. Tal fato foi verificado pela autora, nas diversas idas e vindas ao local em estudo. Bem como a população, o questionamento não se concentra na frequência dos ônibus, mas sim na diversidade das linhas. Para exemplificar, necessita-se caminhar um quilômetro para pegar uma linha direta para a Estação da Lapa. Somente as linhas metropolitanas entram nos conjuntos, com exceção da linha Base Naval – Pituba. Todas as outras deixam os passageiros do Moradas da Lagoa nos pontos existentes ao longo da BA-528. A relação de linhas passantes encontra-se com descrito no quadro abaixo:

Quadro 3.4 – Relação de linhas de transporte coletivo que trafegam na área em estudo

Linhas convencionais	Linhas metropolitanas
Vista Alegre-Barra	Caboto- Campo Grande
Paripe - Pituba	Ilha de São João – Campo Grande
Fazenda Coutos – Pituba	Ilha de São João - Rodoviária
Base Naval/São Tomé de Paripe - Pituba	
Paripe- Aeorporto	
Base Naval – Campo Grande	
Periperi - CAB	

Fonte: SALVADOR, 2001.SUCOM. Processo nº. 31.426/01.Licença para Construção.

Observa-se a inexistência de uma linha que ligue a área de Valéria com os bairros mais distantes situados ao longo do Subúrbio Ferroviário (Plataforma, Lobato) e até mesmo ao bairro da Calçada. Ressalta-se a inexistência de linhas que trafeguem ao longo da Av. Paralela.

3) Financiamento das habitações

Os lotes com as unidades habitacionais foram comercializados conforme Quadro 3.5. Foram assinados contratos de promessa de compra e venda com a CONDER, com uma carência de dois anos e contrato de financiamento entre a Caixa Econômica e a CONDER, através do PSH, subsídio ligado ao governo federal, como visto nos capítulos anteriores. De acordo com o contrato de compra e venda, o imóvel só poderá ser transferido para terceiros com expressa anuência de autoridade competente da CONDER e passado o tempo de carência.

Quadro 3.5 - Valores de comercialização das unidades

Tipo da unidade	Valor do imóvel	Valor da prestação	Prazo de pagamento
-----------------	-----------------	--------------------	--------------------

Embrião BA-60 I-20	R\$ 1.301,40	R\$28,15	60 meses
Village 1 quarto	R\$ 2.146,38	R\$ 46,43	60 meses
Casa comércio	R\$ 2.699,65	R\$ 50,91	72 meses

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos contratos n^{os}. 93100135-8, 93200156-3 e 93100276-0 (CONDER, 2005).

Embora 64,5% dos entrevistados consideraram que suas condições de vida melhoraram após a implantação do Moradas da Lagoa, houve muitos depoimentos contrários ao pagamento das prestações. Tal fato se concretizou através dos dados apresentados pelo setor de cobrança da CONDER onde, dos 284 mutuários que já tem prestações vencidas, menos de 1% efetuaram o pagamento. Eles alegam não ter condições financeiras para cumprir com as obrigações e amaram o saldo do compromisso ao cumprimento das promessas feitas para o Moradas da Lagoa de geração de emprego e renda. Por este motivo e devido às intensas e tumultuadas manifestações da comunidade, as cobranças foram momentaneamente suspensas até que se chegue a uma negociação entre os moradores, a SECOMP e a CONDER.

A partir da análise dos dados apresentados pela pesquisa e demais informações sobre o Moradas da Lagoa, surge um questionamento: como será possível o pagamento destas prestações numa comunidade cuja renda média do público alvo nem sequer chega a um salário-mínimo, isso levando em consideração a soma dos benefícios recebidos por mais de 90% dos entrevistados? Deve-se considerar também que o empreendimento foi adquirido e construído com recursos exclusivos do Governo do Estado, através do FUNCEP, como constatado através dos contratos citados neste trabalho. A impressão deixada é que a população dita de extrema

carência deve retornar o benefício recebido em forma de prestações, sem ao menos ter sido totalmente contemplada com as melhorias financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste trabalho demonstram que a experiência do Moradas da Lagoa tem sido singular no município de Salvador. Primeiro, pela atuação de uma secretaria de combate à pobreza, que coordena, financia e articula as demais instituições para promoção de moradia . Com a junção das demandas da população de extrema carência, que estava excluída de qualquer tipo de programa, a SECOMP realiza um feito inédito para este segmento na cidade. O projeto foi cuidadosamente orientado por uma pesquisa e previu, não só o aporte de infra-estrutura básica, mas a fixação do público alvo através da geração de emprego e renda para a área, posteriormente sendo implementadas as ações de pós-ocupação com os beneficiários, representando uma preocupação com o campo social.

As interações com as diversas secretarias e órgãos da administração pública, além de serem prerrogativas das recentes políticas habitacionais estudadas, é uma forma inteligente de gestão pública. A troca de experiências e informações sobre os diversos problemas e ações que constituem o cenário urbano são elementos fundamentais para a eficácia do planejamento de uma cidade. No Moradas da Lagoa, a soma dos esforços demonstrou a capacidade de articulação das entidades públicas quando realmente desejam que um projeto se concretize.

Embora os benefícios do Moradas da Lagoa estejam inicialmente voltados para seus moradores, pode-se observar que a chegada deste empreendimento impulsionou o poder público a dar os primeiros passos na execução de um projeto de

requalificação urbana da área, que, se cumprido na íntegra, trará importantes benefícios para aquela população.

Sobre o trabalho da AVSI/CDM foi constatado que esta parceria tem trazido contribuições não só para os moradores, mas também tem sido uma referência para o entorno, tanto que atualmente muitos moradores da vizinhança procuram a equipe de pós-ocupação para informações sobre benefícios, entrega de currículos e demais orientações. A proximidade ao público-alvo passa uma impressão de que não estão completamente abandonados, mas que pessoas foram designadas especialmente para ajudá-los na árdua tarefa da sobrevivência.

No entanto, foram observados alguns pontos críticos na experiência abordada. A forte atuação do Governo do Estado neste programa somente veio reforçar a ausência da Secretaria Municipal de Habitação em mais um projeto de habitação dentro da cidade. Embora, a multiplicidade das fontes de recursos tenha surgido como uma prerrogativa da política habitacional nacional, a autonomia municipal para gestão das políticas públicas urbanas representa a busca da descentralização política e do fortalecimento do poder local. Aliado a isto, temos o município como ordenador do uso e ocupação do solo através da elaboração dos planos diretores propostos na Constituição e no Estatuto da Cidade. Quando o Governo do Estado abarca esta responsabilidade, deveria estar submetido às políticas urbanas municipais, buscando um trabalho em parceria. No entanto, muitas vezes o que se observa são os interesses das alianças e partidos políticos envolvidos na gestão da cidade.

O conceito de habitat não deve se restringir somente a um conjunto habitacional e sim contemplar um planejamento urbano mais amplo, visando os impactos deste empreendimento para o entorno e a região como um todo. Quando se concebe um projeto com as especificidades do Moradas da Lagoa, este, irremediavelmente, passa a ser um objeto de propaganda governamental. Conseqüentemente, vale questionar se este modelo de programa irá se reproduzir ou incentivar a criação de outros para o restante da cidade ou se será agregado aos feitos de uma determinada administração pública, visando interesses políticos e eleitoreiros.

Outro fator importante a ser mencionado é a descontinuidade das ações previstas para o empreendimento, principalmente as relacionadas à geração de emprego e renda. Como visto, a área onde foi implantado o Moradas da Lagoa é carente na oferta de equipamentos e de postos de trabalho, para isso foi pensado na criação do pólo industrial bastante propagado. Se não houver uma inversão neste quadro, é bem provável que cada vez mais os moradores inicialmente contemplados, ou seja, a população mais carente, negocie seus imóveis e retornem para o estado de exclusão social que antes viviam ou então sigam o viés da marginalidade e violência social como meio de sobrevivência.

Pode-se questionar se a concepção do Moradas da Lagoa foi de fato adequada ao público alvo, onde verificou-se a presença de desajustes familiares e patologias das mais variadas ordens. Não houve um preparo eficaz dos moradores para a convivência em um conjunto habitacional, especialmente aqueles que vieram das ruas, o que ocasionou os diversos transtornos relatados no início do capítulo III. Essa forma de ajuntamento se apresentou à autora carente de um processo

discursivo mais intenso. Sendo assim, coloca-se em questionamento se o investimento na implantação de um equipamento público de referência para tratamento dos problemas psico-sociais seria o caminho mais adequado ou prioritário para boa parte daquela população.

A AVSI/CDM como parceira governamental tem visivelmente subjugado o caráter reivindicatório próprio das organizações não-governamentais, sendo um braço assistencialista para os serviços inerentes à gestão pública. A idéia de tutela que passa para a comunidade pode limitar as ações coletivas mais arrojadas, principalmente na luta por melhores condições de vida e pela realização das promessas do projeto.

Pelos fatores expostos acima, podemos concluir que o Moradas da Lagoa tem sido uma experiência inovadora e uma importante iniciativa para a população de extrema carência no município, que vivem à margem de qualquer tipo de benefício social. As interações entres as instituições foram fatores positivos, mas desvinculados de uma política urbana de maior abrangência. É bom observar que foi criada uma secretaria para combate à pobreza que está atuante e investindo no seu público-alvo, mas em contrapartida, é lamentável constatar a falta de autonomia da gestão municipal para absorver uma dos mais sérios problemas que enfrentam as grandes cidades, que é a questão da moradia. Por outro lado, observa-se que o desejo de inovar continua deixando de lado as questões mais elementares como a provisão de equipamentos adequados, a geração de emprego e renda e a consulta à população, o que pode levar qualquer iniciativa em prol da comunidade a um verdadeiro fracasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TARDE. Jornal. Vida de quem tem o céu como teto. Caderno local: 10/06/2003.

ALMEIDA, Emerson Casali. **A busca de novos modelos institucionais e de planejamento para promover o desenvolvimento sustentável nas cidades médias da Bahia num ambiente de acirrada competição: o caso de Senhor do Bonfim**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA /EAUFBA, 2000. 147 p.

AVSI. Associação de Voluntário para o Serviço Internacional, CDM. Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana. **Projeto de Pós-ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa**. Salvador,2003.

AZEVEDO, Sérgio de. A crise da política habitacional. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, Azevedo, Sérgio de (org). **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BONDUKI, Nabil Georges. Habitat II e a emergência de um novo ideário em políticas urbanas. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org). **Habitar Contemporâneo : novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab- Habitar, 1997,293p.

BRANDÃO. Maria de Azevedo. Habitar como questão de política pública. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org). **Habitar Contemporâneo : novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 1997, 293 p.

CARVALHO, Inaiá M. Moreira, PINHO, José A. Gomes de. Duas lógicas em confronto: solo urbano e moradia em Salvador. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, Azevedo, Sérgio de. (org). **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, 284p.

CARVALHO, Inaiá Moreira de. Gestão Pública, Organizações Populares e Organizações não governamentais na habitação. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org). **Habitar Contemporâneo : novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab- Habitar, 1997,293p.

CASTRO, Cássio Marcelo Silva. **A evolução das políticas habitacionais e o atendimento das demandas da população de baixa renda: estudo de caso do programa Viver melhor em Salvador**. Salvador: UNEB, 2001, 110p.

CASTRO, Daiane Manuela Leal de. **A atuação da ONG AVSI no ambiente urbano de Novos Alagados – Salvador/Ba**. Salvador: UNEB, 2003, 69p.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Caminhos e Atalhos: Autonomia política, governabilidade e governança. In: IVO, André B.L. **O Poder da Cidade : Limites de Governança Urbana**. Salvador: EDUFBA, 2000.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Poder Político na cidade e transformações recentes em Salvador. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org). **Habitar Contemporâneo : novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 1997, 293 p.

ESPÍRITO SANTO, Maria Tereza Gomes do. **Habitação Social na Bahia: trajetória e produção da URBIS (1965/1998)**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA/ FAUUFBA, 2002.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

FIGUEIREDO, André Luiz. **O dilema das ONGs: repensando os paradigmas da ação**. Anais do 7º. encontro Nacional da ANPUR. Recife: UFPE, 1997. 3v.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior et al. Gestão Local no Nordeste do Brasil: A Busca de Novos Paradigmas. In: FISHER, Tânia (org). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000, 452p.

GRÁFICO ENGENHARIA. **Condomínio Moradas da Lagoa 1 e 2 : Casa comércio – Uso Misto**. Desenho técnico. Salvador, 2002.

GRÁFICO ENGENHARIA. **Condomínio Moradas da Lagoa 1 e 2: Arquitetônico das casas tipo embrião**. Desenho técnico. Salvador, 2002.

GRÁFICO ENGENHARIA. **Condomínio Moradas da Lagoa 2 : Casa Village**. Desenho técnico. Salvador, 2002.

GRÁFICO ENGENHARIA. **Condomínio Moradas da Lagoa 2: Casa embrião para deficientes físicos**. Desenho técnico. Salvador, 2002.

GRÁFICO ENGENHARIA. **Condomínio Moradas da Lagoa 2: Urbanização Integrada - Partido Urbanístico**. Desenho técnico. Salvador, 2002.

GRÁFICO ENGENHARIA. **Condomínio Moradas da Lagoa 1: Urbanização Integrada - Partido Urbanístico**. Salvador, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. MACONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOIOLA, Elisabeth, MOURA, Suzana. Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISHER, Tânia (org). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LUBISCO, Lídia Maria Liernet. VIERA, Sonia Chagas. **Manual de estudos acadêmicos : monografias, dissetações e teses**. Salvador: EDUFBA, 2003, 145p.

MAGALHÃES, Ângela C. M. de. Cidade e Política: A questão da habitação social em Salvador dos anos 40 aos anos 90. In: NUNES, Débora (org). **Salvador: o arquiteto e a cidade informal**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 2000, 244 p.

_____. **A política Habitacional no governo FHC: 1996 a 2001.(Im)possibilidades de uma prática nova**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA/ FAUUFBA, 2002.

MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat II. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org). **Habitar Contemporâneo : novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 1997, 293 p.

MEIRELES, Heli Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1982.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1985, 134 p.

NUNES, Débora. **Bairros populares em Salvador: caminhamos em direção a intervenções urbanas mais democráticas?** In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, 1999.

PORTO, Edgard, CARVALHO, Edmilson. Concentração e Desconcentração na Região Metropolitana de Salvador. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano III, nº. 4, julho /2001. Salvador: UNIFACS, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, AZEVEDO, Sérgio de. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmicas e impasses. In: **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROLNIK, Raquel. Brasil e o Habitat. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org). **Habitar Contemporâneo : novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA/ FAUUFBA/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 1997, 293 p.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **Programa de Qualificação Moradas da Lagoa/Tidelli**. Salvador, 2004.

SOUZA, Luiz Antônio de (coord), JUSTO, Roberto Cortizo, LOBATO, Ronald. **Estudo de Habitação: relatório final**. Salvador: PMS/SEPLAM, 2000, 148p.

VILLASANTE, Tomás R. Metodologia dos conjuntos da ação. In: FISHER, Tânia (org). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Documentos e publicações governamentais:

BAHIA. Governo do Estado. **Convênio nº. 007/2002**. Salvador, 2002.

BAHIA. Governo do Estado. **Convênio nº. 017/2003**. Salvador, 2003.

BAHIA. Governo do Estado. **Convênio nº. 039/2003**. Salvador, 2003.

BAHIA. Governo do Estado. **Convite, 23 de dezembro de 2004**. Salvador, 2004.

BAHIA. **Leis e Decretos. Legislação Estadual: Janeiro a Junho de 2004**. Salvador: EGBA,2004.

BAHIA. SEPLANTEC.Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER. **Plano Diretor da área de Valéria**. Salvador, 1983, 184p.

BAHIA.Governo do Estado. **Lei nº. 7988 de 21 de dezembro de 2001**.

BAHIA.Governo do Estado. **Resumo do Convênio nº. 113/2003**. Diário Oficial 24 de dezembro de 2003. Salvador,2003.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Instituto Polis/ Laboratório de Desenvolvimento Local, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação: Sistema Nacional de Habitação**.Secretaria Nacional de Habitação : Brasília, 2004.

CONDER. Associação de Voluntário para o Serviço Internacional – AVSI. Cooperação para o desenvolvimento e morada humana – CDM. **Projeto de Pós-ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa. Relatório quadrimestral técnico - social**. Período: outubro/2003 a janeiro/2004. Salvador,2004.

CONDER. **Contrato de promessa de Compra e Venda nº. 93100135-6**. Salvador,2005.

CONDER. **Contrato de promessa de Compra e Venda nº. 93100153-3**. Salvador,2005.

CONDER. **Contrato de promessa de Compra e Venda nº. 93100276-0**. Salvador,2005.

CONDER, IBGE. **Censo Demográfico 2000. Variáveis Seleccionadas Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: SIED, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informações - CEI. **Déficit Habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Projeto PNUD – BRA – 00/19 – Habitar Brasil – BID. Belo Horizonte, 2004, 108p.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. Brasília, 2001.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso, BRITO, Maurisia Rebouças & BARRETO, Sueli Santos. Salvador: o processo de urbanização. In: **Habitação e Urbanismo em Salvador**. BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. Salvador: SEPLANTEC/OCEPLAN, 1979, 364p.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Lei nº. 6586/2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano** – PDDU/2002. Salvador, 2004.

SALVADOR, Prefeitura . Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo no Município – SUCOM. **Memorial descritivo para o empreendimento Moradas da Lagoa 01**. Documento anexado ao processo nº. 36854/2002 em nome da INOCOOP – Instituto de Orientação Cooperativas Habitacionais da Bahia. Salvador, 2002.

SALVADOR. SEPLAM/Fundação Mário Leal Ferreira. **Parque Lagoa da Paixão**. Desenho técnico. Salvador, [2005].

SALVADOR. SEPLAM/Fundação Mário Leal Ferreira. **Requalificação Urbana e Ambiental Lagoa da Paixão**. Desenho técnico. Salvador, [2005].

SALVADOR. Prefeitura. Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo no Município. **Processo nº. 1426/2001. Licença para Construção**. Salvador, 2001.

SECOMP. **Orientação para elaboração de Convênios** [2005].

SIS. Superintendência de Apoio à Inclusão Social. Governo do Estado da Bahia. **Ofício nº. 13/2002**. Salvador, 2002.

URBIS, V&S – Engenheiros Consultores S/C. **Plano Diretor para recuperação da degradação ambiental na área urbana da Lagoa da Paixão**. Salvador, 1998.

Internet

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível na Internet via <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em 12 fev 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível na Internet via <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em maio 2005.

SALVADOR, Prefeitura. Secretaria Municipal de Habitação. Disponível na Internet via <http://www.pms.ba.gov.br/indexe800html>. Acesso em 17 fev 2005.

SEDUR. Histórico. Elementos históricos. Disponível na Internet via <http://www.sedur.ba.br/sedur/historico.asp/desurbano/desurbano.asp>. Acesso em 17 fev 2005.

_____. Programas. Disponível na Internet via <http://www.sedur.ba.gov.br/programs/programas>. Acesso em 17 fev 2005.

SMCS. Habitação abre diálogo com os representantes dos sem-teto. Disponível na Internet via <http://www.pms.ba.gov.br/noticias/lermais.php?data=2005--01-11>. Acesso em 12 jan 2005.

ANEXOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 7.988 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001

Cria a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, com a finalidade de promover, coordenar, acompanhar e integrar as ações governamentais destinadas a reduzir a pobreza e a desigualdade social e as suas respectivas causas e efeitos.

Parágrafo único - Para cumprimento de sua finalidade, a Secretaria atuará diretamente e em apoio a programas e ações executados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública de quaisquer esferas governamentais.

Art. 2º - A Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais tem a seguinte estrutura básica:

- I - Órgãos Colegiados
 - a) Conselho de Políticas de Inclusão Social,
 - b) Câmara Técnica de Gestão de Programas
- II - Órgãos da Administração Direta
 - a) Gabinete do Secretário,
 - b) Diretoria Geral,
 - c) Diretoria Executiva do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza,
 - d) Coordenação de Relações e Informações Comunitárias,
 - e) Superintendência de Apoio à Inclusão Social,
 - f) Superintendência de Articulação e Programas Especiais

§ 1º - O Conselho de Políticas de Inclusão Social, presidido pelo Governador do Estado, tem a finalidade de formular políticas e diretrizes, avaliar os programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como estabelecer a programação a ser financiada com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 2º - O Conselho de Políticas de Inclusão Social terá a seguinte composição:

- I - Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, que será o seu vice-presidente,
- II - Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia,
- III - Secretário da Fazenda,
- IV - Secretário da Saúde,
- V - Secretário do Trabalho e Ação Social,
- VI - Secretário da Educação,
- VII - Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária,
- VIII - três representantes da sociedade civil organizada

§ 3º - Os membros do Conselho e seus suplentes serão nomeados pelo Governador.

§ 4º - Os representantes de que trata o inciso VIII, do § 2º, deste artigo, e seus suplentes, serão escolhidos entre os representantes da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual de Saúde, Conselho das Voluntárias Sociais, Conselho das Igrejas Cristãs e Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra.

§ 5º - A Câmara de Gestão Técnica, presidida pelo Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, com a finalidade de compatibilizar e acompanhar a execução dos programas e ações vinculados à finalidade da Secretaria, tem sua composição, estrutura e funcionamento definidos em Regulamento.

§ 6º - O Gabinete do Secretário tem por finalidade prestar assistência ao titular da Pasta, em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.

§ 7º - A Diretoria Geral tem por finalidade a coordenação dos órgãos setoriais e seccionais, e dos sistemas formalmente instituídos, responsáveis pela execução das atividades de programação, orçamentação, acompanhamento, avaliação, estudos e análises, administração financeira e de contabilidade, material, patrimônio, serviços, recursos humanos, modernização administrativa e informática.

§ 8º - A Diretoria Executiva do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza tem por finalidade programar, coordenar, executar, supervisionar e controlar as atividades do Fundo, previsto no art. 4º desta Lei, observadas as diretrizes e normas específicas.

§ 9º - A Coordenação de Relações e Informações Comunitárias tem por finalidade criar e manter canais de comunicação com instituições e com o público beneficiado, e gerenciar sistema de informações para o acompanhamento e integração dos programas e ações voltados para a inclusão social.

§ 10 - A Superintendência de Apoio à Inclusão Social tem por finalidade promover e fortalecer o desenvolvimento dos programas e ações voltados para a redução das situações geradoras de pobreza, de exclusão social e desequilíbrios sociais.

§ 11 - A Superintendência de Articulação e Programas tem por finalidade orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades indispensáveis ao combate à pobreza e exclusão social.

Art. 3º - Para atender à implantação da Secretaria de que trata esta Lei, ficam criados um cargo de Secretário de Estado e os cargos em comissão, constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 4º - Fica instituído, para vigorar até o ano de 2010, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, com o objetivo de viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, aumento da renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

§ 1º - Os recursos do Fundo serão aplicados única e exclusivamente em despesas finalísticas.

§ 2º - O Fundo será gerido pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, segundo a programação estabelecida pelo Conselho de Políticas de Inclusão Social.

Art. 5º - Constituem receitas do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza:

I - o produto da arrecadação equivalente a dois pontos percentuais adicionais à alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidentes sobre os produtos e serviços especificados no art. 16, da Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, com a redação decorrente desta Lei;

II - dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual, em limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - contribuições voluntárias, auxílios, subvenções, doações e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

IV - receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos.

Parágrafo único - Os recursos destinados ao Fundo serão inteiramente recolhidos em conta única e específica, aberta em instituição financeira autorizada pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Fica atribuída à Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais a coordenação do Programa Fertilidade e do Projeto Alvorada.

Art. 7º - O Plano Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza a ser estabelecido pelo Conselho de Políticas de Inclusão Social, observará, dentre outras, as seguintes diretrizes:

I - atenção integral para a operação da pobreza e desigualdades sociais;

II - acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidades de desenvolvimento integral;

III - fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção no setor produtivo;

IV - redução dos mecanismos de geração da pobreza e desigualdades sociais.

Art. 8º - As Secretarias e demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestarão o apoio e os recursos técnicos, quando solicitados pelo Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, necessários à implementação do Plano Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 9º - Fica acrescentado à Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, o art. 16-A, com a seguinte redação:

"Art. 16-A - Durante o período de 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2010, as alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no inciso I do art. 15, com os produtos e serviços relacionados no inciso II do artigo anterior, serão adicionadas de dois pontos percentuais, cuja arrecadação será inteiramente vinculada ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Parágrafo único - Em relação ao adicional de alíquota de que trata este artigo, observar-se-á o seguinte:

I - incidirá, também, nas operações com cervejas e chopes;

II - não incidirá nas operações com cigarros enquadrados nas classes fiscais I, II e III pela legislação federal do IPI, no fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo residencial inferior a 150 kWh mensais e nas prestações de serviços de telefonia prestados mediante ficha ou cartão."

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover o remanejamento de atividades de outras Secretarias, Órgãos e Entidades, para a Secretaria criada nos termos desta Lei, cuja execução se torne mais compatível com sua finalidade, procedendo as alterações que se fizerem necessárias na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Art. 11 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a

I - praticar os atos regulamentares e regimentais que decorram, implícita ou explicitamente, das disposições desta Lei, inclusive os que se relacionem com pessoal, material e patrimônio;

II - promover as modificações que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, no Plano Plurianual e no Orçamento para o exercício de 2002.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 21 de dezembro de 2001.

CÉSAR BORGES
Governador

Sérgio Ferreira Secretário de Governo	Albérico Mascarenhas Secretário da Fazenda
Pedro Barbosa de Deus Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Ana Benvidinha Teixeira Lage Secretária da Administração
Roberto Moussallem de Andrade Secretário de Infra-Estrutura	Eraldo Tinoco Melo Secretário da Educação
Luiz Carneira Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia	Heraldo Eduardo Rocha Secretário da Justiça e Direitos Humanos
José Maria de Magalhães Netto Secretário da Saúde	Aroldo Cedraz de Oliveira Secretário da Indústria, Comércio e Mineração
Roberto de Oliveira Muniz Secretário do Trabalho e Ação Social	Kátia Maria Alves Santos Secretária da Segurança Pública
Paulo Renato Dantas Gaudenzi Secretário da Cultura e Turismo	

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

NOMENCLATURA	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe de Gabinete	DAS-2A	01
Superintendente	DAS-2A	02
Diretor Geral	DAS-2B	01
Diretor	DAS-2B	01
Assessor Especial	DAS-2C	01
Diretor	DAS-2C	03
Coordenador I	DAS-2C	07
Assessor Técnico	DAS-3	08
Assessor de Comunicação Social I	DAS-3	01
Secretário de Gabinete	DAS-3	01
Coordenador II	DAS-3	19
Coordenador III	DAI-4	08
Coordenador IV	DAI-4	03
Assistente Orçamentário	DAI-5	02
Oficial de Gabinete	DAI-5	08
Secretário Administrativo I	DAI-5	02
Coordenador IV	DAI-5	02
Secretário Administrativo II	DAI-6	04

DECRETOS FINANCEIROS

DECRETO FINANCEIRO Nº 211 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001

Abre nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social crédito suplementar, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e com fundamento nas disposições dos artigos 58 e 62, da Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966, e suas alterações posteriores, e na autorização do art. 6º, da Lei nº 7.755, de 27 de dezembro de 2000,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, aprovados pela Lei nº 7.755, de 27 de dezembro de 2000, o crédito suplementar a favor das Unidades Orçamentárias na forma do Anexo I deste Decreto, no valor de R\$4.448.905,00 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinco reais).

Art. 2º Os recursos para atender ao disposto no artigo anterior, no mesmo valor, decorrerão da fonte de financiamento indicada no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º As modificações orçamentárias efetuadas por este Decreto ficam incorporadas, na forma dos seus Anexos, ao Orçamento Analítico das Unidades Orçamentárias indicadas.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

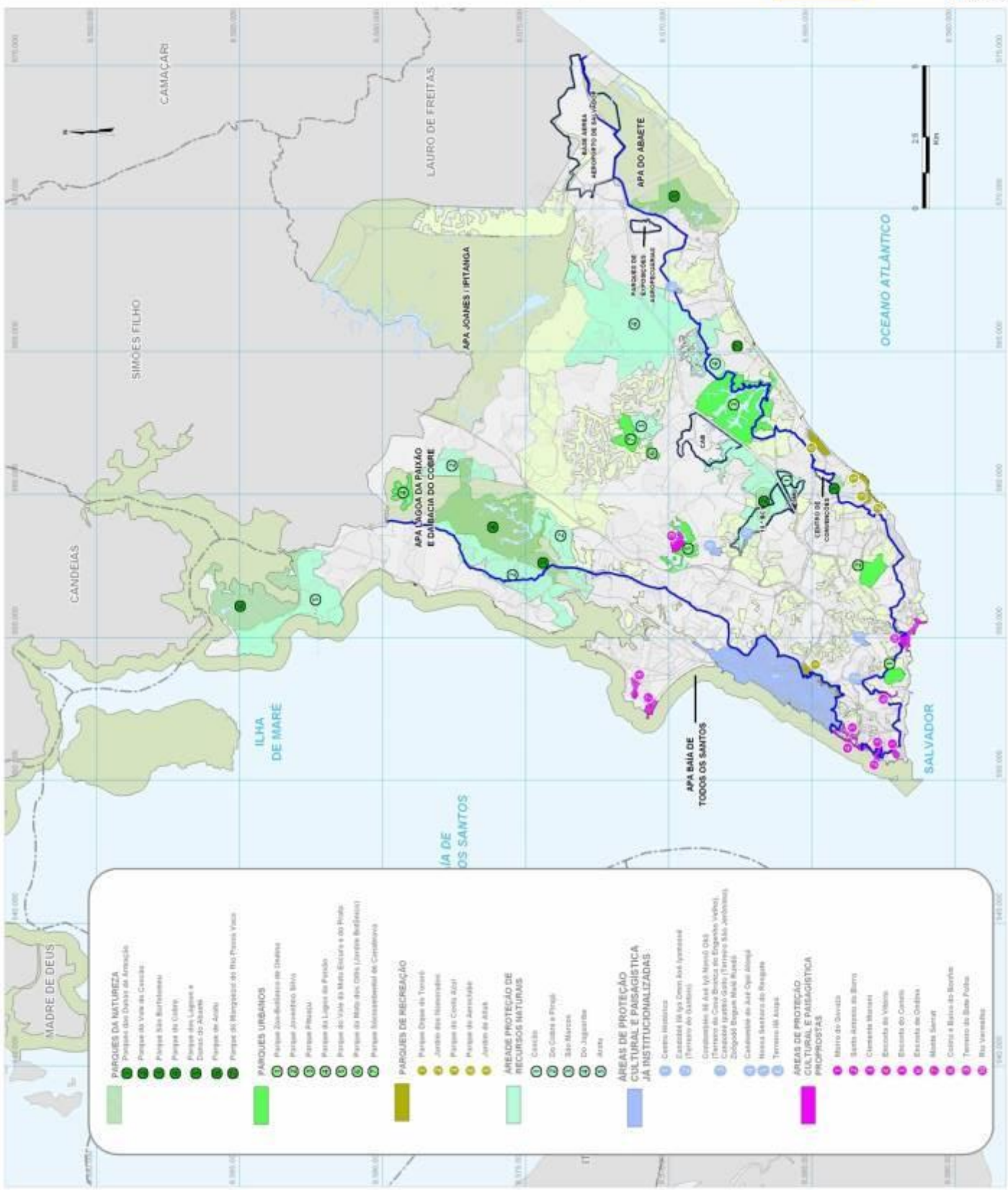
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 21 de dezembro de 2001.

CÉSAR BORGES
Governador

Sérgio Ferreira Secretário de Governo	Luiz Carneira Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia
Albérico Mascarenhas Secretário da Fazenda	Ana Benvidinha Teixeira Lage Secretária da Administração

Anexo I		Crédito Suplementar		
Código	Programa de Trabalho (Especificação)	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social -		
		Natureza da Despesa	Fonte	Em R\$ Reforço
03 08 000	Ministério Público - MP			
03 08 002	Assessoria de Planejamento - Ass. Pl.			
03 091 091 1034	Serviço Móvel de Atendimento do Ministério Público	4 5 00 00		2 700,00
		4 5 90 52	00	2 700,00
14 422 000 1035	Afirmção da Cidadania da Criança e do Adolescente	3 4 00 00		2 500,00
		3 4 90 30	00	1 500,00
		3 4 90 33	00	1 000,00
03 091 091 1036	Implantação e Implimentação do Sistema de Informática	3 4 00 00		10 000,00
		3 4 90 39	00	10 000,00
		Total da Unidade		15 200,00
		Total da Secretaria/Órgão		15 200,00
03 09 000	Secretaria da Administração - S.A. B.			
03 09 004	Diretoria Geral - DG			
04 122 098 2001	Administração de Pessoal e Encargos	3 1 00 00		1 313 000,00
		3 1 90 11	00	1 120 000,00
		3 1 90 13	00	178 000,00
		3 1 90 16	00	15 000,00
		Total da Unidade		1 313 000,00
03 09 400	Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - Funserv			
13 302 098 2074	Gestão de Recursos	3 4 00 00		515 084,00
		3 4 90 39	00	515 084,00
		Total da Unidade		515 084,00
03 09 610	Superintendência de Construção Administrativas da Bahia - Socob			
04 122 085 1370	Reconstrução e Ampliação de Edifícios Públicos	3 4 00 00		44 621,00
		3 4 90 39	00	44 621,00
04 122 098 2000	Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	3 4 00 00		32 600,00
		3 4 90 39	40	32 600,00
04 122 098 2002	Manutenção dos Serviços de Informática	3 4 00 00		20 000,00
		3 4 90 39	40	20 000,00
		4 5 00 00		8 400,00

Anexo I		Crédito Suplementar		
Código	Programa de Trabalho (Especificação)	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social -		
		Natureza da Despesa	Fonte	Em R\$ Reforço
		4 5 90 52	40	8 400,00
		Total da Unidade		105 621,00
		Total da Secretaria/Órgão		1 933 705,00



LEGENDA

SUBSISTEMA DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	APAS ESTADUAIS	PARQUES DA NATUREZA	PARQUES URBANOS	PARQUES DE RECREAÇÃO	ÁREA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
SUBSISTEMA DE ÁREAS DE VALOR URBANO AMBIENTAL	ÁREA ARBORIZADA	ÁREAS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA PROPOSTAS	ÁREAS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA JÁ INSTITUCIONALIZADAS		
SISTEMA VIÁRIO BÁSICO	LIMITE DE ÁREA DE BORDA MARÍTIMA				
LIMITES MUNICIPAIS					
Município Salvador - Terrestre					

PR A.69.1



PROPOSIÇÕES E DIRETRIZES ESPACIAIS

SISTEMA DE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL E CULTURAL - SAVAM



PARQUES DA NATUREZA	Parque das Dunas de Arrecife	Parque da Várzea de Camacari	Parque São Bartolomeu	Parque da Galery	Parque dos Lages e do Jardim de São João	Parque de Azeite	Parque do Município de Rio Branco (Vaca)
PARQUES URBANOS	Parque Zoológico de Itaipava	Parque Juvencino Brito	Parque Pitagora	Parque do Lago do Paralelo	Parque do Vale do Mato Encrua e do Poço	Parque do Mato São Ovídio (Jardim Botânico)	Parque Municipal de Condição
PARQUES DE RECREAÇÃO	Parque Odeon de Torres	Jardim dos Hortênsias	Parque de Costa Alor	Parque de Anunciada	Jardim de São João		
ÁREAS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	Canela	Do Castelo e Piqui	São Marcos	Do Jaguaribe	Alzira		
ÁREAS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA JÁ INSTITUCIONALIZADAS	Centro Histórico	Estação de São João (São João)	Terreiro de São João	Complexo de São João (São João)	Complexo de São João (São João)	Complexo de São João (São João)	Complexo de São João (São João)
ÁREAS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA PROPOSTAS	Centro Histórico	Estação de São João (São João)	Terreiro de São João	Complexo de São João (São João)	Complexo de São João (São João)	Complexo de São João (São João)	Complexo de São João (São João)

LEGENDA

DIVISÕES ADMINISTRATIVAS SUBDISTRITOS 1988

- 01 - Associação
- 02 - Batista
- 03 - Conceição da Praia
- 04 - Itaquilândia
- 05 - Merê
- 06 - Mercê
- 07 - Nazaré
- 08 - Patipá
- 09 - Passo
- 10 - Ponta
- 11 - Prateris
- 12 - Pôrto
- 13 - Pôrto de Pedras
- 14 - Santa Lúcia
- 15 - Satisama
- 16 - Santo Antônio
- 17 - São Caetano
- 18 - São Cristóvão
- 19 - São Pedro
- 20 - Se
- 21 - Vitória
- 22 - Vitória

REGIÕES ADMINISTRATIVAS 1988/87

Limites RA

LIMITAÇÕES RA'S

- I - Centro
- II - Espangue
- III - São Celso
- IV - Liberdade
- V - Santa
- VI - Santa
- VII - Rio Vermelho
- VIII - Pituba
- IX - Boca do Rio
- X - Itaquilândia
- XI - Cabula
- XII - Tancredo Neves
- XIII - Pau da Lima
- XIV - Capitania
- XV - Vitória
- XVI - Subúrbios Permeáveis
- XVII - Ilhas

LIMITES MUNICIPAIS

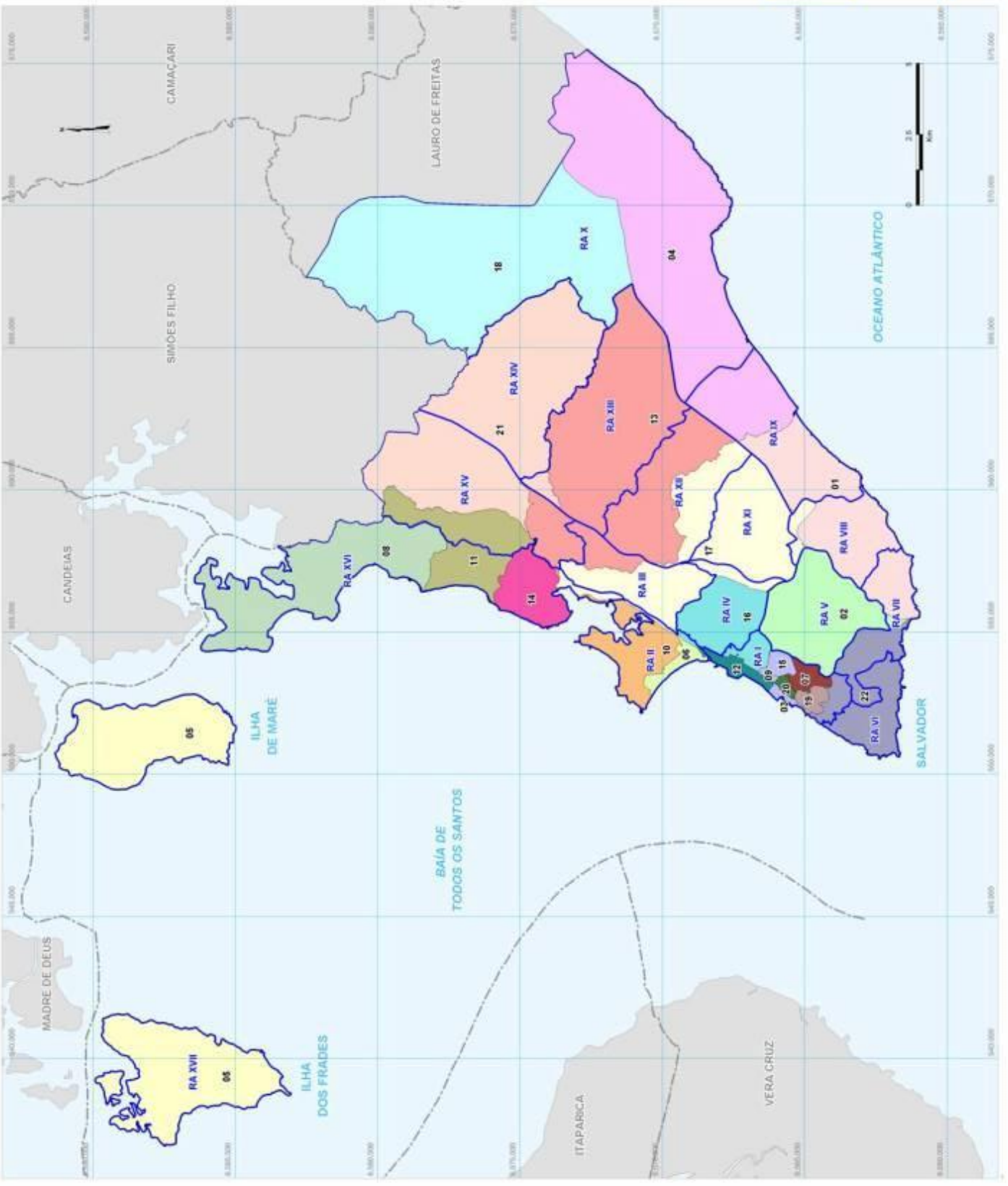
- Convecionais Cartográficas
- Município Salvador - Territoriais

PR A.01.2



SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E INSERÇÃO REGIONAL

DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO



LEGENDA

ZONAS RESIDENCIAIS

- ZPR - ZONA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL
- ZER - ZONA EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL
- ZEU - ZONA EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL UNIFAMILIAR
- ZPT - ZONA COM PARÂMETROS URBANÍSTICOS DEFINIDOS EM TAC'S - TERMO DE ACORDO E COMPROMISSO
- AEIS - ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL

NÃO-RESIDENCIAIS

- INDUSTRIAL
- ESPECÍFICA DE EXPLORAÇÃO MINERAL

CENTROS

- MUNICIPAIS
- SUBMUNICIPAIS

CORREDORES DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

- METROPOLITANO-Av. Paralela (Luís Viana)
- MUNICIPAIS
- SUBMUNICIPAIS
- LOCAIS

OUTRAS DELIMITAÇÕES

- DE BORDA ATLÂNTICO
- DE BORDA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Áreas Excluídas de Assentamentos Urbanos

- APA's Estaduais
- Zona Rural
- Zona de Uso Específico

SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

- Vias

LIMITES MUNICIPAIS

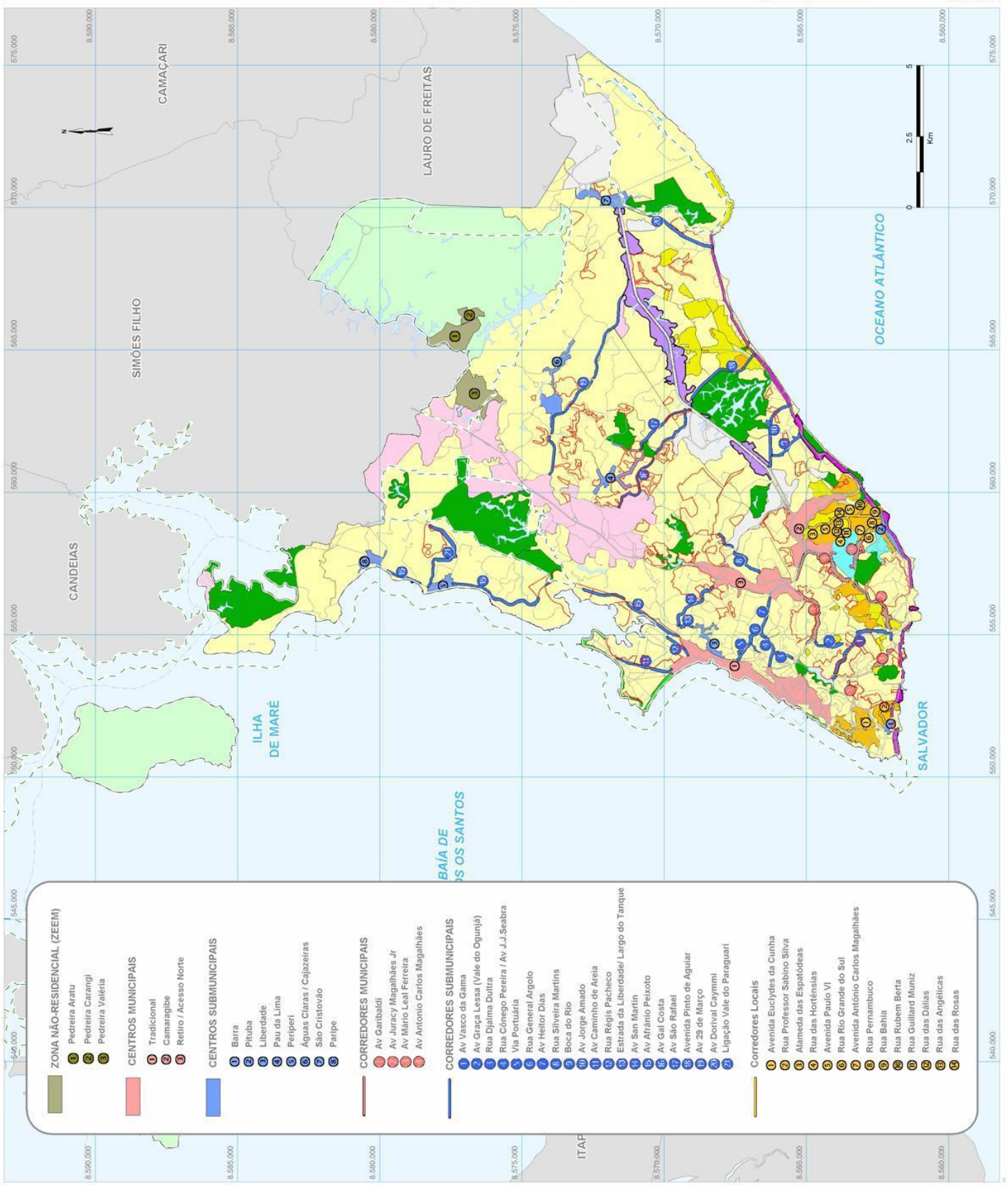
- Convenção Cartográfica
- Município Salvador - Territoriais

PR A.68.1



PROPOSIÇÕES E DIRETRIZES ESPACIAIS

ZONEAMENTO DE USOS DO SOLO



ZONA NÃO-RESIDENCIAL (ZEEM)

- 1 Pedreira Aratu
- 2 Pedreira Carangi
- 3 Pedreira Valéria

CENTROS MUNICIPAIS

- 1 Tradicional
- 2 Camaragibe
- 3 Retiro / Acesso Norte

CENTROS SUBMUNICIPAIS

- 1 Barra
- 2 Pituba
- 3 Liberdade
- 4 Pau da Lima
- 5 Periperi
- 6 Águas Claras / Cajazeiras
- 7 São Cristóvão
- 8 Patipe

CORREDORES MUNICIPAIS

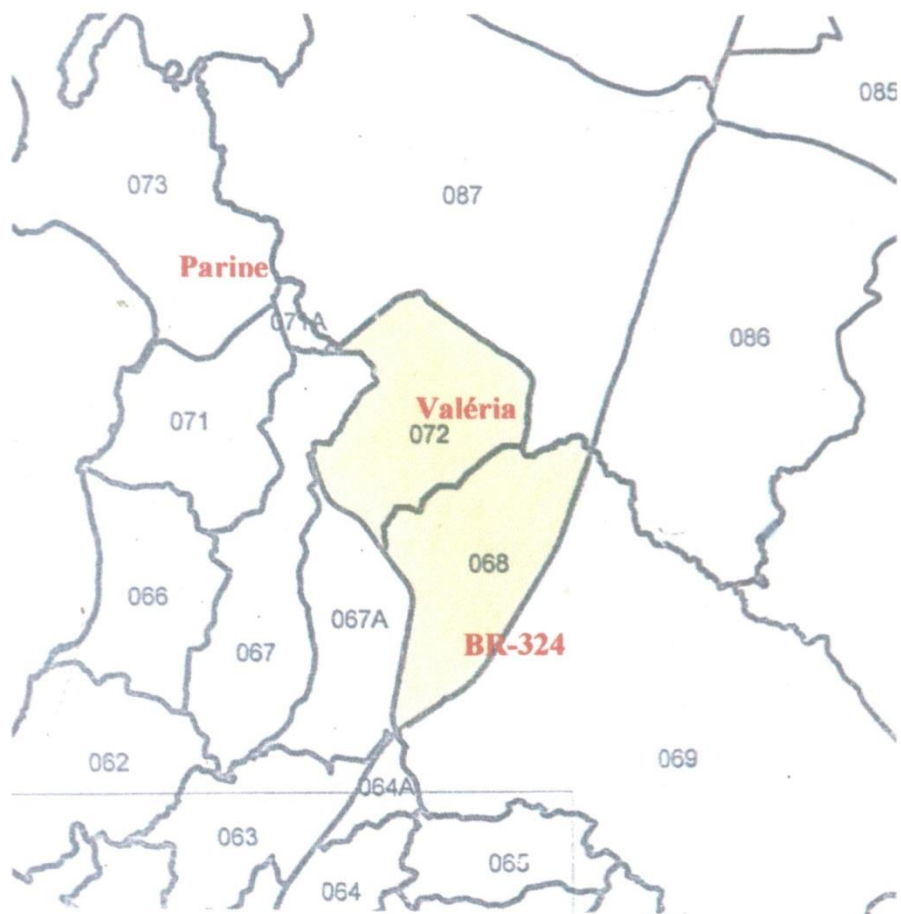
- 1 Av. Garibaldi
- 2 Av. Juracy Magalhães Jr
- 3 Av. Mário Leal Ferreira
- 4 Av. Antonio Carlos Magalhães

CORREDORES SUBMUNICIPAIS

- 1 Av. Vasco da Gama
- 2 Av. Graça Lessa (Vale do Ogunjã)
- 3 Rua Djalma Dutra
- 4 Rua Cônego Pereira / Av. J.J. Seabra
- 5 Via Portuária
- 6 Rua General Argolo
- 7 Av. Heitor Dias
- 8 Rua Silveira Martins
- 9 Boca do Rio
- 10 Av. Jorge Amado
- 11 Av. Caminho de Areia
- 12 Rua Régis Pacheco
- 13 Estrada da Liberdade/ Largo do Tanque
- 14 Av. San Martin
- 15 Av. Afrânio Peixoto
- 16 Av. Gal Costa
- 17 Av. São Rafael
- 18 Avenida Pinto de Aguiar
- 19 Av. 29 de Março
- 20 Av. Dorival Caymmi
- 21 Ligaçao Vale do Paraguaçu

Corredores Locais

- 1 Avenida Euclides da Cunha
- 2 Rua Professor Sabino Silva
- 3 Alameda das Espatódreas
- 4 Rua das Hortênsias
- 5 Avenida Paulo VI
- 6 Rua Rio Grande do Sul
- 7 Avenida Antonio Carlos Magalhães
- 8 Rua Pernambuco
- 9 Rua Bahia
- 10 Rua Rubem Berta
- 11 Rua Guillard Muniz
- 12 Rua das Dália's
- 13 Rua das Angélicas
- 14 Rua das Rosas



Mapa de localização das Z.I.s 68 e 72 em Valéria.
Fonte: CONDER/IBGE, 2004.

LEGENDA

SEGURANÇA PÚBLICA - ÍNDICES DE CRIMINALIDADE POLÍCIA CIVIL - 1999

Índice de Criminalidade Geral - 1999

- > 200
- 150 a 200
- 100 a 150
- 50 a 100

Valor médio em Salvador: 107,04
 Valor da Circunscrição nº de ocorrência/0,000000

Índice de Criminalidade Contra o Patrimônio e a Pessoa (Geral) - 1999

- 820
- 620

Crime contra a Pessoa

- Crime contra o Patrimônio

Índice de Criminalidade Contra a Pessoa por Circunscrição e Tipo - 1999

7,4

- Homicídios
- Trafico
- Costumes
- Estupros

SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Vias

LIMITES

- Região Administrativa 1999/97
- Circunscrições

LIMITES MUNICIPAIS

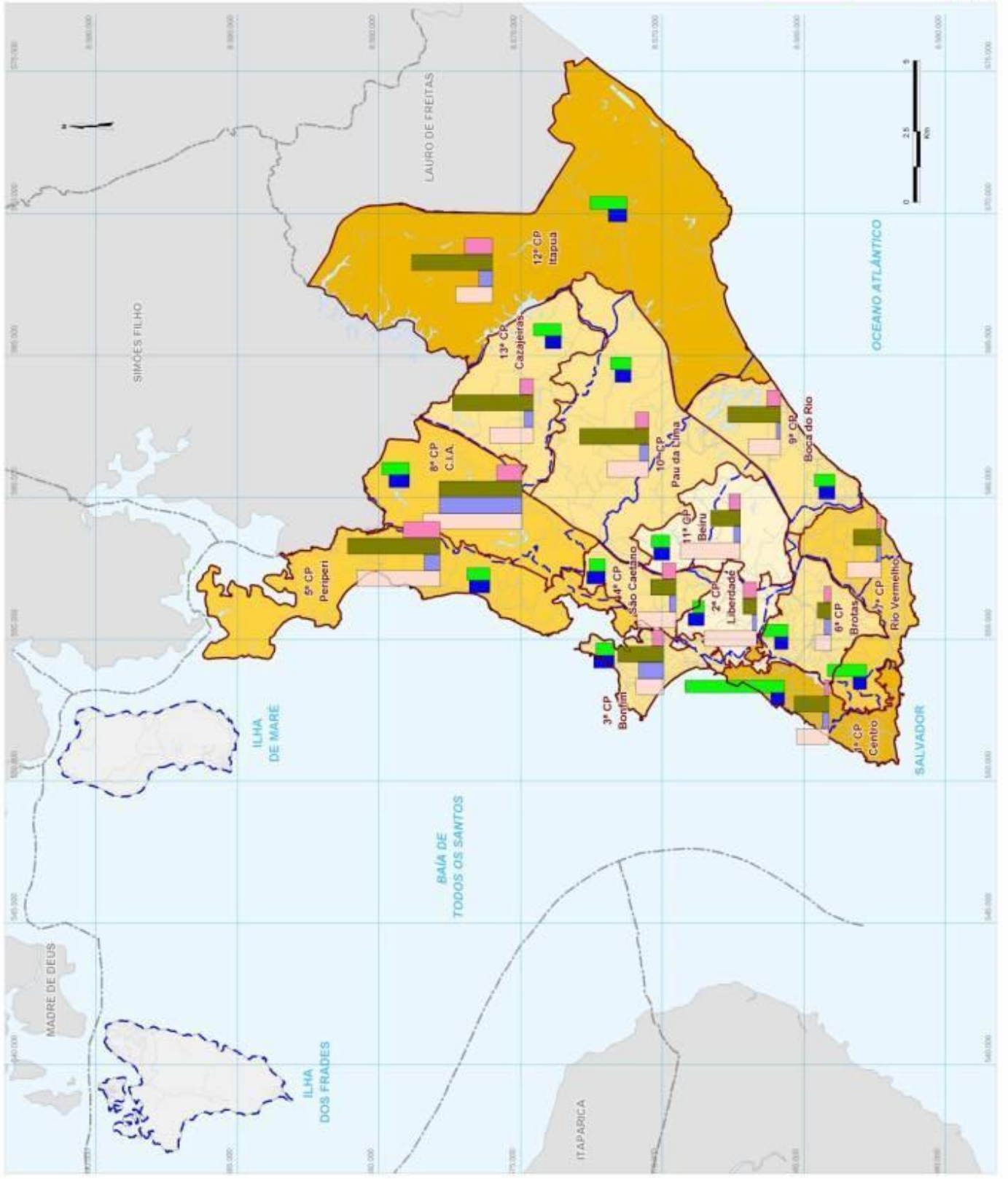
- Convenções Cartográficas
- Município Salvador - Territórios

PR A.18.2



EVOLUÇÃO, PROJEÇÕES E DEMANDAS SOCIOECONÔMICAS E ESPAÇAS

SEGURANÇA PÚBLICA - CIRCUNSCRIÇÕES POLÍCIAIS E ÍNDICES DE CRIMINALIDADE - 1999





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL

Salvador, 10 de setembro de 2002

OF. SIS N.º 13/2002

Prezado(a) Senhor(a),

Uma das propostas para a redução das situações geradoras de pobreza, de exclusão e desequilíbrios sociais da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais é possibilitar o acesso à moradia e melhoria habitacional para a população mais carente do Estado. Nesta linha, foi desenvolvido o projeto **Moradia e Cidadania** visando atender à população de rua e aos moradores de área de extremo risco em Salvador.

Como parte do Programa, através de uma parceria com a CONDER, estaremos iniciando no dia 17 do mês em curso a construção de 750 casas-embrião no bairro de Coutos. Acreditamos que estas deverão abrigar em torno de 4.000 novos moradores, o que, certamente, irá gerar novas demandas de serviços públicos no bairro.

Diante do exposto, a SECOMP/SIS está convidando instituições públicas das áreas de limpeza pública, saúde, educação, transporte, segurança e indústria e comércio para uma **reunião que será realizada no próximo dia 11 de setembro, às 10:00 h, na SECOMP (3ª Av., nº 390, 1º andar – CAB)**, com a finalidade de discutir estratégias para atendimento às necessidades básicas da nova área.

Solicitamos de V. Sª a indicação de um representante dessa Instituição para participar da referida reunião.

Atenciosamente,

RISALVA FAGUNDES TELLES
SUPERINTENDENTE DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS - SECOMP
Superintendência de Apoio à Inclusão Social - SIS
Coordenação de Apoio à Moradia

Proposta de Intervenção – Moradas da Lagoa

Data: 03/06/2003

1-Acompanhamento técnico-psicosocial especializado e sistemático

- Contratar imediatamente a Associação Voluntários para o Serviço Internacional - AVSI para executar as atividades de consolidação do assentamento das famílias e redução dos conflitos sociais.
 - Desenvolvimento de atividades sócio-educativas e sócio-produtivas.

2-Fornecer Vale-Vida (alimentação)

- Para todos, na proporção da composição familiar, durante 3 meses, podendo ser renovado por igual período.
 - Famílias da 1ª Etapa: maio, junho e julho. Convênio c/ a SETRADS realizado, repasse da 1ª parcela em 06/05, pendente de execução;
 - Famílias da 2ª Etapa: Imediatamente após o ingresso no condomínio.

CRITÉRIOS

3-Fornecer auxílio- habitação (água, luz e gás)

- Para famílias elegíveis segundo critérios pré-estabelecidos (em anexo) que se comprometam a prestar contra-partidas sociais que tragam benefícios individuais e coletivos.
 - Famílias da 1ª Etapa: maio, junho, junho. Convênio c/ a SETRADS realizado, repasse da 1ª parcela em 06/05, pendente de execução;
 - Famílias da 2ª Etapa: Imediatamente após o ingresso no condomínio.

MORADAS DA LAGOA
Demonstrativo Previsto/Realizado

	Quantidade	Tempo	Custo Total	Custo Total
			Previsto	Realizado
Gernciamento do Projeto			283.532,80	251.748,94
Coordenador Administrativo	1	12	53.280,00	46.530,35
Coordenador Part Time Aux administrativo	1	12	26.640,00	6.719,84
Técnicos da área social	3	12	106.426,80	86.996,47
Engenheiro Acompanhamento de obras	1	4	10.000,00	9.883,60
Estagiario	2	12	14.400,00	17.164,00
Segurança	1	12	9.324,00	9.873,51
Motorista com carro	1	12	36.000,00	24.490,68
Servios Gerais	1	12	7.992,00	10.461,20
Adequação de casa para escritório de campo	1	1	3.000,00	10.707,69
Computador, impressora e estabilizador	1	1	2.500,00	4.698,00
Instalação de linha telefônica	1	1	100,00	
Móveis	1	1	2.000,00	9.957,66
Bebedouro	1	1	400,00	
Cafeteira	1	1	70,00	
Maternal de escritório	1	12	4.200,00	8.339,43
Custo fixo - Água, Luz, Telefone e celular	1	12	7.200,00	5.926,51
Atividade Nova				60.257,77
Agente de campo				25.235,87
Tecnico de Edificações controle de ocupação				16.457,79
Prestação de serviço				9.599,79
Criação de banco de dados				2.954,97
Fardamentos				1.488,00
Divulgação				2.456,17
Gasolina				2.065,18
Atividade Nova				96.787,14
Cadastro único e PSH				96.787,14
Estreitamento das relações pessoais			27.600,00	17.314,39
Atividades de cinema na praça, teatro, palestras e cursos comunitários	2	12	9.600,00	16.231,40
Gerenciamento do centro social	1	12	18.000,00	1.082,99
Melhoria da Situação Sócio econômica				
I. Educação			358.847,20	264.134,34
A.				
Construção da creche provisória	1	1	50.000,00	87.974,40
Móveis, equipamentos e brinquedos	1	1	20.000,00	
Equipamentos de cozinha	1	1	15.000,00	20.911,97
Equipe:				
Diretora	1	12	39.960,00	
Instrutor de esportes	1	12	12.787,20	
Acompanhamento pedagógico	1	12	17.280,00	
Acompanhamento médico nutricional	1	12	17.280,00	
Monitoras de Berçário - 2	2	12	15.984,00	
Monitoras de sala - 5	5	12	39.960,00	103.354,94
Cozinheiras - 2	2	12	23.976,00	
Auxiliar de serviços gerais - 2	2	12	15.984,00	
Auxiliar Administrativo	1	12	11.988,00	
Vigilantes 2	2	12	18.648,00	
Gerenciamento da estrutura provisória (creche)	1	12	60.000,00	51.893,03
B.				
- Articulação com a Secretaria de Educação e com as escolas públicas a fim de garantir uma média de 30 vagas para as crianças e adolescentes entes 7 e 17 anos em escolas próximas a Moradas da Lagoa.				
- Auxiliar as famílias a fim de que verifiquem e garantam seus benefícios relacionados ao fato de seus filhos estarem freqüentando as escolas.				
C.			145.920,00	12.797,97
Adequação de áreas livre p/ prática de esportes	3	1	21.000,00	
Atividades de esporte, cultura e reforço escolar para jovens de 07 a 17 anos				
Professor	2	12	31.968,00	
Instrutor atividades esportivas	2	12	31.968,00	4.992,95
Servios Gerais	2	12	15.984,00	
Lanche	1	12	36.000,00	638,89
Equipamentos	1	1	6.000,00	6.049,08
Material de consumo	1	12	3.000,00	1.117,05
D.				
- Encaminhamento para instituições educacionais indicadas pelas Secretarias ou a realização de cursos de alfabetização de adultos.				
Equipamentos				

	Quantidade	Tempo	Custo Total Previsto	Custo Total Realizado
II. Saúde			58.752,00	42.963,99
A.				
Médica - Visita domiciliar 2 vezes/semana	2	12	41.472,00	
Enfermeiro - Visita domiciliar 2 vezes/semana	2	12	17.280,00	38.259,07
- Fornecer para população subsídios para compra de medicamentos.				
- Articulação com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.			-	
- Promover visitas mensais de estruturas móveis de saúde ao loteamento			-	
- Realizar encaminhamentos para os Serviços Públicos.			-	130,00
- Realizar atividades educativas com as famílias para a prevenção de doenças.			-	2.724,92
B.				
- Garantir a instalação do CAPS – Centro de Atenção Psico Social.			-	1.850,00
- Elaborar uma plano a médio e longo prazo para enfrentar a problemática vivenciada pelos deficientes da área.				
- Implementar as ações definidas no plano citado acima.			-	
III. Trabalho e Renda			296.000,00	65.518,24
A.				
- Contratar recursos humanos da comunidade local para o desenvolvimento das atividades executadas pelo Projeto, sempre que possível.			-	
- Ampliar o conhecimento sobre o trabalho e renda na área e elaborar um plano a médio e longo prazo de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.	1	1	3.000,00	
- Implementar as ações definidas no plano citado acima.	1	1	230.000,00	30.241,09
Contratar mão de obra local para execução de pequenos reparos nas habitações	3	12	36.000,00	10.744,00
Implantação de horta comunitária e pequenas hortas nos quintais das casas.	1	1	27.000,00	24.533,15
IV. Habitat				
A.			331.250,00	523.357,93
- Educar a comunidade para o uso da moradia, através de visitas domiciliares e atendimentos no escritório de campo.			-	
- Elaborar o material necessário para promoção desta educação.	10.000	1	15.000,00	
- Educar as pessoas quanto ao uso dos serviços de instituições e concessionárias de serviços públicos.			-	
B.				
- Comprar e plantar junto com a comunidade mudas de árvores, nos lotes e nos espaços públicos.	2.250	1	11.250,00	2.470,53
- Garantir, juntamente com a comunidade, a preservação da área verde.	1	1	5.000,00	9.510,04
C.				
Concessão de Auxílio Habitação	750	4	150.000,00	201.967,36
Concessão de Vale Vida	750	4	150.000,00	309.410,00
V. Família				
A.				
- A equipe de campo realizará encontros periódicos com as famílias.			-	
B.				
- Definir critério para o fornecimento dos benefícios e verificar quais famílias possuem direito aos mesmos.			-	
VI - Segurança				
A				1.445,90
- Articulação com a Secretaria de Segurança Pública a fim de instalar um módulo policial na área.			-	1.445,90
- Disponibilizar uma das casas comércio para ser utilizada como estrutura da polícia comunitária.			-	
Transferência da população da IIª Etapa	480	1	52.800,00	
Atividade Nova				54.810,05
Vale transporte				2.500,24
Alimentação emergencia				1.799,94
Indenização				3.000,00
Cozinha comunitária				43.050,04
Taxa bancária e CPMF				4.183,35
Prestação de contas				276,48
TOTAL GERAL			1.554.702,00	1.391.136,66

■ EXCLUSÃO

Vida de quem tem o céu como teto

JAIR MENDONÇA

Muita gente ainda mora nas ruas ou em condições subumanas, afrontando a Constituição, que fala em dignidade. Às vezes, as condições de vida são tão humilhantes, que tiram dessa gente os mínimos padrões de decência exigidos ao ser humano.

Apesar desse cenário, as poucas tentativas do governo são fúteis, não conseguem atender à demanda. No Brasil, estima-se um déficit de mais de 30 milhões de moradias. O governo Fernando Henrique Cardoso construiu 2 milhões de moradias.

Na Bahia, apenas para atender aos moradores de rua e pessoas que moram em áreas de risco seria necessário se construir cerca de 100 mil casas anualmente. O mais novo programa governamental, Moradia e Cidadania, criado no ano passado, cadastrou 818 famílias e construiu 270 moradias. Isso dá bem uma idéia do drama.

Uma ex-trabalhadora do campo, que hoje é pedinte e dorme há um ano nas calçadas da Baixa dos Sapateiros, disse que não sabe qual foi a última vez em que se banhou. Um homem que costuma se brigar, à noite, sob a marquise do viaduto do Aquidabã, próximo ao mercado das Sete Portas, parece ter esquecido o convívio social. "Não gosto de ninguém. Se afaste ou então eu lhe mando uma pedrada", advertiu ao repórter.

Tais cenas ajudam a entender o drama causado pela falta de uma política governamental de amparo social. Estima-se que existam hoje cerca de três mil moradores de rua apenas na capital. E outras 350 mil pessoas morando em condições precárias.

As perspectivas não são boas. O empobrecimento da população, gerado em muito pelo desemprego, além de políticas eficientes nas áreas da educação e saúde, está ampliando ainda mais a pobreza absoluta.

No ano passado, o governo de Fernando Henrique Cardoso anun-



Na capital, três mil vivem nas ruas e chances de integrar programas oficiais são pequenas

ciou que gastou R\$ 26,9 bilhões, no período de 1995/2002, quando foram construídas 2 milhões de moradias, sendo 347 mil doadas às populações de baixa renda.

O anúncio tem o mesmo sabor de feijoada na casa do vizinho. Pelo menos para outros milhares de pessoas que continuam morando há anos nas ruas. Quase todas vítimas da má distribuição de renda.

Dona Neuza dos Santos Ferreira é uma dessas pessoas. Chegou a Salvador no início da década de 70, com 24 anos, procedente de Buerarema, cidade situada na zona cacauceira, onde ela começou a trabalhar nas plantações de cacau desde os 13 anos. A crise na lavoura deixou milhares de trabalhadores sem bens e sem renda.

A irmã de Dona Neuza se prostituiu ainda em Buerarema. Ela resistiu. "Vim para Salvador para trabalhar, não queria vender meu corpo", relembra. Com baixo nível escolar, ela trabalhou primeiramente como empregada doméstica. Depois passou a biscateira e contraiu tuberculose.

Quando recebeu alta, continuou

com a saúde debilitada. Sem dinheiro, passou a dormir nas ruas, onde se prostituiu. Soube há poucos meses que o governo fez um cadastramento para ofertar moradias a pessoas que vivem nas ruas. "Não fui cadastrada", revelou a mulher, assim como outros moradores de rua.

MORADIA E CIDADANIA – O Programa Moradia e Cidadania, criado pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), em parceria com as secretarias de Desenvolvimento Social da prefeitura (Setrades) e do Trabalho e Ação Social do Estado (Setras), é uma amostra do tamanho do problema.

De maio de 2002 até agora foram cadastradas 818 famílias, sendo que 270 ganharam moradias no Loteamento Moradas da Lagoa, na Estrada da Base Naval. "É um começo", disse, comedida, a superintendente de Apoio à Inclusão Social da Secomp, Risalva Telles, informando que foram investidos cerca de R\$ 7 milhões no projeto.

O próprio loteamento é um re-

flexo das graves seqüelas deixadas pela marginalização dos moradores de rua. Existem quatro moradores que criaram resistência à casa – e só vivem nas ruas. Ademilton Nascimento da Silva fazia biscates na Boca do Rio. Tem casa, mas falta dinheiro para transporte. Para ele, está difícil sobreviver.

Mas também tem o lado positivo. O vigilante desempregado Florivaldo Santos Reis ganhou uma casa e pensa em construir nova vida com sua mulher Sônia Maria Falcão e três filhos. O casal voltou a cultivar plantas, hábito esquecido durante o tempo em que viveram na rua.

O loteamento, implantado num terreno com mais de 1 milhão de metros quadrados, no entanto, precisa de policiamento e infraestrutura. Faltam serviços básicos como escola, telefone, posto de saúde. Risalva Telles disse que algumas famílias já recebem o vale-vida, no valor de R\$ 50. Durante três meses, têm que cultivar horta e poderão participar de uma série de oficinas de capacitação profissional.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS
GABINETE DO SECRETÁRIO

QUADRO DE AVALIAÇÃO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	AÇÕES EMERGENCIAIS	OBSERVAÇÃO
Famílias com portadores de deficiência mental	Encaminhamento para instituições e/ou órgãos competentes para tratamento	Está sendo realizado um levantamento censitário para identificação do número de portadores de deficiência
Famílias com usuários de substâncias psicoativas	Encaminhamento para instituição e/ou órgão competentes para tratamento	O número exato desses usuários será computado na pesquisa que está sendo realizado com os moradores
Grande número de pessoas e chefes de famílias, desempregados.	Articulação com o Programa Fome Zero.	Verificar a possibilidade de absorção de alguns moradores nos programas emergenciais da Prefeitura/Estado
Número significativo de animais domésticos exposto a população ao risco de doenças transmissíveis por esses animais.	Contato com Centro de Controle de Zoonoses para vacinação dos animais	.
Atendimento diferenciado oferecido às famílias assentadas, benefício recebido por apenas alguns moradores. (Vale vida, vale gás)	Atendimento igualitário a todos os moradores, no que diz respeito aos benefícios de vale gás, vale vida etc.	Este atendimento deverá ser temporário e não deverá ser oferecido a quem possui renda
Comércio ilegal de bebida alcoólica em unidade habitacionais	Proibir a comercialização de bebidas alcoólicas nas unidades, como forma de coibir ou dificultar o seu consumo	Contatar os órgãos competentes, para ver a forma legal de desenvolver esta ação
Falta de serviço de Segurança Pública	Solicitar do Comando de Policiamento local uma ronda sistemática	
Falta de serviço de limpeza pública	Contatar a LIMPURB para implantação de um sistema de limpeza envolvendo os próprios moradores	
Número de vagas nas escolas do entorno, insuficientes para atender a demanda	Contatar a Secretaria de Educação do Município, objetivando a ampliação do número de vagas nas escolas existentes na área	
Falta de atendimento médico desta população, estando em reforma o posto de saúde mais próximo	Articulação com a Secretaria de Saúde do Estado, do Município para implantação do serviço de Saúde volante	



Projeto de Pós-Ocupação Moradas da Lagoa

Ações do Projeto		Nº de Beneficiados
Saúde	Atendimento médico	84 por semana
	Atendimento Técnico enfermagem	
	Atendimento domiciliar	
	Atendimento distribuição de remédios	
	Encaminhamento para exames	
	Vale transporte	
	Palestras educativas(Higiene, hipertensão, diabetes)	
	Encaminhamento psiquiátrico	
	Parceria A.A. (Alcoólicos Anônimos)	
Educação	Alfabetização de adultos	60
	Reforço escolar/ artesanato	60
	Creche	153
	Arte - Educação teatro	25
	Parceria Secretaria da Educação p/ matricula alunos	280
Cultura	Capoeira	130
	Dança	100
	Sala cinema	300
Alimentação	Cozinha comunitária	400
	- Destituição de alimentação	
	Merenda Alfabetização de adultos	
Trabalho e renda	Curso Capacitação Horta	75
	Capacitação Profissional (Horta, Tidelli)	200
	Sub-projeto Incentivo à renda	64
	Contratação Local	40
	Capacitação Lapidação de pedras semi-preciosas.	21
Esporte	Incentivo a prática do futebol	
	Capoeira	
Benefícios Sociais	Vale Vida (Vale Compras)	520
	PETI	60
	Bolsa família	122
Residência	Acompanhamento família	
	Reparos residenciais	
Meio Ambiente	Agente de jardinagem	
Participação Comunitária	Reuniões Informativas com a comunidade	
	Reuniões focalizadas para avaliação das ações	
	Atendimento	
Parcerias	A.A.	
	GAPA	
	ONG Zambiacongo	
	ONG Nzinga	
	PSF, Faz. Coutos, Agente Saúde	
	CEDECA	
	Coelba, classif. Baixa renda	
	Limpurb	
SETRADS		

OUTUBRO/2011



Projeto de Pós-ocupação do
Loteamento Moradas da Lagoa
AVSI/CDM – CONDER



A seguir, convite entregue na comunidade:

MORADAS DA LAGOA
PROJETO DE PÓS-OCUPAÇÃO

CAMINHANDO JUNTOS PARA VIVER MELHOR

CONVITE

O Projeto de Pós-ocupação do Loteamento Moradas da Lagoa convida para **REUNIÃO COMUNITÁRIA**.

OBJETIVO: apresentar o Projeto de Pós-ocupação (parceiros, ações planejadas, funcionamento do escritório de campo etc) e conhecer a comunidade.

Serão realizadas reuniões comunitárias com pequenos grupos de moradores.
Todos os moradores serão convidados, até o início de novembro.

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) para a seguinte reunião:

Dia	
Horário	
Local	

Favor apresentar o convite ao chegar para o encontro.

Sua presença é indispensável!



PROJETO DE PÓS – OCUPAÇÃO MORADAS DA LAGOA AVSI / CDM

Palestra sobre gravidez x Recém - nascido

1. Os cuidados nos 1º, 2º, 3º trimestre da gestação:

- Alimentação.
- Pré – Natal.
- Vacinação anti – tetânica.
- Exames laboratoriais, sumário de urina, parasitológico de fezes, VDRL (Sífilis).

1.1 Cuidados com a pele:

- Massagens com substâncias oleosas.
- Exercícios físicos.
- O consumo de alimentos gordurosos, frituras e massas.

1.2 Cuidados na mama:

- Usar soutien de tamanho adequado.
- Hidratação com substâncias oleosas.
- Exposição ao sol durante 10 min até 10h para prevenção de rachaduras mamárias.
- Beber bastante líquido.
- Não coçar para evitar estrias.

2.0 Diabete Gestacional:

Durante a gravidez pode ocorrer a diabete em 98% dos casos mais revertem para uma glicemia normal.

2.1 Toxemias:

Ocorre no final da gravidez e apresenta a tríade de sintomas (hipertensão e proteinúria. Em formas graves atinge o sistema nervoso e surge o quadro de convulsões (eclampsia).

Cuidados com o Recém - Nascido.

1.0 Cuidados com o coto umbilical:

- Não utilizar curativo oclusivo no coto.
- Lavar com água e sabão neutro, secar bastante durante o banho, passar álcool absoluto.
- Evitar contato do coto com a fralda evitando fricção e irritação.

2.1 Cuidados com a alimentação:

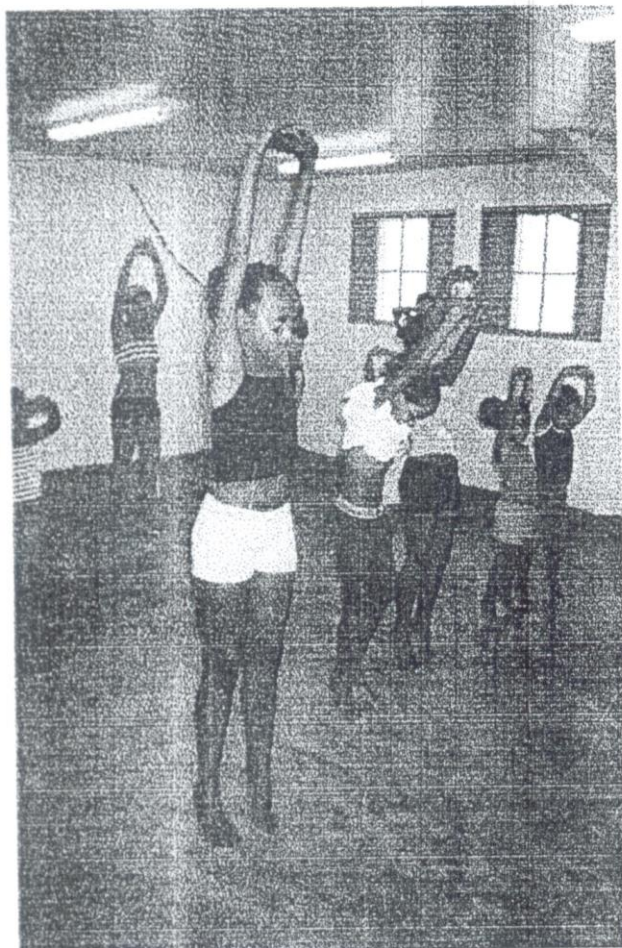
- Estimular a mãe a amamentar, pois o RN terá a imunidade que o leite materno oferece.

SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

RESUMO DE CONVÊNIO Nº 113/2003

Processo nº 1300030022537. Convenientes: Estado da Bahia, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração e a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. Objeto: Execução do Projeto "Galpão Moradas da Lagoa". Recursos: R\$ 599.963,42 (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos) pelo ESTADO/SECOMP, através do Projeto 14.244.123.3301 - Apoio Institucional a Programas de Combate à Pobreza; Unidade Orçamentária 3.25.400, Fonte de Recursos 28 - FUNCEP, Elemento de Despesa 4.4.90.51- Obras e Instalações. Vigência: 06 (seis) meses, a partir da data da publicação do resumo no DOE. Assinam: Pe. CLODOVEO PIAZZA S.J. - Secretário da SECOMP; OTTO ROBERTO MENDONÇA DE ALENCAR - Secretário da Indústria, Comércio e Mineração e EMERSON FIGUEIRÉDO SIMÕES - Diretor Presidente da SUDIC. Data: 23.12.2003.

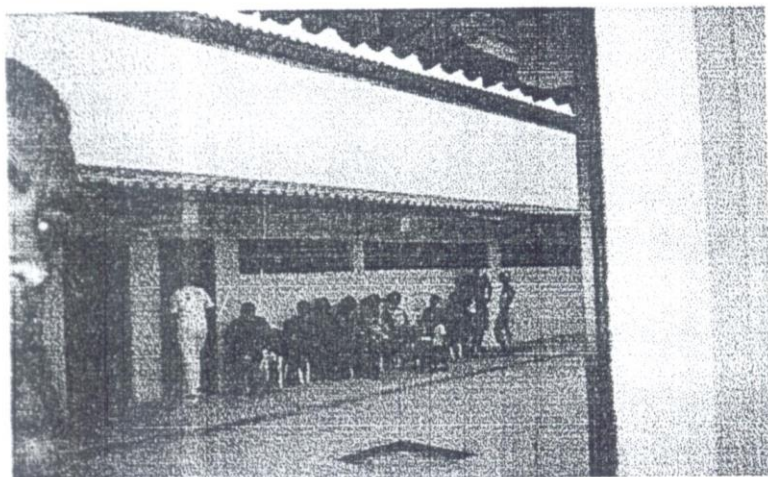
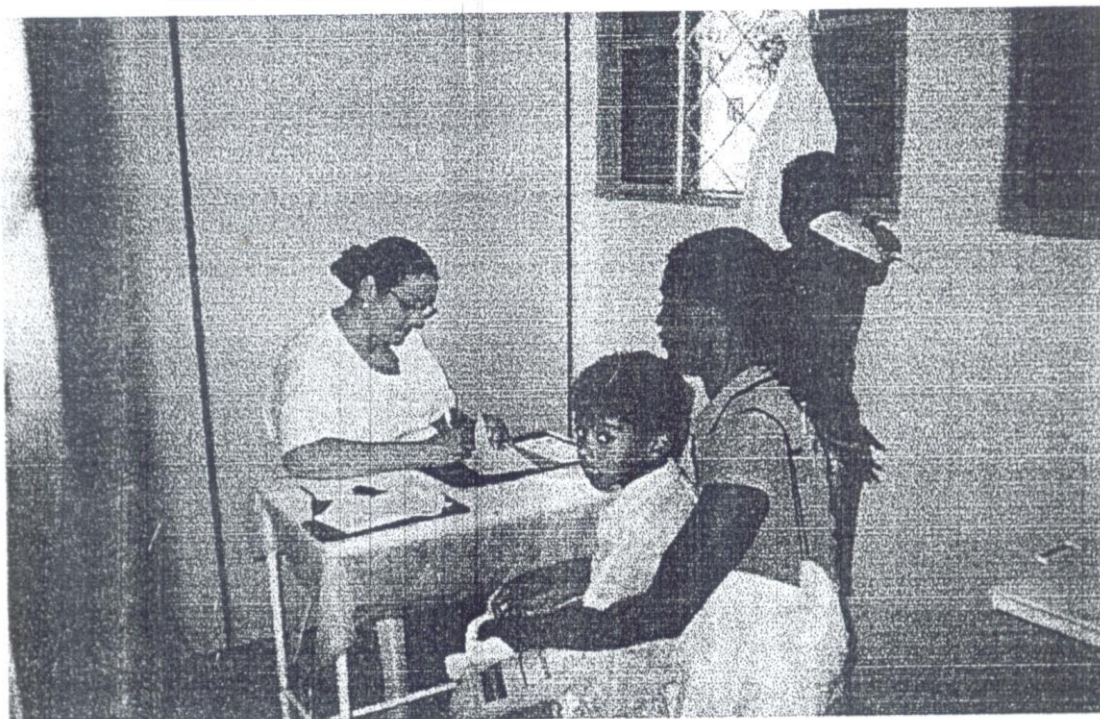
REGISTRO FOTOGRÁFICO CURSO DE DANÇA E CAPOEIRA



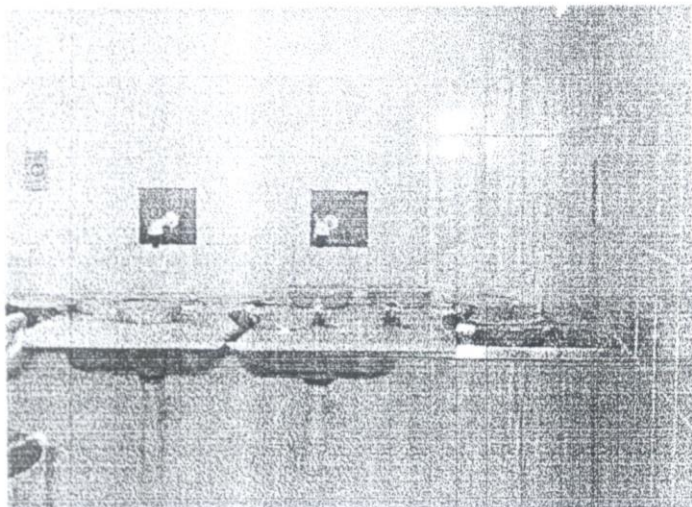
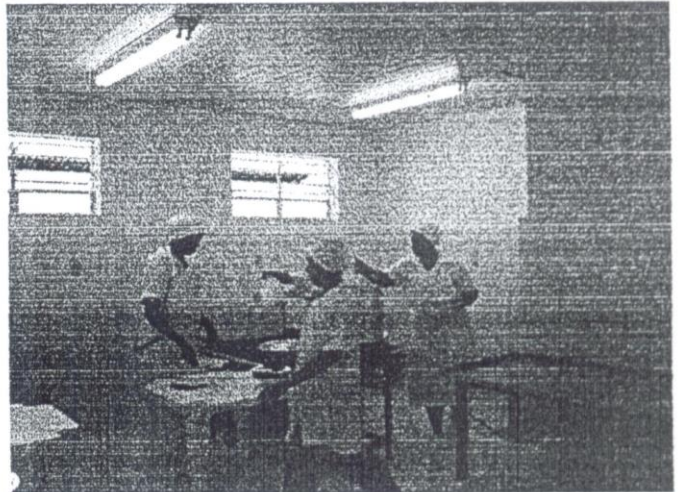
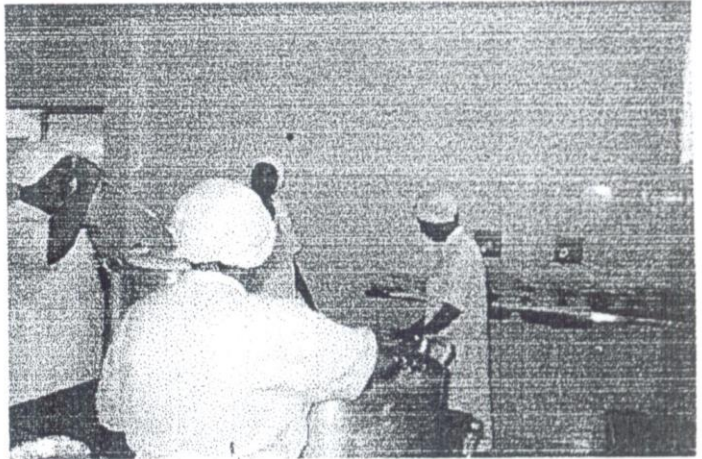
REGISTRO FOTOGRÁFICO ALFABETIZAÇÃO JOVENS E ADULTOS



REGISTRO FOTOGRÁFICO ATENDIMENTO MÉDICO



REGISTRO FOTOGRÁFICO COZINHA COMUNITÁRIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO ENTREGA QUENTINHAS

